



Carlos Mário Paes Camacho

**AS REPRESENTAÇÕES DA MODERNIZAÇÃO
URBANA DO RIO DE JANEIRO NAS CRÔNICAS DE
MACHADO DE ASSIS E LIMA BARRETO**

Tese de doutorado

**Tese apresentada como requisito parcial para obtenção
do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em
Letras do Departamento Letras da PUC-Rio.**

Orientador: Prof. Gilberto Mendonça Teles

Rio de Janeiro
Dezembro de 2012



Carlos Mário Paes Camacho

**As Representações da modernização
urbana do Rio de Janeiro nas crônicas de
Machado de Assis e Lima Barreto**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa
de Pós-Graduação em Letras do
Departamento de Letras do Centro de
Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo
assinada.

Prof. Gilberto Mendonça Teles

Orientador

Departamento de Letras – PUC-Rio

Prof^a. Rosana Kohl Bines

Departamento de Letras – PUC-Rio

Prof. William Valentine Redmond

CES/JF

Prof. Alberto Roiphe Bruno

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Eliane Vasconcellos Leitão

Fundação Casa de Rui Barbosa

Prof^a. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2012.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Carlos Mário Paes Camacho

Mestre em História pela Universidade Severino Sombra em 2008. Mestre em Filosofia pela Universidade Gama Filho em 2008. Mestre em Letras pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora em 2007. Bacharelou-se em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 1988. Graduiu-se em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 1986. Professor do Instituto de Laticínios Cândido Tostes, em Juiz de Fora, desde 1988.

Ficha Catalográfica

Camacho, Carlos Mário Paes

As Representações da modernização urbana do Rio de Janeiro nas crônicas de Machado de Assis e Lima Barreto / Carlos Mário Paes Camacho ; orientador: Gilberto Mendonça Teles. – 2012.

176 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2012.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Representações. 3. Modernização. 4. Cidade. 5. Reformas urbanas. 6. Capitalismo. 7. Crônica. 8. Literatura. 9. História. 10. Cotidiano. I. Teles, Gilberto Mendonça. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 800

A meus pais, Mário Rodrigues Camacho (*in memoriam*) e Nelsina Paes Camacho, pelos exemplos e lições de vida. Esta tese é dedicada, em primeiro lugar, ao professor Dr. Gilberto Mendonça Teles, orientador e mestre, que me ajudou a caminhar com firmeza no Programa de Pós-Graduação de Letras da PUC-Rio. Em segundo, a minha querida mestra e professora Dr^a. Eliane Vasconcellos, que foi minha orientadora no Mestrado em Letras e que tem colaborado com a minha formação cultural e intelectual. Em terceiro lugar, ao professor Gerson Occhi, do Instituto de Laticínios Cândido Tostes de Juiz de Fora, que me auxiliou muito no período em que tive de deslocar, semanalmente, para o Rio, a fim de cumprir as disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC-Rio.

Agradecimentos

À PUC-Rio, pelo auxílio concedido, sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

No decorrer dos anos em que me dediquei ao trabalho de elaboração deste tese, convivi com pessoas que me auxiliaram muito.

Inicialmente, gostaria de registrar os meus agradecimentos aos funcionários do Programa de Pós-Graduação de Letras da PUC-Rio, em especial, a Francisca Ferreira de Oliveira (Chiquinha) e a Daniele de Oliveira Cruz, que sempre me atenderam com muita gentileza e competência.

Gostaria de registrar toda a minha gratidão à Professora Leila Rose Márie Batista da Silveira Maciel, de Juiz de Fora, pelo trabalho de revisão do texto da tese.

À professora Dr. Marília Rothier Cardoso, pelas orientações e sugestões na época do Exame de Qualificação de tese.

Por fim, gostaria de registrar um imenso agradecimento aos professores doutores William Valentine Redmond (CES-JF), Alberto Roiphe Bruno (Unirio), Rosana Kohl Bines (PUC-Rio) e Eliane Vasconcellos (Fundação Casa de Rui Barbosa), que compuseram a banca de defesa.

Resumo

Camacho, Carlos Mário Paes; Teles, Gilberto Mendonça. **As Representações da modernização urbana do Rio de Janeiro nas crônicas de Machado de Assis e Lima Barreto**. Rio de Janeiro. 2012. 176p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese tem como objeto de pesquisa o estudo sobre *As Representações do processo de Modernização urbana do Rio nas crônicas de Machado de Assis e Lima Barreto*. A investigação crítica das crônicas dos dois escritores fornecem subsídios importantes para a compreensão das transformações urbanas e da modernização do Rio de Janeiro do final do século XIX e limiar do XX. A pesquisa abriu-se, inicialmente, para uma reflexão em torno do lugar da crônica para a escrita literária e para o conhecimento histórico. O trabalho sublinha o desenvolvimento do capitalismo como o responsável pela consolidação da cidade como o símbolo da nova ordem industrial e que foi tomada como objeto de reflexão por pensadores, escritores e artistas. Em seguida, a investigação faz um inventário da história do Rio de Janeiro no período que vai da Colonização, passando pela Monarquia até chegar à República. Posteriormente, os temas relativos ao processo de modernização urbana da cidade do Rio de Janeiro ganharam, no final do século XIX, por intermédio dos escritores, um sentido literário. Machado de Assis e Lima Barreto expressaram, por meio de suas crônicas, as reformas urbanas que modernizaram o Rio antigo. O corolário disso foi a percepção que ambos os autores tiveram dos novos símbolos que justificaram o processo de modernização da cidade e ainda a intensificação do processo de exclusão social, que atingiu em cheio as camadas populares. Defende-se como hipótese central a ideia de que as crônicas dos autores das obras *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* refletem e trazem à baila assuntos polêmicos ou passíveis de discussão da realidade econômica, política, social e cultural brasileira dos séculos XIX e XX. Como uma segunda hipótese, acredita-se que, ao fazer palco de suas crônicas uma

cidade que estava revolucionada por obras de modernização urbana, os dois escritores representaram os assuntos do cotidiano carioca – as inovações tecnológicas, a moda e os novos costumes modificadores de comportamentos. Posto isso, considera-se precipitada a tese que considera os dois autores retrógrados ou inimigos incontestes do progresso e dos símbolos que justificaram a modernização urbana carioca. Percebe-se, portanto, que as crônicas desses autores apenas expressaram indagações e perplexidades oriundas dos problemas e incômodos provocados pelos trabalhos de modernização para o cotidiano da cidade.

Palavras-chave

Representações; modernização; cidade; reformas urbanas; capitalismo; crônica; literatura; história; cotidiano.

Resumen

Camacho, Carlos Mário Paes; Teles, Gilberto Mendonça (Orientador). **Las Representaciones del proceso de modernización urbana de la Río de Janeiro en las crónicas de Machado de Assis**. Rio de Janeiro. 2012. 176 p. Tesis de Doctorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tesis tiene como objeto de investigación el estudio de las representaciones del proceso de modernización urbana de la Río en las crónicas de Machado de Assis y Barreto Lima. Una investigación crítica de las crónicas de dos autores proporcionan información importante para la comprensión de la transformación urbana y la modernización de Río de Janeiro, en el umbral de los siglos XIX y XX. La investigación se abrió inicialmente para una reflexión sobre el lugar de la infección crónica por escrito conocimientos literarios e históricos. El trabajo hace hincapié en el desarrollo del capitalismo como responsable de la consolidación de la ciudad como símbolo del nuevo orden industrial y fue tomada como objeto de reflexión por pensadores, escritores y artistas. A continuación, la investigación hace un inventario de la historia de Río de Janeiro, en el período de la colonización, a través de la Monarquía a la República en llegar. Posteriormente, las cuestiones relacionadas con el proceso de modernización de la ciudad de Río de Janeiro ganó el siglo XIX, los escritores intermedios, una sensación literaria. Machado de Assis y Lima Barreto expresó, a través de sus crónicas urbanas reformas que modernizaron el viejo Río. El corolario de esto fue la percepción de que ambos autores tuvieron los nuevos símbolos que justificaron el proceso de modernización de la ciudad e incluso la intensificación de la exclusión social que ha afectado a las clases bajas. Se sostiene como hipótesis central la idea que narra el autor de las Memorias póstumas de Brás Cubas y Memorabilia Registrador Isaías Caminha reflexionar y llevar a las cuestiones delanteros o controvertido tema de discusión de la realidad económica, política, social y cultural de Brasil en el siglo XIX y XX. Como segunda hipótesis, se cree que al hacer su etapa crónica de una ciudad que fue revolucionado por las obras de modernización urbana de los

dos escritores representados los asuntos de todos los días Carioca - innovaciones tecnológicas, la moda y las nuevas formas de modificar conductas. Dicho esto, creo que precipitó la tesis considera que los dos autores, enemigos retrógradas o indiscutible de progreso y símbolos que justifican la modernización urbana carioca. Está claro, pues, que las crónicas de estos autores expresan sólo preguntas y perplejidades que surgen problemas y molestias causadas por las obras de modernización de la ciudad todos los días.

Palabras clave

Representaciones; modernización; city; reforma urbana; capitalismo; crónica; literatura; historia; todos los días.

Sumário

1. Introdução	12
2. Representação e crônica	17
2.1. Representação, literatura e História	17
2.2. Crônica, Literatura e História	33
3. Literatura, História e urbanização do Rio de Janeiro	50
4. As crônicas machadianas e limianas e as Representações da modernização urbana do Rio de Janeiro	83
4.1. As crônicas machadianas	83
4.1.1. Representações e interpretações da obra machadiana	83
4.1.2. Machado de Assis e a cidade do Rio de Janeiro em transformação	103
4.2. As crônicas limianas	125
4.2.1. Representações e interpretações da obra limiana	125
4.2.2. Lima Barreto e a cidade do Rio de Janeiro em transformação	140
5. Conclusão	151
6. Referências Bibliográficas	156

A cidade é pedra e é uma nuvem passageira. A pedra é, continuamente, reiluminada. A nuvem é fugidia e mercurial. O Rio, caleidoscópio, é permanente fonte de fascínio. Flanando pela cidade gerações de cronistas e escritores buscaram sua alma. João do Rio acreditou ter-lhe capturado a essência nas ruas. Marques Rebelo percebeu cada bairro com uma "personalidade própria". O seu Rio era uma cidade com muitas cidades dentro.
(Carlos Lessa)

Há entre o Rio de Janeiro e a crônica uma tal afinidade que chega a ser difícil fazer a história da cidade sem se evocar - desde os primeiros viajantes que adentraram maravilhados a baía - um dos numerosos cronistas que, tendo ou não nascido aqui, dela falaram. Já no Império, com Machado de Assis, a crônica é companheira, quase diária, do leitor carioca. Com a República, a crônica se faz também crítica e João do Rio e Lima Barreto registram a vida da Capital Federal. Na década de 1920, os cronistas erotizam a imagem da cidade-cenário das melindrosas. O best-seller Benjamin Costallat afirma que a crônica "deve ser enxuta como uma mulher magra, mas graciosa no andar ondulante". O modernista Álvaro Moreyra escreve A cidade mulher e consagra a expressão "Cidade Maravilhosa".
(Beatriz Resende)

1. Introdução

Um importante caminho para o estudo da criação literária são as crônicas que igualmente oportunizam ao pesquisador a compreensão do processo histórico e as suas representações. Deste modo, as representações da modernização urbana do Rio de Janeiro nas crônicas produzidas por escritores cariocas, podem estimular os estudiosos a avaliar melhor as transformações da cidade, por intermédio da relação entre a literatura e a História.

O meu interesse pelas representações da modernização urbana do Rio de Janeiro nas crônicas de Machado de Assis e Lima Barreto revelou-se ao longo da elaboração da minha dissertação de Mestrado intitulada: *Representação e conscientização na obra de Lima Barreto*. A pesquisa teve como objetivo o estudo das representações literárias do processo de modernização urbana do Rio, com base nos romances *Recordações do escrivo Isaias Caminha* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Nas considerações finais do estudo retomei algumas questões que me acompanharam ao longo da elaboração do trabalho e que tinham como base a relação entre a literatura e a História, dentre outras: em que consiste a especificidade tanto do discurso literário quanto do histórico? Quais são as fronteiras que separam a Literatura e a História? Como trabalhar a Literatura em função da História, respeitando-se a especificidade do discurso literário? Como os elementos sociais tornam-se fatores estéticos?

Posto isso, já no processo de elaboração da pesquisa, comecei a pensar na possibilidade de aprofundar as minhas pesquisas sempre tomando como base a complexa relação entre os discursos literários e históricos. A crônica que no século XIX consolidou-se como uma escrita literária, ainda que em suas origens esteja vinculada como um relato do tempo, abriu-se como uma possibilidade de pesquisa. Havia ainda o meu interesse cada vez maior pela história do Rio de Janeiro em razão dos estudos que empreendi sobre Lima Barreto. Concomitante a isso, surgiu o interesse pelas crônicas de Machado de Assis, bem como verificar as possíveis divergências e convergências em relação às crônicas limianas, no que concerne ao processo de modernização urbana do Rio de Janeiro. Há de se acrescentar que sempre fiquei intrigado com uma espécie de consenso presente na fortuna crítica

desses escritores, ou seja, o de destacar as diferenças entre os autores de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Esta tese tem como objeto de pesquisa realizar um estudo sobre *As representações da modernização urbana do Rio de Janeiro nas crônicas de Machado de Assis e Lima Barreto*. A escolha se deve à constatação de que a investigação crítica das crônicas dos dois escritores pode fornecer subsídios importantes para a compreensão das representações de realidades diversas inspiradas pelo cotidiano do Rio de Janeiro e, dentre estas, uma foi especificamente escolhida: a modernização urbana do Rio de Janeiro na Primeira República, cujas origens estão no século XIX.

O estudo busca, em primeiro lugar, assinalar as representações empreendidas por Machado de Assis e Lima Barreto, no que concerne às reformas que modernizaram o Rio antigo. Em segundo lugar, compreender as representações realizadas pelos autores das noções de civilização, ordem e progresso, entre outras vigentes – e exaltadas – na época mencionada. Em terceiro lugar, investigar possíveis mecanismos da exclusão social praticada por ocasião dessas reformas e buscar compreender as razões dessa atitude das autoridades cariocas. Em quarto lugar, foi focalizado o tema do início do processo de modernização do Rio de Janeiro como elemento de comparação, a fim de localizar eventuais pontos de interseção (divergências e convergências) nas crônicas dos dois escritores, uma vez que a fortuna crítica e a crítica literária tendem, frequentemente, a destacar profundas diferenças entre ambos. Em quinto lugar, concorrer com subsídios para o debate, sempre presente entre críticos e historiógrafos da literatura, sobre as razões da inserção e a importância da crônica entre os gêneros literários. Por fim, contribuir com reflexões para as discussões que envolvem a relação da literatura com a História, sublinhando o papel da crônica como gênero literário que permite ao pesquisador ter acesso às representações do cotidiano feitas por homens e mulheres, através dos tempos.

Como fonte básica para a presente pesquisa, optou-se por trabalhar todas as crônicas produzidas por Machado de Assis de 1876 até 1897. Sendo assim, tal conjunto de escritos engendrados no contexto discriminado permite oferecer um quadro consistente do início do processo de modernização urbana da cidade no final do XIX, bem como de seu período decisivo, que ocorreu nos primórdios do

século XX. E, com exceção das crônicas reunidas sob o nome *Bons Dias!:* crônicas (1888-1889), que foi organizada em uma edição coordenada por John Gledson (1990), as demais crônicas utilizadas foram retiradas da edição da Nova Aguillar cuja organização da obra completa de Machado de Assis (2004a) coube a Afrânio Coutinho. Todavia, o tema da modernização urbana do Rio não foi dominante nas crônicas machadianas e, quando aparecia, na maior parte dos casos, estava misturado a outros temas. No caso específico de Lima Barreto, optou-se por selecionar as crônicas que abordavam as reformas e as transformações da paisagem urbana, pois, ao contrário de Machado, Lima Barreto produziu crônicas cujo tema preponderante eram as reformas e transformações urbanas do Rio no período de 1890 a 1922. As crônicas foram extraídas do livro intitulado *Toda crônica: Lima Barreto*, organizado por Beatriz Resende e Rachel Valença (2004).

Defende-se como hipótese central a ideia de que as crônicas dos autores de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* refletem e trazem à baila assuntos polêmicos ou passíveis de discussão da realidade econômica, política, social e cultural brasileira dos séculos XIX e XX. Por reelaborarem fragmentos da realidade histórica, as crônicas podem ser vistas como testemunhos do cotidiano e ocasionam representações da parte de quem as escreve. No presente caso, escolheu-se, em especial, o cotidiano carioca, no momento em que ocorria o processo de modernização urbana do Rio de Janeiro. Como uma segunda hipótese, acredita-se que, ao fazerem de palco de suas crônicas uma cidade que estava revolucionada por obras de modernização urbana, os dois escritores representaram os assuntos do cotidiano carioca – as inovações tecnológicas, a moda e os novos costumes modificadores de comportamentos. Nesse sentido, ao se posicionarem contra, a favor, ou ainda simplesmente registrar com isenção algumas dessas ocorrências, passaram a lamentar o que fora alterado pelas reformas urbanas em curso, valorizando a geografia do Rio antigo. Todavia, parece precipitado considerar os dois autores, com base nessa atitude, retrógrados ou inimigos incontestes do progresso ou dos símbolos que justificaram a modernização urbana carioca. Percebe-se, portanto, que as crônicas desses autores apenas expressaram indagações e perplexidades oriundas dos problemas e incômodos provocados pelos trabalhos de modernização para o dia a dia da cidade.

Cumprе acrescentar que o presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado “Representação e crônica”, pretende, em um primeiro momento, problematizar as relações entre representação, literatura e História, chamando a atenção no início para as definições em torno de literatura, através dos tempos. Depois, o texto abre-se para uma reflexão específica sobre a relação literatura e História. Em seguida, procura-se discutir a noção de representação, tomando como base a História Cultural e as reflexões estabelecidas por Michel Foucault (2002) na obra *As palavras e as coisas*. Finalmente, o capítulo é encerrado com um estudo sobre a importância da crônica enquanto texto literário e que permite, igualmente, o desvelamento do processo de modernização urbana do Rio de Janeiro, por intermédio das crônicas de Machado de Assis e Lima Barreto.

No segundo capítulo, intitulado “História e urbanização do Rio de Janeiro”, investiga-se, inicialmente, questões concernentes à constituição dessa cidade nos primórdios e no desenvolvimento da colonização portuguesa na América. Em segundo lugar, o capítulo trata de aspectos que dizem respeito ao processo de urbanização da cidade no contexto da presença da família real portuguesa no Brasil (1808-1821) e do período monárquico (1822-1889). Por fim, há o exame das principais características das intervenções urbanas sobre a geografia do Rio, sobretudo as que foram executadas pelo governo Rodrigues Alves (1902-1906). Nesse sentido, o objetivo maior é o de demonstrar que as mudanças no espaço urbano carioca repercutiram sobre o cotidiano da cidade e as representações que os cronistas fizeram da então capital federal, através dos tempos.

No terceiro capítulo, “As crônicas machadianas e limianas e as representações da modernização urbana do Rio de Janeiro”, apresenta-se, em primeiro lugar, um estudo sobre as representações e interpretações da obra machadiana, ou seja, o presente trabalho tem a intenção de fazer um inventário da fortuna crítica acerca do escritor. Em segundo lugar, o trabalho abre-se para uma reflexão que tem como objetivo apresentar as representações de Machado de Assis em relação à cidade do Rio de Janeiro, que passava por transformações urbanas à época. Em terceiro lugar, a pesquisa põe em discussão as representações e interpretações da obra de Lima Barreto, há também, neste caso, a intenção de promover um inventário da fortuna crítica sobre o escritor. Por fim, a pesquisa tem

como objetivo as representações de Lima Barreto em relação ao Rio de Janeiro em um contexto de mudanças urbanas.

2. Representação e crônica

2.1. Representação, Literatura e História

No processo de produção do conhecimento, ocorre uma mediação do homem com seu meio ou espaço geográfico. O ser humano, por intermédio da observação, busca compreender a sua realidade. Posto isso, é imperativo sublinhar que a mediação, a compreensão e a representação da realidade ocorrem por meio da linguagem. Percebe-se “o papel do sujeito que conhece na elaboração do conhecimento dessa realidade” (Baccega, 2003, p. 10).

No que concerne especificamente à literatura, o escritor que tece o texto ficcional retira do seu contexto social e histórico as informações que utiliza para a criação dos personagens e suas respectivas linguagens. Além disso, o pesquisador da literatura e das demais áreas das ciências humanas que se ocupam do texto ficcional para a compreensão social e do passado acabam, na verdade, produzindo representações sobre o objeto estudado. Sendo assim, questiona-se: por que o texto literário é uma das formas de representação da sociedade?

Nas reflexões sobre o conceito de literatura empreendidas na obra *A criação literária*, Massaud Moisés (1975, p. 19) afirma que os estudiosos da literatura não conseguiram “conceituar a Literatura de um modo convincente e conclusivo”. O autor mostra também que, desde a Antiguidade, o conceito de literatura foi alvo de preocupação, inclusive de Platão e Aristóteles. O primeiro, no terceiro livro de *A República*, sugere que o problema maior da poesia são as belezas dos versos¹. Platão, que valorizava e associava a filosofia com a razão, desvalorizava a poesia, pois a mesma promovia a imitação da realidade, portanto, não facultava aos homens o acesso à verdade. O filósofo ateniense, desse modo, foi, efetivamente, o

¹ Jeanne Marie Gagnebin (2005), no livro intitulado *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*, corrobora a tese de que, segundo Platão, a poesia, ao imitar a realidade, não conduziria os homens à verdade. Sendo assim, consoante a autora, a questão da escrita e da poesia para o filósofo ateniense pode ser assim resumida: “O processo de escrita é, portanto, mais que a condenação de um saber livresco, artificial e exterior; não se trata simplesmente, de defender o espírito contra a letra, a palavra viva contra a repetição morta. Deve-se lutar, com todas as forças, contra o enredamento sedutor do escrito, da sofística e da retórica que ameaçam, graças à sua estranha proliferação infinita, o ordenamento mesmo do vivo” (Ibid., p. 54).

primeiro a desqualificar a ficção como meio de compreensão da realidade social. Tal pensamento marcou profundamente o entendimento da relação entre o fenômeno literário e os demais campos do conhecimento.

Afrânio Coutinho (2008a, p. 23) considera que o princípio básico de uma obra literária está intrinsicamente relacionado aos valores “estético-literários”, conquanto, inclua os domínios sociais, históricos, religiosos, econômicos e políticos. A especificidade do texto literário, bem como o prazer que ele engendra no leitor, fazem com que as obras literárias sobrevivam ao tempo, tornando-as, por conseguinte, verdadeiros clássicos da literatura. Os escritores, assim, retiram do seu tempo os valores e ideias para construir os seus enredos e narrativas, na medida em que, para o autor, a obra literária é “uma transfiguração do real” (Ibid.). Neste sentido, o autor não nega a relação entre a literatura e a História, mas argumenta que a primeira tem uma especificidade que é exatamente o texto ficcional. O autor, todavia, ao assinalar a importância de se “emancipar” o ensino da literatura² em relação à História, não estaria alienando o texto literário de uma série de domínios que são fundamentais para a compreensão de uma certa obra literária? Como investigar os caminhos da criação literária sem admitir que o escritor lança uma série de olhares sobre a realidade, retirando daí as possíveis representações do seu tempo?

No livro *Teoria da literatura revisitada*, as autoras Magaly Trindade Gonçalves e Zina C. Bellodi (2005) discutem o conceito de literatura, tomando como ponto de partida a sua função. Tal assunto é antigo e perpassou a tradição cultural ocidental. As autoras, logo na introdução, sugerem um ponto de interseção entre a Arte e a literatura. Tal ponto em comum gravitaria em torno do conhecimento. O artista e o escritor, no entanto, diferentes, por exemplo, do historiador e do filósofo, utilizam a imaginação como meio para produzir o conhecimento (Gonçalves; Bellodi, 2005, p. 13). Isso posto, as autoras almejam pensar um conceito de literatura, chamando a atenção, inicialmente, para a especificidade da criação literária que, segundo uma parte dos estudiosos, deve ser extraída por meio da própria obra. A

² Nas palavras do próprio Afrânio Coutinho (2008a, p. 26): “Em última palavra, o ensino da literatura deve emancipar-se da história e da filologia, campos verdadeiramente distintos, exigindo professores diferentes, de mentalidades e terminologias especiais, já que os objetivos colimados são diversos”.

outra vertente considera que a compreensão da História é fundamental para a compreensão da literatura (Ibidem)³.

Em obra publicada nos anos de 1940, os teóricos da literatura René Wellek e Austin Warren (2003, p. 3) procuram, inicialmente, diferenciar literatura de “estudos literários”. Logo, para eles, o texto literário tem como núcleo central o fato de estar ligado à criação, enquanto o escrito, que se ocupa de compreender a obra literária “é uma espécie de conhecimento ou saber” (Ibid.). Depreende-se, então, dessa análise, a necessidade de se considerar, de maneira distinta, a produção sobre a literatura, tomando como base o escritor, que cria por intermédio da palavra, e a crítica literária, que se propõe a conhecer a obra literária. Há de se acrescentar que, em razão do estreitamento crescente entre a literatura, a filosofia, a psicanálise, dentre outros, pode-se concluir que as definições de literatura tornaram-se mais complexas.

Na obra intitulada *Iniciação aos estudos literários*, Roberto Acízelo de Souza (2006) afirma, logo na primeira parte da obra, que a palavra latina *litterae* foi alvo de várias adjetivações no decorrer da História da cultura ocidental. O autor apurou que a adjetivação mais antiga engendrou a expressão *humaniores litterae*, ou seja, “letras humanas” (Souza, 2006, p. 1). O termo é oriundo do latim da Idade Média e foi utilizado até o século XVII, tomando como base a concepção medieval, que estabelecia uma diferenciação entre o mundo material e o mundo espiritual. O corolário disso foi a construção de um termo que tinha uma base religiosa. Acrescenta-se, ainda, que o resgate da trajetória histórica da palavra “literatura” torna-se imperativa para uma definição de literatura.

No Renascimento, a expressão *litterae humanae* torna-se evidente. Há, igualmente, o estabelecimento de uma oposição nítida entre “letras humanas” e “letras divinas”. A origem do termo vincula-se, ainda, à concepção de mundo medieval. Posteriormente, no século XVIII, a expressão “belas-artes” congregava desde as belas-letras até a dança. Todavia, já no século XIX, a palavra “literatura”, no contexto do Romantismo, é usada na maioria das línguas ocidentais.

³ Seguindo uma tradição presente na historiografia literária, as autoras assinalam como marco histórico inicial, o mundo grego antigo, como o ponto de partida para os debates em torno da natureza do texto literário. Além disso, o problema do conceito de Literatura está intimamente relacionado aos debates sobre a função da Literatura.

Ao abordar a relação entre ciência e literatura, Souza (2006) chama a atenção mais uma vez para a dimensão histórica. Desse modo, no mundo antigo, na polêmica que envolveu Platão e Isócrates, o primeiro representa a linguagem como um caminho para se alcançar a verdade; o segundo, no entanto, admite que a linguagem seja utilizada “como habilidosa construção de verossimilhanças” (Souza, 2006, p. 14). Ainda no mundo antigo, Aristóteles, conforme o autor de *Iniciação aos estudos literários*, estabeleceu uma diferenciação entre Homero e Empédocles, chamando a atenção para a aproximação entre a poesia e a filosofia. Nesse sentido, a poesia, por apresentar algo mais de filosófico e mais sério do que a História.

A Idade Média consagrou a distinção que envolvia os denominados ofícios manuais e servis. O *trivium*, conforme Souza (2006), está em consonância com a atividade literária, enquanto o *quadrivium* está em conformidade com a ciência. Compete acrescentar que, no *trivium*, é possível empreender um contraponto entre “dialética e retórica em termos da polaridade entre pensamento formal abstrato/pensamento informal concretizante, o primeiro relacionável à ciência e o segundo, à literatura” (Ibid., p. 15).

O humanismo renascentista engendrou uma concepção integradora dos discursos, ainda que reconhecesse os seus gêneros. Tal concepção, no entanto, não escamoteou a pretensão das ciências no que concerne a uma maior autonomia. Pode-se inferir, a partir daí, a continuação de um caminho que terá como desfecho a determinação de fronteiras cada vez maiores entre os diversos campos do conhecimento (Ibid.). O corolário desse processo ocorreu no século XIX, com a consolidação dos limites entre os campos do conhecimento, em um contexto marcado pelo progresso das ciências⁴, contribuindo, assim, para que a literatura se transformasse em domínio do conhecimento cada vez mais especializado⁵.

⁴ Eric Hobsbawm (1982), no livro intitulado *A Era do capital (1848-1875)*, explica a relação entre o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade capitalista, concomitante ao desenvolvimento das ciências. Nesse sentido, o autor chama a atenção para o desenvolvimento global ocorrido nas ciências humanas e nas ciências naturais. A passagem a seguir destaca a importância que a ciência assume no interior da sociedade capitalista e europeia do século XIX: “A sociedade burguesa de nosso período estava confiante e orgulhosa de seus sucessos. Em nenhum outro campo da vida humana isso era mais evidente que no avanço do conhecimento, da ciência. Homens cultos deste período não estavam apenas orgulhosos de suas ciências, mas preparados para subordinar todas as outras formas de atividade intelectual a elas” (Ibid., p. 261).

⁵ Roberto Acízelo de Souza (2006) comenta sobre a experiência romântica do século XIX para analisar o papel desse século e das ciências, no que tange à configuração da literatura enquanto conhecimento mais especializado: “Por fim, a experiência romântica de busca de uma linguagem específica e

O triunfo da especialização entre os campos do conhecimento, entretanto, não eliminou a presença de áreas comuns entre a literatura e os demais campos do conhecimento no século XIX. Um exemplo disso foi o entusiasmo do Naturalismo pela ciência. As ideias de meio, raça e hereditariedade ganharam força no pensamento e imaginário europeus. O Darwinismo, de Charles Darwin, e o Positivismo, de Auguste Comte, influenciaram o pensamento europeu e ganharam fôlego nas representações que os escritores teciam sobre a sociedade em seus romances⁶.

Deve-se, ainda, fazer uma reflexão entre a ciência e a literatura proposta por Souza (2006) e que ensejam, outrossim, possíveis parâmetros para se pensar a literatura com outros campos do conhecimento. Se, no século XIX, a definição das fronteiras do campo literário foi influenciada e até aquilatada pelo desenvolvimento do pensamento científico, no fim do século XX, os diálogos entre a literatura e os diversos campos do conhecimento ampliaram-se. Diferente, contudo, do século XIX, a relação da literatura com a ciência não é a de uma posição de inferioridade. A literatura, portanto, afirma-se como um domínio cada vez mais frequentado por psicólogos, filósofos, antropólogos e historiadores, dentre outros, que utilizam o texto literário como um espaço privilegiado para a geração de novas pesquisas. Nesse sentido, mais uma vez, as palavras do autor são exemplares para o entendimento dessa questão:

Em torno da década de 1970, em contrapartida, tudo faz crer que a relação ciência/literatura passa a patentear o seu caráter reversível. A reflexão epistemológica, a partir de pesquisas de ponta em diversas pesquisas científicas, direciona o interesse para as interferências do acaso, da ação do tempo e das irregularidades em geral sobre os objetos de investigação; a grande ideia diretriz da atitude científica consumada no século XIX o determinismo – torna-se alvo de restrições, que culminam na proposição do que veio a chamar-se ciências do caos

puramente poética, desdobrando-se nas pesquisas de vanguardas literárias emergentes na segunda metade do século XIX e no XX, conduziria a uma surpreendente redefinição no *status* da literatura: esta, cujo vínculo decisivo com a ideia de poesia tornava presumível sua permanência no espaço generalista do humanismo, passa a retirar sua inteligibilidade não mais do repertório humanístico constitutivo da cultura geral, porém de um conhecimento especializado sem cujo domínio as produções de vanguarda mais típicas revelam-se tão incompreensíveis quanto uma teoria física exposta a um indivíduo sem a devida formação” (Ibid., 2006, p. 19).

⁶ Os ficcionistas naturalistas partem do princípio de que os homens têm suas ações determinadas pelo meio, pela raça e pela hereditariedade. Sendo assim, o romance naturalista, embora retrate as diferenças sociais, procura explicar as ações humanas, levando em conta que essas são frutos do meio. Homens e mulheres movem-se em seus ambientes como seres, cujas ações obedecem a instintos que podem ser explicados pelo conhecimento.

ou, segundo nomenclatura mais recente, ciência da complexidade. Desse modo, sem em fins do século XIX ficcionistas e poetas revelam seus projetos de orientação pela ciência, no fim do século XX são os cientistas que declaram suas afinidades com o trabalho dos artistas (Souza, 2006, p. 21).

No início da obra *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*, Eric Hobsbawm (1995) apresenta ao leitor a tese de que o século XX trouxe para os seres humanos um formidável desenvolvimento econômico e social para os diversos países do mundo. O historiador, todavia, mesmo reconhecendo a força do capitalismo no fim do século XX, em um contexto inclusive em que os regimes socialistas desintegraram-se, assinala que o regime o qual propugna o mercado e a livre iniciativa não conseguiu resolver uma série de questões que permanecem no limiar do século XXI. Nesse sentido, questiona-se: como compreender a ciência, o conhecimento e a literatura no século XX?

Inicialmente, cumpre destacar que, se em boa parte do século XX houve o triunfo do paradigma Moderno que aquilatou o conhecimento e a ciência e que, no limite, estabeleceu os contornos das relações entre a literatura e o chamado conhecimento científico, a partir da metade do século XX, o chamado paradigma Pós-Moderno, paulatinamente, ganha fôlego. As concepções de razão, ciência e progresso, que são devedoras do Renascimento e do Iluminismo, por conseguinte, foram postas em dúvida (Silva, 2007, p. 111). Isso posto, se, no decorrer de boa parte do século XX, a concepção de conhecimento científico alicerçada no paradigma Moderno que embasou os discursos dos vários domínios das ciências humanas, determinou uma fronteira rígida entre a literatura e os demais campos do conhecimento das ciências humanas, posteriormente, com o avanço do paradigma Pós-Moderno, tal fronteira tornou-se menos rígida, favorecendo cada vez mais uma aproximação entre a literatura e os demais campos do conhecimento.

Portanto, pode-se afirmar que o avanço do paradigma Pós-Moderno, em um mundo globalizado, tem permitido aos pesquisadores, com mais freqüência, pôr em dúvida a capacidade da ciência de dar conta de explicar os fenômenos da natureza e sociais. O corolário disso é uma aproximação cada vez maior dos diversos campos do conhecimento. O texto literário, então, passou a ser frequentado por pesquisadores de diversas áreas.

Com referência às discussões sobre as relações entre a literatura e História, pode-se propor, inicialmente, que o conhecimento histórico busca, de forma geral,

tratar do real, ou seja, conhecimento que almeja a verdade. Esse conhecimento, na realidade, é uma criação grega, e de Heródoto, apesar de ele não ter sido o primeiro a empregar a palavra *hístōr* com o uso de “indagador o buscador de la verdad”. Isso porque a palavra foi assim utilizada por Homero, na *Ilíada* (Shotwell, 1982, p. 186)⁷. Heródoto (1996, p. 31), contudo, foi o primeiro a empregar a História no sentido de alcançar a verdade e a compreensão dos acontecimentos que marcaram o seu tempo. Pode-se afirmar, ainda, que a narrativa histórica tecida por ele buscou se desvincular do mito e realizou também “um trabalho de geografia e etnologia” (Caire-Jabinet, 2003, p. 13). Por fim, segundo a autora, o trabalho de Tucídides sobre a guerra do Peloponeso aproxima a narrativa histórica da noção de conhecimento científico.

Aristóteles, posteriormente, ao refletir sobre a relação entre a poesia e a História, consolida e reforça a tendência grega de delimitar, claramente, as fronteiras entre a literatura e a História. O filósofo, então, assevera que o poeta não tem a obrigação de narrar o que de fato ocorreu e sim o que poderia ter acontecido. O historiador, portanto, seria aquele que escreve sobre o que aconteceu (Aristóteles, 1996, p. 252).

No período que concerne à expansão do Império Romano, o historiador grego, Políbio, renovou a tradição histórica. Ele empreendeu esforço, no que concerne ao entendimento sobre os motivos que transformaram a cidade de Roma em sede de um grande império. As gerações seguintes de historiadores, que reuniram nomes como os de Tácito, Suetônio e Tito Lívio, mantiveram a tradição de erudição e de síntese (Caire-Jabinet, 2003, p. 15).

Ao longo da Idade Média⁸, a História foi considerada como um campo do conhecimento menor dentro de um mundo aquilatado pelo cristianismo. O período em questão, contudo, engendrou um considerável número de obras que se filiam ao conhecimento histórico. Isso posto, Bernard Guenée (2002), autor do artigo

⁷ Antes de Heródoto, Francisco Iglésias lembra Hecatero de Milet que, no século VI a.C já dizia: [...] “escrevo o que creio ser a verdade; porque as Histórias dos gregos são diversas e me parecem ridículas” (Iglésias, 1988, p. 95).

⁸ Jacques Le Goff (2007), em obra recém-publicada e intitulada *A Idade Média explicada aos meus filhos*, demonstra a origem da expressão “Idade Média”. Em primeiro lugar, o termo “Idade Média” indica a existência de um período marcado pelo declínio em relação à Antiguidade Clássica. Os disseminadores de tal concepção ficaram conhecidos como humanistas que, igualmente, enfatizavam as qualidades dos seres humanos. Em segundo lugar, o século XVIII e os seus filósofos, ao nomearam a civilização medieval como obscura e que preteria a razão, também favoreceram a consolidação do nome Idade Média, concomitantemente aos estereótipos e preconceitos.

intitulado “História” e que está inserido no *Dicionário temático do Ocidente Medieval*, organizado por Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt (2002), propõe no início do texto a seguinte questão: “quem eram os historiadores na Idade Média, em que se assemelhavam aos historiadores de hoje, em que eram diferentes?” (Guenée, 2002, p. 523).

Inicialmente, o historiador francês destaca que hoje a História é considerada um ofício, inferindo-se daí que o produtor do conhecimento histórico busque, cada vez mais, um rigor metodológico e teórico. No período medieval, todavia, além de não ocorrer um rigor com relação ao conhecimento histórico, houve uma expressiva presença do clero nos trabalhos produzidos. O autor informa ainda que, se nos dias atuais os historiadores conseguem pôr em prática um significativo rigor, no que se refere à utilização das fontes, o mesmo não acontecia na Idade Média. Os historiadores medievais, no entanto, que compuseram trabalhos, tomando como base as narrativas que adquiriam no cotidiano, chegaram a duvidar delas.

O Renascimento trouxe transformações importantes para o trabalho do historiador. Desse modo, nos primórdios dos tempos modernos, houve a tendência entre os historiadores de romper com a crônica medieval que privilegiava a narrativa⁹. No decorrer da História Moderna (XV-XVIII), os historiadores criaram trabalhos, conciliando erudição e reflexões teóricas. Acrescenta-se que as monarquias absolutistas do ocidente europeu utilizaram-se da História como meio não só de elevar o país e a nação, como também de exaltar a figura do monarca (Caire-Jabine, 2003).

Na Europa Moderna, o Iluminismo¹⁰, além de pôr em dúvida as instituições do Antigo Regime europeu, valorizou a livre investigação científica. As diversas esferas do conhecimento tornaram-se autônomas por intermédio da Filosofia da Ilustração, ou seja, não estavam submetidas aos dogmas e revelações da Igreja Católica, que, em tal período, acabou fomentando o fanatismo e as superstições. No

⁹ Marie-Paule Caire-Jabine (2003) afirma que Philippe de Commines foi o primeiro historiador francês que, além de romper com uma narrativa histórica fundada na crônica medieval, priorizou a explicação e a causa dos acontecimentos, no que diz respeito à escrita da História.

¹⁰ As origens mais remotas do Iluminismo estão no mundo antigo. Todavia, foi na época moderna que ele se desenvolveu. A razão marcou o pensamento filosófico iluminista. Além disso, consoante os estudos disponíveis, o Iluminismo não se constituiu como uma escola, pois revelou-se, acima de tudo, como uma mentalidade, compartilhada por filósofos e por grupos sociais, como a burguesia europeia. Isto posto, deve-se asseverar que a moral iluminista tem como fundamento inicial a ideia de que os homens dividem entre si alguns princípios universais.

século XVIII, em pleno ápice das “luzes”, os filósofos tiveram um grande interesse pela História, principalmente as que se debruçavam sobre os primórdios das nações e civilizações¹¹.

O século XVIII na Europa, que ficou conhecido como o “século das luzes”, também foi marcado pela Revolução Francesa, cujo processo revolucionário gerou desdobramentos políticos, econômicos, sociais e culturais na Europa e no mundo. As interpretações sobre a trajetória revolucionária mobilizaram e mobilizam até hoje a atenção de muitos historiadores¹². Posto isso, cumpre assinalar que, se, de um lado, há muitos documentos importantes para o resgate da História da França, de outro, após o encerramento da revolução, os governos franceses incumbiram as prefeituras francesas de se responsabilizarem pela organização e gestão dos arquivos (Caire-Jabinet, 2003, p. 85-86).

No século XIX, a História ganha aos poucos o estatuto de ciências¹³; por isso, há uma preocupação cada vez maior com a profissionalização do ofício de historiador. Os historiadores franceses, influenciados pelos da Alemanha, investem na criação e consolidação de um método científico que norteasse as pesquisas nesse campo. No limite, há uma preocupação de se chegar à verdade dos fatos. Daí, uma tentativa cada vez maior em delimitar, com precisão, o objeto de estudo da História. Tal perspectiva consolidava uma escrita da História comprometida com os acontecimentos políticos, por intermédio de fontes devidamente comprovadas pelos pesquisadores. O corolário disso foi um distanciamento da História em relação à literatura, na medida em que as narrativas ficcionais não tratavam do real.

Hobsbawm (1988), no livro intitulado *A Era dos impérios (1875-1914)*, defende a tese de que a Primeira Grande Guerra Mundial, embora tenha sido

¹¹ Tanto Montesquieu (1689-1755) quanto Voltaire (1694-1778) utilizam a História para corroborar as suas reflexões filosóficas. Além disso, tomando como base o trabalho de Marie-Paule Caire-Jabinet, pode-se afirmar que os filósofos atribuíram importância ao trabalho de pesquisa em arquivos. Os pensadores, ainda, revelaram interesse por “fatos do cotidiano e pelas técnicas que começam a ser consideradas parte do campo das preocupações do historiador” (Caire-Jabinet, 2003, p. 83).

¹² No ano de 1989, por ocasião das comemorações do bicentenário da Revolução Francesa, inúmeros seminários e congressos realizados na França e no mundo disseminaram novas interpretações e polêmicas, tornando ainda mais vivos os debates sobre a revolução. Enfatiza-se que um dos períodos mais pesquisados sobre o processo revolucionário francês foi o da Convenção (1792-1795). Foi nessa fase que personagens como Robespierre e Saint-Just se destacaram como atores políticos e intelectuais que pensaram o próprio processo revolucionário no qual eles estavam inseridos.

¹³ Na Europa do final do século XIX, os discursos científicos eram cada vez mais representados como portadores do espírito de observação e do rigor científico. Há de se acrescentar que as ideias de meio, raça e hereditariedade ganham força no pensamento europeu.

deflagrada em 1914, foi, na verdade, o desdobramento de uma série de questões engendradas no decorrer do século XIX. Sendo assim, em obra posterior, que é na realidade uma continuação da obra citada anteriormente, o autor considera que, do ponto de vista da perspectiva histórica, o século XX iniciou-se quando foi deflagrada a Primeira Guerra e terminou no final do século XX, com a desagregação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Assim, as duas guerras mundiais, a ascensão dos regimes autoritários e a expansão dos regimes socialistas pelo mundo moldaram a feição deste breve século XX que, segundo o eminente historiador Hobsbawm (1988), terminou mal¹⁴. Compete sublinhar que, depois da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), os Estados Unidos assumiram, definitivamente, uma posição hegemônica na economia mundial reforçada pelo poderio e crescimento da indústria bélica, que desencadeia a corrida armamentista. No outro lado, a União Soviética expande sua zona de influência igualmente com o poder bélico. O confronto das duas potências engendrou a Guerra Fria, que deixou em suspenso uma ameaça constante à paz mundial¹⁵.

No campo da produção do conhecimento histórico, o século XX, principalmente na França, foi brindado por uma série de inovações que alteraram o ofício do historiador. As pesquisas em História, ainda que privilegiassem a esfera da política, aproximaram a pesquisa histórica da Sociologia e da Geografia. Tal tendência foi reforçada pela Escola dos *Annales*¹⁶, o que, posteriormente, permitiu um diálogo vigoroso da História com outros campos do conhecimento, por exemplo, a Antropologia.

Por tudo isso, o estudo da trajetória do conhecimento histórico na cultura ocidental permite afirmar, em primeiro lugar, que existe uma estreita conexão da produção do conhecimento histórico e o processo histórico. Em segundo lugar, embora ocorresse um esforço dos historiadores em delimitar bem o seu objeto de

¹⁴ A obra em questão é intitulada *Era dos extremos: o breve século (1914-1991)*.

¹⁵ Na década de 1989, aos poucos, tornou-se visível a crise do bloco dos países socialistas. O processo iniciado por Mikhail Gorbachev, ao estimular a *glasnost*, “abertura democrática”, e a *Perestroika*, ou “reestruturação da economia”, exemplifica a crise. Em 1991, a própria URSS se desintegra, incapaz de manter unidas as Repúblicas constituídas por diferentes nacionalidades. Concomitante a isso, nos países capitalistas, as práticas neoliberais e o processo de globalização ganharam fôlego no fim do século XX e limiar do XXI. Nesse sentido, o Estado de bem-estar social (Welfare State) foi substituído, paulatinamente, pelo Estado mínimo.

¹⁶ Marie-Paule Caire-Jabinet (2003) afirma que a universidade de Estrasburgo, berço dos *Annales* favoreceu a geração de um clima que ensejou “uma verdadeira multidisciplinaridade” entre os seus estudiosos.

estudo, a História sempre almejou estabelecer vínculos com outros campos do conhecimento.

A busca pelo “real”, no entanto, não significa que o historiador não deixe de estar influenciado por fatores ideológicos e pelo seu contexto histórico que é, outrossim, construído pela linguagem. E, ainda que a literatura tenha como âmagô identificador a ficção, ela se aproxima da História, na medida em que ambas empreendem representações sociais e históricas. A História Cultural e seus instrumentais teóricos, portanto, favorecem também a relação entre a literatura e a História. Nesse sentido, questiona-se: por que devemos, assim, valorizar tanto a diferença entre a literatura, que se ancora em um discurso ficcional, e a História, que, supostamente, tem como base o real?

No livro *A escrituração da escrita: teoria e prática do texto literário*, Gilberto Mendonça Teles (1996) põe em discussão a relação entre o conhecimento histórico e literário; por isso, o texto ficcional – que tem como base a narrativa – é engendrado pelo escritor que, de uma forma direta ou indireta, observa a realidade. Nas palavras do autor:

A narrativa ficcional recolhe fragmentos da realidade até, conforme a época, finge copiar essa realidade. Cria na mais pura tradição literária, um sentido de verosimilhança, de representação semântica externa, aproximando-se o mais possível de uma linguagem denotativa (compartida conscientemente com o leitor) de que está refletindo a realidade (Teles, 1996, p. 376).

Depreende-se, então, que o autor de *A retórica do silêncio: teoria e prática do texto literário* almeje informar ao leitor que o discurso e a narrativa literária apresentam uma lógica própria. O corolário disso é uma demarcação bem precisa entre a literatura e a História, ou seja, a primeira tem como base a ficção e a segunda tem como fundamento o real. Isso posto, pode-se questionar: a lógica do discurso ficcional não poderia ser cotejada com a do discurso histórico?

O discurso literário, tanto o da poesia quanto o da prosa, está relacionado ao “conhecimento das figuras” (Teles, 1996, p. 22). Por conseguinte, tal discurso e a linguagem literária devem ser compreendidos por meio de duas noções de distância: uma que vai para o real linguístico que é uma distância “exterior”, um espaço entre o significante e o significado (Ibid.). “A segunda é uma distância interior, um espaço entre o significante e o significado” (Ibid.). E, seguindo o

caminho construído pelo autor, pode-se inferir que, no discurso literário, a imaginação e as formas da escrita estão profundamente vinculadas ao escritor. Por conseguinte, o cotidiano e o imaginário de um povo são representados pela literatura e ganham significado igualmente por meio dela.

O escritor que constrói uma obra literária, segundo Teles (1996), extrai de sua realidade a matéria para a confecção da narrativa e das personagens. Tal produto literário, todavia, é, na verdade, uma representação, reforçando, assim, a noção de representação. Vale lembrar ainda que a própria História contém um discurso narrativo, em que nada é neutro e tudo se inicia com a própria escolha do assunto a ser perscrutado. Reside aí, desse modo, uma aproximação fulcral entre a literatura e a História.

Resumindo, o uso da literatura para o exame das representações feitas pelas sociedades humanas, através dos tempos, desperta, cada vez mais, o interesse de muitos estudiosos. O texto literário expressa, por meio do escritor ficcionista, um “enredo que poderia ter também ocorrido” (Pesavento, 2002, p. 13).

A noção de representação que vem sendo utilizada pelos historiadores vinculados à História Cultural também está sendo usada pelos estudiosos da literatura, contribuindo, assim, para uma aproximação cada vez maior entre a literatura e a História¹⁷. Tal noção é resultado dos avanços historiográficos que ocorreram, sobretudo, na França do século XX. Peter Burke (1997) considera a Escola dos *Annales*¹⁸ como o ponto de partida para as transformações, no que diz respeito à produção do conhecimento histórico.

A valorização das atitudes mentais pelos estudiosos da terceira geração dos *Annales* favoreceu a disseminação de trabalhos vinculados à História das Mentalidades na Europa, Estados Unidos e América Latina. Ela se ocupou de temas voltados para a vida privada e para o cotidiano, como o amor e a morte, por exemplo. Nesse sentido, os historiadores que se filiaram ao domínio das

¹⁷ No Brasil dos anos de 1980 e 1990, o livro de Nicolau Sevcenko (2003), *Literatura como missão: tensões e criação cultural na Primeira República*, publicado pela primeira vez em 1983, apontou uma série de caminhos para o historiador, no que diz respeito à utilização do texto literário para a compreensão do processo histórico, favorecendo, assim, o fim de uma série de resistências da parte de muitos historiadores em relação ao texto ficcional.

¹⁸ De um modo geral, os pesquisadores fazem menção a três gerações de historiadores que compuseram a Escola dos *Annales*: a primeira geração foi liderada pelos seus fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre; a segunda geração foi liderada por Fernand Braudel; e a terceira teve como expoente o historiador e medievalista Jacques Le Goff.

mentalidades preocupavam-se, outrossim, em resgatar as sensibilidades de homens e mulheres como indicadores e sinais do processo histórico (Pesavento, 2003, p. 31). A inovação de temas, a retomada da narrativa e a preocupação com a longa duração das estruturas mentais são de grande importância para a compreensão da História das Mentalidades. Como explicar, todavia, o avanço da História das Mentalidades e, posteriormente, da História Cultural entre os pesquisadores brasileiros?

O paradigma marxista começou a ser questionado no Brasil dos anos de 1990, ainda que ele predominasse. As críticas em relação às bases teóricas do marxismo, além de colocarem em dúvida as pretensões de uma História inclinada para a totalidade, fomentou a renovação dos estudos no campo das ciências humanas¹⁹. A História das Mentalidades, nesse contexto brasileiro, ganhou destaque, proporcionando a incorporação de novos temas aos estudos históricos. Temas vinculados ao cotidiano, como a sexualidade, ganhou importância entre os pesquisadores brasileiros. Noções, portanto, como a de imaginário, foram utilizadas por historiadores em trabalhos que favoreceram o questionamento do paradigma marxista, promovendo, com isso, um encontro cada vez maior da História, notadamente com a Antropologia e a Psicanálise. Cabe ainda assinalar que a valorização da narrativa, bem como a retomada de estudos que tinham como alvo a vida de personagens históricos, igualmente fortaleceram as conexões entre literatura e História.

A consolidação da História Cultural²⁰ nos meios universitários brasileiros, sobretudo a partir dos anos de 1990, trouxe à tona os nomes de Norbert Elias, Michelet e Burchardt. Norbert Elias (1990), autor do livro *O processo civilizador: uma história dos costumes, no século XX*, inspirou tal domínio de estudos. E, se se

¹⁹ No decorrer dos anos de 1990, houve a intensificação da chamada crise do paradigma moderno, cujas origens estão na Revolução Científica e no Iluminismo. Desse modo, o paradigma conhecido hoje como Pós-Moderno contribuiu para uma série de revisões nas chamadas ciências humanas. No campo do conhecimento histórico, Roger Chartier (2009, p. 12) chama a atenção para “uma possível crise da História nos anos de 1980 e 1990”.

²⁰ Nos principais centros acadêmicos da Europa e do Brasil, a História Cultural superou a História das Mentalidades, que ganhou prestígio entre os pesquisadores no final dos anos de 1980 e primórdios dos anos de 1990. Ronaldo Vainfas (1997) considera que o avanço da História Cultural deve-se, em primeiro lugar, à preservação dos temas ligados ao mental e à afirmação da História como disciplina, aspecto que ficou comprometido no diálogo da História das Mentalidades com outros campos do saber. Em segundo lugar, a História Cultural, ao se preocupar tanto com a cultura elitista quanto com a popular, ganhou destaque entre os historiadores. Em terceiro lugar, ao dizer não à “luta de classes”, a Nova História Cultural procura resgatar no cotidiano o conflito social.

recuar um pouco mais no tempo, historiadores como Michelet e Burchardt, ambos do século XIX, abordaram temas que hoje são investigados pelos historiadores da Nova História Cultural (Pesavento, 2003). Posto isso, vale lembrar que a História das Mentalidades, ao resgatar a narrativa, o cotidiano e as trajetórias de personagens, acabou se aproximando da literatura. O texto literário, portanto, que narra as ações de personagens que poderiam ter existido, tornou-se valorizado pelos historiadores que se dedicavam às mentalidades.

D'Assunção de Barros (2006, p. 131), em trabalho intitulado “História Cultural e História das Ideias: diálogos historiográficos”, afirma que a “noção de cultura” respalda toda a produção historiográfica, que tem como base aquilo que se denomina História Cultural. Assim, pode-se propor a seguinte questão: por que a História Cultural tornou-se um campo historiográfico tão importante, a ponto de mobilizar tantos pesquisadores?

A História Cultural do final do século XX e primórdios do século XXI mobilizou e tende a continuar a mobilizar muitos pesquisadores, pois consagrou, em seu acervo, noções como “práticas”, “representações”, “visões de mundo” e “expressões culturais”, que ensejam uma aproximação mais consistente da História com outros campos do conhecimento (Barros, 2006, p. 137)²¹. A História Cultural, portanto, ainda está longe de uma possível conceituação, pois ela mesma está ainda em construção e não foi afetada por reducionismos. Nas palavras de Roger Chartier (2006, p. 41):

Neste sentido, a nova História cultural não é, ou já não é, definida pela unidade da sua abordagem, mas pelo espaço de intercâmbio e de debates construído entre os historiadores que têm como identidade comum a sua recusa de reduzir os fenômenos históricos a uma só das suas dimensões, e que se afastaram tanto das ilusões do *linguistic turn* como das heranças redutoras que postulavam ou o primado do político ou o poder absoluto do social.

²¹ Os referenciais teóricos da História Cultural estão igualmente sendo utilizados por outros campos do conhecimento. Um exemplo disso é o encontro entre o conhecimento histórico e a história da educação que se tem revelado cada vez mais promissor em função da renovação historiográfica proporcionada pela História Cultural. Assim, a avaliação do processo histórico educacional brasileiro, por exemplo, tem motivado o emergir de novos temas. O emprego da Nova História Cultural na análise do processo histórico educacional brasileiro favorece ao estudioso a utilização de conceitos como os de representação e de mediações culturais.

Posto isso, o maior nome da História Cultural, Roger Chartier, tem-se dedicado a estudos sobre a História da leitura e do livro, bem como a sua circulação e apropriação pelo público leitor. Esses estudos, que têm como alvo investigativo a sociedade francesa do Antigo Regime, ensejam resultados que oportunizam outros pesquisadores a pensar novos temas de pesquisa. Desse modo, o historiador francês tem estudado as redes que foram engendradas em torno da produção, divulgação e características dos leitores no que concerne à leitura. No livro *Do palco à página: publicar e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*, Chartier (2002, p. 13) deixa bem claro ao leitor o principal problema que marcou, e marca até hoje, o conjunto de sua obra: “[...] identificar os modos de circulação e de apropriação de obras e gêneros literários cujo *status*, funções e usos não eram aqueles sugeridos nem pelo texto impresso nem pelos hábitos da leitura silenciosa e solitária”.

Partindo-se das reflexões do autor de *Cultura escrita, literatura e História*, pode-se então afirmar ainda que, no Brasil, as pesquisas voltadas para temas da literatura estão cada vez mais utilizando o conceito de representação²². Tal conceito é basilar nos domínios da História Cultural, na medida em que Chartier (1990, p. 16-17) chama a atenção para o fato de que: “A História cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, dada a ler”. Daí, o estudioso asseverar que as representações de uma determinada realidade histórica exprimem os interesses e os conflitos de determinados grupos sociais.

Além de Chartier, o historiador Carlo Ginzburg (2001, p. 85), no livro *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*, informa que a representação “faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca ausência; por outro lado, torna visível a realidade representada e, portanto sugere a presença”. Também Bourdieu

²² O *Dicionário de análise do discurso* apresenta uma rápida incursão sobre a noção de representação. Nessa obra, Patrick Charaudeau (2004) afirma que o conceito de representação surgiu da ideia de representação coletiva, formulada por Émile Durkheim. Na perspectiva sociológica, portanto, a noção de representação busca compreender a vinculação entre significação, realidade e imagem. Na Filosofia, em uma primeira perspectiva, a representação estaria mais atrelada à noção de que o mundo sensível gera falsas aparências. A segunda perspectiva filosófica tem como base a ideia de que, por intermédio das representações, o homem pode conhecer o seu mundo. Na Psicologia Social, a representação pode ser definida por meio do pressuposto de que os homens em sociedade geram crenças sobre um determinado objeto de uma determinada realidade. Por fim, tomando como base os trabalhos relacionados ao campo da “análise de discurso”, a noção de representação vincula-se ao dialogismo de Bakhtin (Ibid., p. 47).

(2005), na obra *O poder simbólico*, contribuiu para o enriquecimento do conceito de representação, quando evoca o poder simbólico. Segundo o autor francês, há uma relação entre produção de ideias e representações.

No livro *As palavras e as coisas*, Michel Foucault (2002) investiga a importância da linguagem como meio de representação de um fenômeno social. O autor afirma que, no quadro sobre as meninas, Velásquez representa o instante de criação do pintor. Ele conduz, então, o expectador na observação do cenário que compõe a obra. Assim, segundo o autor: “os olhos do pintor captam-no, constroem-no a entrar no quadro, designam-lhe um lugar ao mesmo tempo privilegiado e obrigatório, apropriam-se de sua luminosa e visível espécie e a projetam sobre a superfície inacessível da tela virada” (Foucault, 2002, p. 6). A partir daí, o autor de *As palavras e as coisas* considera que a palavra e a escrita não conseguem retratar a cena em sua originalidade. Logo, a linguagem representa uma ideia e remete o expectador e o leitor para a observação de uma situação ausente. Desse modo, o pensador descreve o caminho utilizado para a construção da representação feita pelo pintor no processo de criação artística.

Posteriormente, no capítulo intitulado “A prosa do mundo”, na obra *As palavras e as coisas*, Foucault (2002) aprofunda a importância dos signos e da linguagem como meios para o desvendamento do mundo. Este, portanto, é constituído por signos que são desvelados o tempo todo pelos homens. A linguagem, todavia, não revela e não contém com exatidão o objeto e a coisa, porque o que ocorre, na verdade, é uma representação. Nas palavras do próprio autor: “O mundo é coberto de signos que é preciso decifrar, e estes signos, que revelam semelhanças e a finidades, não passam, eles próprios, de formas da similitude” (Ibid., p. 44). Pode-se inferir, por meio de tal assertiva, que o processo de conhecimento fundado na investigação, por intermédio da linguagem, não caracteriza plenamente o objeto cognoscível e sim as suas representações.

Por tudo isso, as palavras, além de acentuarem a dimensão humana, representam o mundo para o homem no seu cotidiano. Representar, entretanto, não significa materializar o objeto ou aquilo que se pretende conhecer e sim colocar à disposição do homem uma figura que não está presente. Por conseguinte, acredita-se que as noções apresentadas por esse autor sobre representação fornecem subsídios importantes não só para a compreensão das relações entre literatura e

História, como também para a avaliação do papel da crônica como um meio de conhecimento de uma determinada realidade histórica.

2.2.

Crônica, Literatura e História

Moisés (2004), no *Dicionário de termos literários*, assevera que o vocábulo “crônica” passou por mudanças, no que diz respeito a seu sentido. Tais mudanças estão, na verdade, em consonância com o desenvolvimento da História do mundo ocidental. Desse modo, no contexto histórico que assinalou o fim do Império Romano do Ocidente e a afirmação do cristianismo, a crônica era uma escrita organizada, a partir de relatos que eram arrumados cronologicamente (Moisés, 2004, p. 110). Essa representação sobre a crônica permaneceu na Idade Média. No período da História europeia que ficou conhecido como moderna (XV-XVIII), em especial no Renascimento, “o termo crônica começou a ser substituído por História” (Moisés, 2004).

Afrânio Coutinho (2008, p. 99), no livro intitulado *Notas de teoria literária*, classifica a crônica como vinculada a um gênero ensaístico ou discursivo, porque tem como base a exposição direta da visão do autor. No que tange ao sentido etmológico cujas origens remontam à Grécia antiga crônica vem de *Khromos* que significa tempo (Ibid.). No que concerne à língua portuguesa “crônica” e “cronista” são utilizados como um gênero literário vinculado ao jornalismo. Além disso, segundo o autor, a crônica como gênero literário preocupa-se com assuntos que, no cotidiano, são caracterizados como efêmeros. O cronista retira passagens ou fatos do dia a dia que, muitas vezes, passam despercebidos pelas pessoas²³. Há de se acrescentar que em sua essência a crônica possui uma natureza literária e uma outra ensaística (Ibid.).

Ao relatar e representar as primeiras crônicas sobre as terras portuguesas na América, Pero Vaz de Caminha torna-se oficialmente o primeiro cronista do Brasil. Segundo Jorge de Sá (2005, p. 5), o texto de Caminha é um exemplo de

²³ Afrânio Coutinho (2008a, p. 105) diz ainda o seguinte sobre a importância da crônica para a literatura brasileira: “Na literatura brasileira, a crônica, a partir do Romantismo, alcançou um desenvolvimento e uma categoria que fazem dela uma forma literária de requintado valor estético, um gênero específico e autônomo, a ponto de ter incluído Tristão de Athayde a criar o termo ‘cronismo’ para a sua designação geral”.

crônica no sentido literário. Posto isso, o autor de *A crônica*, sublinha que o cronista é um artista, na medida em que capta do cotidiano, aspectos singulares que são construídos artisticamente, por intermédio da palavra²⁴. Pode-se inferir, portanto, que o cronista estabelece uma relação íntima com o leitor que vê pelas lentes do escritor uma cidade que, na maioria das vezes, ele não vê. O cronista, desse modo, representa o cotidiano da cidade, fragmentado e aquilatado por várias experiências humanas. E, no limite, ele extrai do cotidiano a matéria-prima transformada em narrativas que compõem um texto literário. Por fim, o cronista, atento, tece o seu texto, imprimindo-lhe uma dimensão literária.

No século XIX, a crônica passou a ser identificada como uma escrita literária. Ainda de acordo com as informações do autor, o escritor francês Julien-Louis Geoffroy foi o primeiro a empregar a crônica na acepção literária. A crônica no sentido literário disseminou-se com rapidez na Europa e no Brasil. Isso posto, dois dos escritores cariocas importantes, Machado de Assis (1839-1908) e Lima Barreto (1881-1922), dedicaram um expressivo tempo de seu ofício literário a escrever crônica. Eles tomaram como matéria-prima o fértil cotidiano da cidade, justamente no momento em que o Rio de Janeiro sofria as influências das reformas urbanas. Por conseguinte, pode-se afirmar que tais crônicas constituem um rico material para a compreensão de como e com que intensidade o processo de modernização, alterando a fisionomia urbana da cidade, mudou também o imaginário de seus habitantes, nele imprimindo novos símbolos, tais como os de progresso e civilização.

A identificação da crônica como uma escrita literária, contudo, não desvincula tal escrita de suas origens, enquanto relato do tempo que almeja captar uma série de acontecimentos. Nesse sentido, ela é ainda um documento que resgata o cotidiano de homens e mulheres, através dos tempos²⁵. As pesquisas sobre as crônicas brasileiras fornecem não só ao pesquisador um acervo valioso para o entendimento da escrita literária, como também informações sobre aspectos

²⁴ Jorge de Sá (2005, p. 23) afirma ainda o seguinte: “A busca do pitoresco permite ao cronista captar o lado engraçado das coisas, fazendo do riso um jeito ameno de examinar determinadas contradições da sociedade”.

²⁵ No livro *A crônica na Literatura Brasileira*, William Valentine Redmond (2008) sublinha o seguinte sobre o sentido geral da crônica: “A crônica, em seu sentido geral, é um breve comentário sobre algum fato do cotidiano. Trata-se de um gênero literário produzido para ser veiculado na imprensa, de finalidade utilitária com o objetivo de agradar aos leitores dentro de um espaço de mesma localização” (Ibid., p. 11).

do cotidiano que remetem o estudioso a compreender o processo histórico de um determinado momento histórico. Por tudo isso, a vinculação entre crônica enquanto escrita literária e escrita da História permanece e fomenta ainda mais o diálogo entre a literatura e as ciências humanas em geral.

A crônica, enquanto gênero literário, segundo Antonio Candido (1992), tem, na verdade, o cotidiano de homens e mulheres como o seu grande personagem. Assim, por intermédio das coisas aparentemente banais e efêmeras, ocorre o resgate também das relações políticas, econômicas, sociais e culturais²⁶.

A representação da crônica como uma escrita literária que se preocupa e ocupa com o cotidiano, inevitavelmente, mais uma vez, põe para o plano das reflexões teóricas a relação entre literatura e História, pois, no olhar do cronista, está implícito também o olhar do historiador. Conforme Margarida de Souza Neves (1995, p. 17), há nos cronistas de todas as épocas a ambição de “condensar na letra o tempo vivido”. A crônica, portanto, ao se identificar com as chamadas coisas banais e fragmentadas do cotidiano, registra igualmente o tempo construído pelos seres humanos²⁷. O cronista, desse modo, resgata o indivíduo em suas experiências singulares, aspecto muitas vezes preterido pelo estudioso²⁸.

²⁶ No livro *Contramargem – II: estudos de literatura*, Teles (2009) afirma que, inicialmente, a crônica foi um gênero histórico, pois os fatos narrados eram postos de maneira cronológica. Todavia, no século XVI, no contexto histórico que marcou o início da colonização europeia na América, os cronistas em seus escritos passaram a misturar a realidade com o fantástico. Posteriormente, cronistas brasileiros, como José de Alencar e Machado de Assis, preocuparam-se com os acontecimentos do cotidiano. Atualmente, o avanço dos meios de comunicação, em especial a Internet, tem afetado a produção de crônicas, sem, contudo, desvinculá-la da sua vocação primordial: o resgate do cotidiano. Porém, consoante Teles (2009, p. 399-400), a crônica: “Continua gênero narrativo, como na *Crônica de uma morte anunciada*, de Gabriel García Márquez, difere, entretanto, da história porque esta compara, estuda e interpreta; a crônica, não”.

²⁷ Os historiadores filiados hoje à chamada micro-história e que têm Carlo Ginzburg como um dos seus maiores nomes, trouxeram para o domínio da pesquisa histórica a preocupação com assuntos que remetem o leitor a compreender o cotidiano, a partir daquilo que se pode chamar de “coisas miúdas”. Para esses pesquisadores, portanto, a chamada redução de escala, no que concerne à observação, permite, por intermédio de aspectos do cotidiano, a compreensão da totalidade histórica. Nesse sentido, a crônica, que elege em sua grande maioria assuntos do dia a dia, autoriza ao pesquisador das ciências humanas realizar o seguinte exercício proposto pelos pesquisadores da chamada micro-história: perscrutar o macrocosmo social por meio de situações que são, muitas vezes, preteridas, por serem consideradas insignificantes.

²⁸ No livro *Exercícios de micro-história*, Mônica Ribeiro de Oliveira e Carla Maria Carvalho de Almeida (2009, p. 8), na apresentação, afirmam o seguinte sobre a micro-história: “A micro-história propõe um procedimento na quase artesanal de aproximação do objeto, à semelhança do olhar através de um microscópio, que revela uma série de aspectos antes impossíveis de detectar pelos procedimentos formais da disciplina. Utilizando-se da redução de escala de observação para o entendimento de questões mais gerais, a micro-história resgata o elo entre o micro e o macro”.

Por tudo isso, podem ser levantados os seguintes questionamentos: como pensar a trajetória da crônica no Brasil, tomando em primeiro lugar suas relações com a imprensa? Como determinar, em seguida, a importância da crônica enquanto escrita literária que resgata as representações da modernização urbana do Rio de Janeiro, por meio do cotidiano? E, finalmente, por que eleger as crônicas de Machado de Assis e de Lima Barreto como meios de representação da modernização urbana da cidade do Rio de Janeiro?

Na obra *A história da imprensa no Brasil*, a qual se tornou referência obrigatória para os pesquisadores que se debruçam sobre a importância dos jornais como fontes e objetos de estudos, Nelson Werneck Sodré (1996) sublinha, de modo enfático, a relação entre a história da imprensa e a dinâmica história da sociedade capitalista. O autor aponta, igualmente, as relações entre a imprensa e o capitalismo, tomando como base a liberdade de informação e a opinião pública. Ele expõe, ainda, os benefícios técnicos angariados pela imprensa no contexto da Revolução Industrial, cujo pioneirismo coube aos ingleses. Nesse sentido, pode-se afirmar que a difusão das máquinas favoreceu a multiplicação dos impressos, oportunizando a formação de um público e a inserção da imprensa no âmbito da empresa capitalista.

No que concerne ao resgate da história da imprensa no Brasil, o autor chama a atenção para o fato de os portugueses terem promovido, no período colonial, uma censura que abrangia a produção de impressos e livros. O corolário disso, seguindo a lógica de Sodré, foi a extensão do controle dos escritos que chegavam à América de colonização portuguesa, impedindo, com isso, o desenvolvimento da imprensa portuguesa²⁹.

Maria Helena Rolim Capelato (1988), no livro intitulado *Imprensa e História do Brasil*, convergindo de um modo geral com Sodré, outrossim, pontua as ações da coroa portuguesa no sentido de criar óbices para o desenvolvimento das atividades jornalísticas na América de colonização portuguesa. A historiadora, contudo, arrola

²⁹ Segundo Lilia Moritz Schwarcz (1987, p. 55): "Foi na Holanda que se imprimiu o primeiro jornal ou folhetim, que apareceu em Pernambuco em 1647. A partir de então, e principalmente nos primeiros anos do século XVII, várias tentativas foram feitas por particulares, visando à fundação de tipografias e publicação de periódicos. Todas elas, porém, viam-se frustradas face à expressa e irrevogável proibição do governo metropolitano, cujo rigor chegava ao extremo de enviar ao reino o material recolhido". Também Marco Morel e Mariana Monteiro Barros (2003), na obra *Palavra, imagem e poder*, afirmam que a *Gazeta de Lisboa* circulava no Rio de Janeiro de 1778.

outros fatores que serviram de obstáculos para o desenvolvimento da imprensa, tais como o reduzido número de pessoas que tinham acesso à cultura letrada e o baixo desenvolvimento urbano; contudo, mesmo com todas as dificuldades, segundo a autora, houve na colônia a circulação de impressos, cujos conteúdos eram, muitas vezes, disseminados de forma oral.

A implantação do governo português no Brasil, em razão da vinda da família real, transformou o Rio de Janeiro em sede do Império português. O desdobramento disso foram as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que ocorreram sobretudo no Rio, mas que repercutiram em toda a colônia. Especificamente, no que diz respeito à imprensa, segundo a autora, houve a criação de jornais na então capital do Império e em províncias, como as de São Paulo, Bahia e Pernambuco. Pode-se, então, considerar que o número de jornais cresceu no contexto da presença da família real, das lutas pela independência e nos anos agitados que vão de 1822 a 1840 que coincidem com Primeiro Reinado (1822-1831) e com o período regencial (1831-1840)³⁰.

O Segundo Reinado (1840-1889), que coincide com o reinado de D. Pedro II, marcou o auge do regime monárquico, embora no final dos anos de 1860 aparecessem os primeiros indícios de debilidade da Monarquia. As questões que estiveram em torno do trabalho escravo, tais como a questão do fim de tráfico de escravo e a perspectiva de encerramento da escravidão, agitaram os círculos políticos e intelectuais, principalmente da capital do Império. A produção literária e a imprensa foram alimentadas com questões concernentes ao trabalho escravo e às ideias que gravitavam em torno deste: emancipacionismo, abolicionismo e abolição. Há de se acrescentar que a carreira de um escritor, dependendo das relações que ele estabelecesse com os meios jornalísticos, poderia decolar ou não. O crescimento de um público leitor, estimulado pelos romances publicados em formato de folhetim, igualmente favoreceu a expansão de um mercado que acelerou a profissionalização da imprensa, notadamente nos centros urbanos. Convém ainda ressaltar que o Romantismo, estilo literário que esteve associado, no século XIX,

³⁰ Tanto o livro de Maria Helena Capelato quanto o de Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros indicam os nomes de jornais que tiveram atuações expressivas durante o período em que houve a formação do Estado nacional brasileiro.

com o esforço da nacionalidade brasileira, reforçou os vínculos da imprensa e da literatura no Brasil (Morel; Barros, 2003).

A cidade do Rio de Janeiro no século XIX, sobretudo a partir do Segundo Reinado, desenvolveu “relações de sociabilidade” que favoreceram a circulação de jornais e outros impressos, estimulando, concomitantemente, a constituição de um público leitor³¹. Tal situação alimentou, para Morel e Barros (2003), práticas individuais e coletivas de leitura.

A modernização da imprensa na cidade do Rio de Janeiro ocorre no contexto da implantação do regime republicano, juntamente com as reformas urbanas lideradas pelo prefeito Pereira Passos. O resgate do processo histórico de modernização da imprensa, no entanto, indica que ele já vinha acontecendo desde os anos de 1870. Pode-se inferir, portanto, que a então capital do Império foi beneficiada com a organização de uma indústria jornalística que favoreceu o surgimento de novos periódicos e escritores. Cumpre informar, ainda, que escritores consagrados e que estavam em plena formação e ascensão beneficiaram a imprensa e foram por ela beneficiados. Segundo Clara Miguel Asperti (2006, p. 47):

Esta relação tão íntima entre grandes nomes da literatura do momento e periódicos na passagem do século, este pêndulo entre literatura e jornalismo que surge com a colaboração assídua dos literatos nacionais e estrangeiros nas folhas diárias como um todo, e a consagração recíproca gerada por esta parceria incontestavelmente na consolidação de um dos mais marcantes jornais nascidos no século XIX: a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro.

Posto isso, jornais como o periódico citado acima, além de se ocuparem com temas da atualidade, igualmente se preocuparam com a divulgação de obras literárias. O romance³² e a crônica preencheram espaços privilegiados na imprensa brasileira a partir do século XIX. Logo, o triunfo da literatura, nos meios jornalísticos europeus e brasileiros, pôs, para a tradicional cultura letrada ocidental, o desafio no

³¹ Clara Miguel Asperti (2006), no artigo intitulado “A vida carioca nos jornais: *Gazeta de notícias* e a defesa da crônica” assinala que, com exceção do *Jornal do Comércio*, os outros diários apareceram no Rio depois da metade do século XIX. Os principais, conforme a autora, seriam: “*Gazeta da Tarde* (1880), *O País* (1884), *A Notícia* (1884), *Diário de Notícias* (1885), *Cidade do Rio* (1888) e o mais popular dentre todos, a *Gazeta de Notícias* (1875)” (Asperti, 2006, p. 46).

³² O folhetim, que se originou na França do século XIX, colaborou para uma popularização dos periódicos. No caso específico do Brasil do século XIX, tal publicação foi bem recebida entre o público leitor. A narrativa literária dos folhetins no Brasil nessa época abrangeu temas diversos, que aproximavam as publicações da imprensa do cotidiano de homens e mulheres.

que concerne a uma aproximação de temas que eram vividos e representados pela população que, em sua grande maioria, não tinha acesso, por exemplo, a uma cultura engendrada nos meios acadêmicos.

As crônicas constituem-se como um meio importante para a compreensão da literatura enquanto caminho para se desvelar o processo literário e histórico da cidade do Rio de Janeiro. Por conseguinte, elas revelam as representações e impressões feitas pelos personagens históricos sobre a cidade.

Beatriz Resende (1995, p. 35) afirma que a crônica, além de ser um tipo de literatura urbana, possui, com a cidade do Rio de Janeiro, “uma relação longa, apaixonada, uma relação toda especial”³³. A crônica, então, além de ter, frequentemente, a sua importância literária sublinhada pelos pesquisadores da literatura, outrossim, é reconhecida pelos historiadores que assinalam o seu papel para o desvendamento do processo histórico. Talvez resida aí um dos pontos que aproximem os cronistas do Rio, pois, na verdade, os escritores que teceram escritas literárias por meio da crônica, em determinados contextos históricos, igualmente representaram os seus tempos, ou seja, exerceram o ofício de historiador.

A condição do Rio de Janeiro como centro político, administrativo, econômico e cultural do Brasil, a partir do século XVII, acabou atraindo para a cidade a atenção de muitos observadores³⁴. Os relatos e as descrições sobre a cidade no período colonial e imperial, portanto, acabavam informando sobre os assuntos que marcaram o cotidiano dos habitantes da cidade. No século XIX e na Primeira República (1889-1930), a crônica enquanto texto literário ganhou cada vez

³³ Ainda que a crônica seja vista por muitos como um gênero literário menor, ela conduz o leitor não só pelos meandros do texto literário em si, como também pelos caminhos que ensejam o desvendamento de uma certa realidade social. Nesse sentido, as palavras de Resende (1995, p. 36) são insubstituíveis: “Desse modo, percebemos que textos como as crônicas, o memorialismo, a correspondência nos conduzem a uma compreensão da produção cultural brasileira que se enriquece, inclusive, pela perspectiva interdisciplinar que recebe”.

³⁴ No livro *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*, Maria Fernanda Bicalho (2003) relata uma série de representações sobre a cidade e que se consolidaram no imaginário dos seus habitantes. Assim, a exuberância, a beleza e o medo com relação às invasões estrangeiras, sobretudo às francesas. Nesse sentido, escritores como Gandavo e Cardim acabavam atuando como cronistas, consoante Bicalho (2003, p. 33): “Tanto para Gandavo como para Cardim, e para todos os outros que se ativeram à descrição da baía de Guanabara e de suas cercanias, havia uma íntima relação entre a topografia da região, o estabelecimento da cidade e a sua fortificação. A natureza, se encantava os europeus por sua beleza e exuberância, sugeria-lhes o ato construtor, a ação de colonizadores sobre o território ultramarino, coincidindo núcleo urbano, presença política da metrópole e defesa da região”. Ivete Helou da Silva (2002, p. 29), na obra *Machado de Assis: o cronista míope*, também afirma que: “O cultivo da crônica histórica está ligado às condições político-administrativas do país. As modalidades produzidas no Brasil-Colônia têm início com o objetivo de atrair o europeu para o povoamento e a colonização”.

mais prestígio entre os escritores. Desse modo, segundo Neves (2009, p. 128): “Os cronistas parecem ter sido, desde sempre, grandes leitores da cidade. E não faltam, entre eles, críticos literários e historiadores, aqueles que percebem um pacto entre a crônica e a cidade do Rio de Janeiro”.

O processo de modernização urbana da cidade do Rio de Janeiro, que teve início na verdade a partir do final do século XIX e que se alongou por toda a Primeira República, deve ser compreendido por vários ângulos. Além disso, os seus desdobramentos não atingiram de forma homogênea a cidade, o cotidiano de seus moradores. Os republicanos, principalmente com o triunfo do próprio regime, passaram a disseminar representações como as noções de progresso e civilização. Tais valores deveriam nutrir o imaginário da República, a fim de que o país se ingressasse no seletivo grupo de nações desenvolvidas.

Mônica Velloso Pimentel³⁵, em estudo sobre a cultura urbana carioca, no período que coincide com a chamada Primeira República no Brasil, considera que os trabalhos dos cronistas do Rio registram um apanhado bastante considerável sobre o cotidiano da população. Por isso, corroborando com as teses de Margarida de Souza Neves, a autora sublinha a relevância da crônica como documento literário e histórico³⁶. Com relação ao segundo aspecto evidenciado, há de se ressaltar, mais uma vez, que o cronista registra as representações engendradas no dia a dia por personagens fictícios ou não, mas que são portadores de impressões das principais questões e problemas que eram vivenciados pelos moradores do Rio de Janeiro no final do século XIX e no início do século XX. Assim, Velloso (2004, p. 18) alerta o leitor para a força das representações urbanas:

Esse é um aspecto para o qual desejo chamar a atenção: a força das representações urbanas como expressão da ambivalência e da tensão que marcam a cultura política carioca e, num nível mais amplo, a própria constituição de nosso processo histórico. Portanto, interessa mostrar aqui como determinados cronistas e caricaturistas estão expressando traços – mesmo que esmaecidos, precários e ambíguos – capazes de revelar a existência de uma cidade plural e polifônica. De uma cidade que presentifica os seus habitantes, contrastando com aquela cidade-maquete idealizada pelas representações dos “produtores de espaço”.

³⁵ VELLOSO, Mônica Pimentel. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaços*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

³⁶ A autora concorda com o texto intitulado “Rio de Janeiro, cidade da crônica”, de Neves (1995).

Nesse sentido, a força da crônica como um documento literário que se impôs aos escritores, permitindo, inclusive, que muitos tivessem a chance de conquistar um ganho financeiro e um notório respeito intelectual, outrossim, serviu como testemunho de um valor incomensurável, capaz de captar os meandros e as redes de comunicação que foram tecidas pelos indivíduos na construção do processo histórico do Rio de Janeiro dos tempos que assinalaram o fim do regime monárquico e o início da República. Além disso, se os cronistas retiravam do cotidiano os acontecimentos que marcavam o dia a dia dos habitantes da cidade, eles acabavam ainda sendo formadores de opinião. Pode-se inferir, então, que a aceitação ou não do processo de modernização urbana do Rio de Janeiro, juntamente com as noções de progresso, modernidade e civilização, dependia igualmente da relação do cronista com o seu público³⁷.

A presença do escritor e do intelectual na cena urbana carioca, em um momento crucial da história da cidade, põe em destaque, mais uma vez, a importância da crônica enquanto escrita que resgata as representações da modernização urbana do Rio de Janeiro, por intermédio da investigação do cotidiano. Por conseguinte, o cronista que resgata a “coisa miúda” consegue representar para o seu leitor as principais características de seu tempo. Pode-se, ainda, afirmar que, por meio do seu olhar, que é materializado e eternizado pela escrita, o cronista realiza o papel do *flâneur*, porque, concomitantemente, a admiração que expressa em relação aos símbolos da modernização carioca coloca-se em posição de espanto em relação a eles³⁸.

As pesquisas sobre a obra dos escritores Machado de Assis e Lima Barreto crescem cada vez mais no Brasil. A produção literária de cada um desses escritores

³⁷ Segundo Neves (1995), no texto intitulado “Rio de Janeiro, cidade da crônica”, o prestígio angariado por muitos cronistas acabou determinando a orientação política de diversos periódicos cariocas. Cabe afirmar que a autora defende a tese de que a participação dos cronistas na esfera pública é um bom caminho para se compreender a razão de ser atribuído ao Rio de Janeiro o título de cidade das crônicas e dos cronistas.

³⁸ No livro *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*, que foi publicado no Brasil no ano de 1989, Walter Benjamin realiza reflexões em torno da figura do *flâneur*. Inicialmente, vale lembrar que essa figura foi inspirada no poeta francês Baudelaire. Tal figura está inicialmente vinculada ao fenômeno da modernidade europeia e a seus símbolos, como, por exemplo, à ideia de progresso. Ele é uma personagem urbana que, ao mesmo tempo, admira os novos símbolos da modernização engendrados no espaço da cidade, teme-os e, por isso, volta-se para o passado. Logo, tal personagem, que caminha de maneira solitária perante a multidão, percebe que o seu mundo banalizou-se, pois tudo está impregnado pelo fetiche da mercadoria, inclusive nos locais em que circula.

vem despertando interesse, não só entre os estudiosos da área de Letras, como também entre historiadores, filósofos, sociólogos e psicólogos. Isto se deve ao fato de que ambos os escritores permanecem instigantemente atuais, motivando, por esta razão, visitas constantes de todos os que desejam conhecer o Brasil e refletir sobre ele.

Tanto o autor de *Dom Casmurro* quanto o de *Clara dos Anjos* representaram uma série de problemas políticos, econômicos e sociais que hoje permitem aquilatar a História do Brasil, nos fins do século XIX e início do século XX. Ou seja, entrar em contato com a literatura machadiana e limiana, sobretudo com as suas crônicas, é ter o privilégio de pensar e representar o Brasil sob ângulos variados. Daí, a proliferação de estudos sobre suas obras nas mais distintas áreas do conhecimento.

A abordagem crítica das crônicas de Machado de Assis e Lima Barreto pode fornecer subsídios importantes para a compreensão das representações de realidades diversas inspiradas pelo cotidiano do Rio de Janeiro e, dentre estas, uma foi especificamente escolhida: a modernização urbana do Rio de Janeiro na Primeira República (1889-1930). O conceito de representação permite estudar as crônicas dos dois escritores e nelas identificar as várias faces de um momento da vida carioca e, por extensão, o cotidiano de homens e mulheres.

Posto isso, as crônicas de Machado de Assis e Lima Barreto refletem sobre assuntos polêmicos ou passíveis de discussão da realidade econômica, política, social e cultural brasileira dos séculos XIX e XX. Por reelaborarem fragmentos da realidade histórica, as crônicas podem ser vistas como testemunhos do cotidiano e ocasionam representações da parte de quem as escreve. No presente caso, escolheu-se o cotidiano carioca, no momento em que ocorria o processo de modernização urbana do Rio de Janeiro.

Ao fazer de palco de suas crônicas o Rio de Janeiro, que à época estava revolucionado por obras de modernização urbana, os dois escritores representaram os assuntos do cotidiano carioca – as inovações tecnológicas, a moda e os novos costumes modificadores de comportamentos. Nesse sentido, ao se posicionarem contra, a favor, ou ainda simplesmente registrar com isenção algumas dessas ocorrências, passaram a lamentar o que fora alterado pelas reformas urbanas em curso, valorizando, por exemplo, a geografia do Rio antigo. Todavia, parece precipitado considerar os dois autores como base nessa atitude, retrógrados ou

inimigos incontestes do progresso, da civilização e da modernidade. Talvez suas crônicas apenas expressassem indagações e perplexidades oriundas dos problemas e incômodos provocados pelos trabalhos de modernização para o dia a dia da cidade.

Em texto recém-publicado, Leonardo Affonso de Miranda Pereira (2009) afirma que Machado de Assis, no momento em que ainda não havia alcançado o ápice enquanto escritor orientava o seu olhar crítico em relação aos possíveis desafios que os escritores brasileiros teriam de enfrentar³⁹. Machado, conforme Pereira, pensava tais questões a partir de um momento em que prevalecia, no Brasil do século XIX, o Romantismo como estilo literário. As contendas que envolviam as tentativas de se pensar a questão nacional, no período do Império, marcaram as origens e o processo de constituição do Romantismo no Brasil. Desse modo, segundo Pereira (2009, p. 275):

Como Machado de Assis, vários outros autores buscavam então uma fórmula literária que lhes permitisse dialogar mais diretamente com o tempo. Estimulados tanto por novas correntes estéticas de inspiração europeia quanto por questões e desafios propriamente locais, romancistas e poetas tentavam oferecer suas próprias alternativas para a crise literária que enfrentavam. De tais tentativas resultou diversificado quadro literário, expresso de maneira vaga nas definições habitualmente feitas de movimentos como o realismo, o naturalismo e o parnasianismo.

Pode-se inferir que as transformações pelas quais o Brasil passou, sobretudo a partir dos anos de 1870, influenciaram o modo de Machado conceber os temas que determinaram a sua produção literária. Nesse sentido, a edificação de uma nova fórmula literária, bem como a adoção de novos estilos literários, foi o caminho lógico dos escritores do Brasil do final do século XIX. Conforme o autor, tais estilos, concomitante à incorporação de temas que estavam presentes na cena nacional brasileira, fizeram com que escritores como Machado de Assis estivessem mais próximos de seu tempo. A sociedade carioca e os seus moradores, bem como

³⁹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do Império. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 3.

as questões marcantes do cotidiano, igualmente serviram no caso de Machado de Assis de inspiração para a elaboração de romances e crônicas⁴⁰.

O pesquisador, ao se debruçar sobre as crônicas do autor de *Esaú e Jacó*, depara-se com uma série de dificuldades inerentes à utilização de tal gênero literário para o desvendamento e as representações de uma determinada realidade social. Uma primeira dificuldade talvez resida na própria relação entre literatura e História, pois, se, de um lado, a escrita da crônica remete o leitor ao cotidiano de homens e mulheres e que é imortalizada pela “pena” do cronista, de outro, como comprovar a veracidade daquilo que é narrado pelo cronista sobre um determinado acontecimento do cotidiano? Uma segunda dificuldade concerne, especificamente, a Machado, que se utiliza habilmente do texto literário para arrolar concepções e ideias, por intermédio de um narrador ou de um personagem e que, necessariamente, não reflitam as suas concepções de mundo⁴¹.

Posto isso, o trabalho de Gledson (2003), que teve como um de seus objetivos descortinar caminhos, no que diz respeito à importância do texto literário machadiano para o entendimento da sociedade brasileira do século XIX, ao propor a noção de “realismo enganoso”⁴², sugere ao leitor uma leitura a contrapelo da obra literária do romancista carioca, ou seja, cabe a ele tomar cuidado com a escrita machadiana, na medida em que, muitas vezes, ela pode induzir o público leitor a um erro de interpretação. Nesse sentido, as afirmações do autor sobre o “realismo enganoso” são insubstituíveis:

⁴⁰ Na obra intitulada *Machado de Assis: ficção e história*, John Gledson (2003) assinala que Machado de Assis, enquanto romancista, tinha a intenção de fazer de sua escrita literária um meio para a compreensão da natureza e da sociedade. Logo, o autor compara o nome de Machado ao de outros grandes nomes da literatura ocidental. Desse modo, ele sublinha: “Considero que os romances, como um todo, pretendem transmitir grandes e importantes verdades históricas, de surpreendente profundidade e amplitude” (Ibid., p. 25).

⁴¹ Tal formulação foi feita a partir das reflexões do texto de Sidney Chalhoub (2005, p. 67), intitulado “A arte de alinhar histórias: a série A + B de Machado de Assis”: “Isso porque, já de início, deve-se perguntar se os textos das crônicas são de Machado de Assis – ou, mais precisamente, se as ideias ou conteúdos mais transparentes ou imediatos deles são os próprios de Machado de Assis – ou se o que temos são ideias de personagens-narradores, personagens de ficção, construídos laboriosamente, e por isso mais ou menos distantes do autor. Lélío, João das Regras, Malvílio, Policarpo (ou Policarpo?) para ficar apenas nos pseudônimos das séries cronísticas da década de 1880, são narradores com desenvoltura própria, como Brás Cubas ou Dom Casmurro, por exemplo, ou são personalidades ‘fracas’, por assim dizer ventríloquos (ainda que irônico) de seu autor, Machado de Assis?”.

⁴² A expressão “realismo enganoso”, criada por John Gledson, surgiu na obra: *Machado de Assis: impostura e realismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Cabe acrescentar que Nicolau Sevcenko (2003) considera a obra, *Machado de Assis: ficção e história*, um desdobramento do livro que criou o tema “realismo enganoso”.

A novidade de minha argumentação reside mais nos aspectos referentes à natureza e à extensão desse realismo. Ele é sobretudo enganoso: ou seja, está oculto do leitor, de maneira que se torna necessário ler nas entrelinhas para entender o romance. O que parece um detalhe banal (a admiração de José Dias por Padre Feijó, ou pelos primeiros atos de Pio IX como papa), ou uma digressão, como o capítulo da Ópera – se interpretados corretamente, encaixam-se num quadro realista extraordinariamente multifacetado, no qual a vida psicológica, sexual, familiar, social, religiosa, política e ideológica do período nos é apresentada como um todo interligado, tendo Bento naturalmente como centro. Por serem em tal número esses detalhes, compondo além disso aquele todo, estou convencido de ser essa a maneira correta de ler Dom Casmurro (pelo menos no que diz respeito às intenções de Machado) (Gledson, 2003, p. 23).

A partir das afirmações de Gledson, pode-se concluir, em um primeiro momento, que o estudioso, do ponto de vista metodológico, sugere uma leitura holística⁴³ do texto literário machadiano, na medida em que indica um modo de interpretação do romance *Dom Casmurro*, perscrutando as várias partes aparentemente desconexas. O autor, portanto, fornece ao leitor um caminho precioso para se escapar das armadilhas do texto machadiano.

Desse modo, acredita-se que a crônica literária de Machado de Assis deve ser tratada em uma perspectiva de leitura holística, ou seja, as representações empreendidas pelo escritor em relação ao processo de modernização urbana carioca e os seus símbolos estão presentes no conjunto de suas crônicas, principalmente as que foram escritas a partir do final do século XIX. Tal leitura, entretanto, não deve preterir o cotidiano fragmentado da população carioca em um tempo de profundas transformações, que alteraram, aos poucos, a fisionomia urbana da cidade. O resgate desse cotidiano, então, deve ser feito a partir de um caminho que investigue as representações machadianas sobre o processo de modernização urbana da cidade, os seus emblemas e as impressões dos personagens presentes nas várias crônicas do escritor. Assim, por intermédio das possíveis conexões entre as crônicas tecidas pelo autor de *Memorial de Aires*, pode-se concluir que elas oferecem um painel fundamental do processo de

⁴³ O livro de Sidney Chalhoub (2003), *Machado de Assis: historiador*, estabelece, em nossa avaliação, um caminho semelhante ao de Gledson, no que concerne a uma abordagem holística da obra literária do autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Nesse sentido, ao eleger como objeto de estudo os primeiros romances do escritor, Chalhoub resgata as conexões do texto literário machadiano com o seu contexto histórico. Logo, consoante tese do autor de *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro*, Machado de Assis não pode ser considerado um escritor alheio aos problemas políticos, econômicos e sociais do seu tempo.

modernização urbana da cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX e do limiar do século XX.

Ao contrário de Machado de Assis, que fez do Rio de Janeiro do período imperial o seu grande personagem, Lima Barreto transformou o Rio e os seus moradores da época da Primeira República como os seus protagonistas. Como Machado, ele teceu representações sobre o processo de modernização urbana da então capital do Brasil, ainda que tivesse experimentado um tempo maior de tal processo. Sendo assim, se as representações do autor de *Helena* em relação ao Rio antigo ainda prevaleciam no seu texto literário, as representações do Rio de Janeiro, desfigurado pelas obras urbanas patrocinadas pelo poder urbano, foram determinantes no conjunto da obra literária do autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Os dois escritores, todavia, já promoviam em suas crônicas representações que levam o pesquisador a refletir sobre os equívocos do processo de modernização urbana e de seus símbolos. Há de se acrescentar que eles, frequentemente, ao assinalarem aquele processo, reportavam-se, com nostalgia, ao Rio antigo.

Isso posto, ao contrário de uma parcela considerável da intelectualidade carioca, o autor de *Recordações do escrívão Isaías Caminha* condenou as mudanças urbanas de sua cidade. E, além de ironizar os discursos que defendiam a alteração da paisagem urbana do Distrito Federal, o autor tomava o cotidiano dos moradores como matéria-prima para a construção de seus romances⁴⁴, contos e crônicas. O escritor percebeu e representou em suas crônicas que, concomitantemente ao avanço das mudanças urbanas, o cotidiano e as redes de convivência dos moradores do centro e da periferia carioca foram alterados (Carvalho, 1994). O autor sublinhou ainda no conjunto de sua obra da velha tradição política que, naquele contexto histórico, aliou-se aos novos grupos sociais, propagadores do arrivismo e progresso republicano. Por conseguinte, se a literatura

⁴⁴ Publicado em 1909, *Recordações do escrívão Isaías Caminha* marcou a estreia de Lima Barreto nos meios literários da Primeira República. Segundo Alfredo Bosi (2002, p. 187), o primeiro romance publicado por Lima Barreto constitui-se como uma importante fonte para a compreensão das transformações do Rio, que tiveram como símbolo maior o processo de modernização urbana. Caminha, em seu vaivém pelas ruas da cidade, assimilou e representou os novos símbolos da modernização capitalista. Cumpre afirmar que, ao mesmo tempo em que desvelava os símbolos do processo de modernização urbana da então capital do Brasil, Isaías convivia em uma sociedade ainda aquilataada pelo racismo, clientelismo e oportunismo de ocasião, em que o individualismo, que oportunizava uma disputa desleal entre as pessoas, acabava ceifando vidas e interrompendo o florescimento de talentos individuais.

machadiana revelou o funcionamento de uma sociedade brasileira do século XIX, que se apoiava no trabalho escravo, a obra literária limiana expressou, desse modo, a dinâmica de funcionamento autoritário da sociedade brasileira do Brasil da Primeira República. Sendo assim, pode-se afirmar que Machado de Assis e Lima Barreto foram céticos com relação ao processo de modernização urbana do Rio de Janeiro, pois perceberam a continuação do velho mandonismo político, agora de mãos dadas com os defensores do progresso e da civilização, que também foram apologistas do processo de modernização urbana do Rio.

As mudanças drásticas ocorridas na geografia urbana favoreceram a configuração de novas formas de convivência entre os habitantes do Rio de Janeiro. A crônica e a figura do cronista tornaram-se cada vez mais populares. O cronista, portanto, além de angariar mais prestígio em relação ao público, ganhou mais espaço nos periódicos⁴⁵ que circulavam pela cidade (Resende, 1995, p. 40). É imperioso informar também que as crônicas redigidas por intelectuais entusiasmados pelas transformações urbanas da cidade e pelos seus símbolos tomavam como referência a chamada *Belle Époque* francesa⁴⁶. Por conseguinte, poetas e cronistas como Olavo Bilac, além de disseminarem representações dos ideais franceses, repudiaram, com veemência, o passado colonial do Rio.

Jeffrey Needell (1993), no livro intitulado *Belle Époque tropical: sociedade de elite no Rio de Janeiro na virada do século*, compartilha da tese de que nem todos os escritores brasileiros da Primeira República advogavam a defesa dos valores culturais da *Belle Époque*. E, ao pôr em dúvida o processo de modernização urbana do Rio, Afonso Henriques de Lima Barreto envereda na direção de representar, por intermédio de suas crônicas, as contradições e os problemas que afetavam os moradores no seu cotidiano. O corolário disso foram as diversas representações do Rio empreendidas por Lima Barreto como uma cidade dividida. Segundo Daniel Angelim (2008, p. 31):

⁴⁵ João do Rio, escritor e cronista famoso carioca da Primeira República, promoveu uma grande transformação no jornalismo carioca, pois incorporou diversos cenários urbanos da então capital da República. Por conseguinte, os morros, com suas tradições culturais, juntamente com as favelas, fizeram parte de suas reflexões.

⁴⁶ Os cronistas utilizavam-se do jornalismo e de revistas consumidas pelas elites dominantes, incorporadoras às concepções literárias da França. O parnasianismo francês era um exemplo disso. E, no Brasil, Olavo Bilac talvez tenha sido o seu maior representante. O poeta carioca e sua volumosa obra estavam em sintonia com os valores estéticos e literários da *Belle Époque*. Ele foi também um apologista de ideias, como civilização e progresso.

O que é importante assinalar é a clara percepção que Lima Barreto tinha de estar vivendo numa cidade cindida, dividida entre duas partes, divisão não só geográfica, mas também econômica, política e social. No centro, a vitrine do país, a retilínea e “civilizada” Avenida Central, espaço de uma nova ordem a ser implantada, ligando o píer da praça Mauá à recém-edificada Avenida Beira-Mar, acesso mais rápido à zona sul dos casarões e mansões das elites, da sociedade cidadã. Para o alto dos morros e para dentro da cidade, afastando-se cada vez mais do centro e do mar, seguindo os trilhos dos trens da Central do Brasil, a população de baixa renda e sem renda, vai ocupando de maneira curvilínea os subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, excluída da sociedade “civilizada”. Muitos, contudo, insistiriam permanecendo nas habitações populares do centro que resistiram às picaretas do progresso, em condições tão ou mais precárias e aviltantes do que antes das reformas.

Por conseguinte, as crônicas produzidas pelo autor revelam a sua importância nos cenários cultural e literário no Brasil da Primeira República. Os personagens⁴⁷ que desfilavam pelas crônicas do autor de *Impressões de leitura* representam no geral os problemas engendrados pelas transformações urbanas que, na realidade, beneficiaram uma pequena parte da população carioca.

Desse modo, acredita-se que a crônica literária de Lima Barreto também deve ser investigada por meio de uma perspectiva de leitura holística, ou seja, as representações estabelecidas por Lima Barreto sobre o desenvolvimento da modernização urbana do Rio e os seus emblemas estão presentes no conjunto de suas crônicas, sobretudo as que foram engendradas nos primeiros 20 anos do regime republicano. Tal pesquisa, todavia, não pode deixar de lado o cotidiano fragmentado da população do então Distrito Federal em um contexto histórico de grandes mudanças, que alteraram, paulatinamente, a fisionomia urbana da cidade. Assim, o resgate desse cotidiano pode ser realizado por intermédio de um caminho que pesquise as representações limianas concernentes ao processo de modernização urbana do Rio de Janeiro e os seus símbolos, bem como as impressões dos personagens presentes nas várias crônicas do escritor. Por isso, por meio das possíveis vinculações entre as crônicas confeccionadas pelo autor de *Clara dos Anjos*, pode-se concluir que elas fornecem um quadro fundamental do

⁴⁷ Os personagens da obra de Lima Barreto são variados e vão desde tipos populares a personagens da elite carioca, que circulavam pelos subúrbios e pelo centro da cidade. Há de se registrar que a política e as politicagens do Brasil do seu tempo foram temas recorrentes nos romances e nas crônicas.

processo de modernização urbana da cidade do Rio, sobretudo nos primeiros anos do século XX.

O próximo capítulo, intitulado “História, literatura e urbanização do Rio de Janeiro”, pretende analisar, inicialmente, algumas questões sobre a formação do Rio no período colonial. Em segundo lugar, o capítulo terá como objetivo propor algumas questões concernentes ao fenômeno urbano no período Joanino (1808-1821) e período Monárquico (1822-1889). E, finalmente, serão examinadas algumas características das intervenções urbanas sobre a geografia urbana, sobretudo as que foram patrocinadas pelo governo Rodrigues Alves (1902-1906). Isso posto, é imperativo informar, ainda, que tais reflexões têm como objetivo maior demonstrar que as transformações urbanas repercutiram sobre o cotidiano da cidade e as representações que os cronistas fizeram da cidade, através dos tempos.

3.

Literatura, História e urbanização do Rio de Janeiro

O espaço urbano tornou-se o palco do desenvolvimento fabril e capitalista, consolidando a noção de tempo útil do trabalho (De Decca, 1982, p.15). No século XIX, a cidade triunfou enquanto objeto de estudo nos domínios das ciências humanas.

José D'Assunção Barros (2007, p. 9), no livro intitulado *Cidade e História*, que tem a pretensão de promover um inventário sobre a questão urbana, considera que o século XIX foi importante para “a moderna reflexão sobre a cidade como forma mais específica de organização social data do século XIX, seja na área da historiografia, seja no campo do pensamento sociológico”. Depreende-se, assim, uma possível preocupação de Barros, no que tange aos historiadores e sociólogos em pesquisarem e compreenderem as particularidades da vida humana nas cidades (Ibid.). O autor, contudo, informa que, antes do século XIX, a cidade foi tomada como objeto de reflexão pelos demais pensadores e artistas. Ainda, propõe, como objeto de estudo, outrossim, a investigação do espaço urbano em sua historicidade:

Pensar e sentir a cidade fora muitas vezes uma tarefa dos poetas, dos cronistas e romancistas, dos teólogos, também dos arquitetos e dos filósofos – mas neste último caso sempre como um caminho para compreender problemas humanos mais gerais, para pensar os modelos ideais de organização do mundo político, para impor hierarquias sociais. Assim, pode-se dizer, de outro lado, embora a cidade tenha sempre frequentado a reflexão de filósofos e pensadores dos mais diversos tipos, ela ainda não aparecia, como dissemos acima, como uma forma “mais específica” de organização social, contrastante em relação a outras, com um lugar próprio e problemas singulares que seriam só seus, com uma história à parte, embora integrada ao movimento mais geral da história humana (Barros, 2007, p. 9-10).

Na tentativa de configurar algumas definições sobre o fenômeno urbano, Castells (2006), no livro *A questão urbana*, afirma, preliminarmente, na primeira parte da obra, que a expressão “urbanização” contempla dois significados específicos:

- a) o significado de “concentração espacial de uma população”;
- b) a urbanização como comportamento, igualmente, a “difusão de valores, atitudes e comportamentos denominados cultura urbana” (Castells, 2006, p. 39). O autor propõe que, na verdade, a cultura urbana posta em foco é aquela que está em

consonância com o sistema capitalista; por isso, há uma preocupação em se investigar, em conjunto à urbanização, temas como o da industrialização.

As representações simbólicas ainda são alvos do estudo de Castells. Ele investiga o espaço urbano e as perspectivas de representações simbólicas. Nesse sentido, o espaço urbano deve ser compreendido por intermédio das representações simbólicas realizadas pelos homens nas suas relações sociais no interior da cidade. Desse modo, as mudanças ocorridas nas cidades através dos tempos não se verificaram exclusivamente no tocante a seu espaço geográfico. Também no plano simbólico, as representações que os homens efetuaram nas cidades alteraram-se com o passar dos tempos. Daí poder falar-se em cidades imaginadas e concebidas que variam de tempos em tempos. Nas palavras do próprio Castells (2006, p. 39):

Só existe imagem quando ligada a uma prática social. Não só porque ela é produzida socialmente, mas porque não pode existir a não ser dentro das relações sociais, da mesma forma que, definitivamente, não existe linguagem sem palavra. É neste sentido que Raymond Ledrut tenta corrigir as tentativas de Lynch, estudando a imagem da cidade a partir das práticas sociais, em particular a partir das representações que os cidadãos fazem da sua cidade.

No texto “Cidade e História”, Maria Stella Bresciani (2002, p. 17) discute o papel do saber historiográfico para a compreensão das pesquisas que giram em torno das cidades. A autora defende a tese que apregoa a impossibilidade de se compreender o fenômeno urbano, a partir de um viés puramente técnico, informando, ainda, que as investigações sobre a cidade devem estar em consonância com as questões pertinentes ao urbanismo. A autora, embora tenha a intenção de delimitar a cidade como objeto de pesquisa histórica, chama a atenção sobre as representações literárias empreendidas sobre o espaço urbano, tomando como modelo Émile Zola⁴⁸.

Assim como Bresciani, Sandra Jatahy Pesavento (2002) sublinha a importância das representações literárias para a compreensão das cidades. Neste sentido, o texto literário pode ser uma chave de leitura do espaço urbano, pois as

⁴⁸ Bresciani (2002, p. 22) afirma o seguinte sobre a relação que envolve o espaço urbano e a literatura: “Talvez um dos romances mais completos sobre a “concretização literária” de uma cidade industrial seja *Le travail*, de Émile Zola (1901)”.

formas urbanas e os personagens representam a sociedade de um determinado momento da História. O escritor, contudo, retira da cidade a matéria-prima, que recebe uma significação literária, ou seja, ele confere um novo sentido àquilo que é narrado, separando e aproximando, simultaneamente, a literatura e a História, porque o texto literário não representa aquilo que aconteceu e, sim, aquilo que poderia ter acontecido. Conforme Pesavento (2002, p. 10-11):

Por princípio, definimos que há uma constatação apriorística: a história e a literatura corresponderiam a maneiras diferentes de “dizer a cidade”, ou a esforços para representá-la. Estaríamos, pois, diante de um patamar epistemológico básico, que partiria do conceito de representação, assumindo que as narrativas literárias e históricas implicam discursos que dão conta da realidade urbana através de diferentes caminhos metodológicos e contingências específicas do gênero.

Na obra *A cidade das letras*, que já se tornou referência para a compreensão das relações que envolvem a cidade e a literatura, Angel Rama (1983, p. 79) propõe como perspectiva a compreensão e a representação da produção literária e dos seus signos a partir do espaço urbano. O autor assinala, ainda, que a produção literária na América Latina testemunhou e expressou o processo de modernização urbana das suas cidades. Dessa forma, as representações sobre esse processo variaram de intelectual para intelectual.

Antes até de se tornar a capital das terras portuguesas na América, o Rio de Janeiro sempre despertou a atenção das autoridades do Reino. Nesse sentido, as belezas naturais da cidade foram descritas em uma série de passagens pelos portugueses⁴⁹. Tais relatos são importantes, na medida em que expressam as visões do colonizador que marcaram as representações sobre a cidade e que sobreviveram, através dos tempos. A presença de ingleses, holandeses e, sobretudo dos franceses, no território do Rio, gerava o medo e o pânico na população (Bicalho, 2003, p. 34). Tais sentimentos cresceram, paulatinamente, com a afirmação da América de colonização portuguesa como centro do Império português. Assim, a cidade ganhava mais destaque perante a Coroa portuguesa.

⁴⁹ No livro intitulado *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*, Maria Fernanda Bicalho (2003) afirma que, nos relatos do colonizador português, há o destaque sobre a exuberância e a beleza da natureza da cidade, bem como o medo dos habitantes da cidade em relação à invasão de povos estrangeiros, sobretudo os franceses.

Ainda no século XVIII, a cidade do Rio de Janeiro consolidou-se como centro político do Império português na América. O corolário natural disso foi a efetivação da cidade do Rio de Janeiro como capital da América de colonização portuguesa em 1763. Conforme Maria Fernanda Bicalho (2003, p. 85):

A transferência da capital do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro veio corroborar o caráter central que esta cidade vinha assumindo desde o início do século XVIII como *locus* de toda a região Centro-Sul da colônia. Isto se devia, por um lado, aos incessantes conflitos no seu extremo meridional em torno da delimitação das fronteiras dos dois países ibéricos, e, por outro, à importância da região mineradora que, embora decadentes a prospecção aurífera e os rendimentos régios, continuava a ser a *menina dos olhos* da política metropolitana.

Cumprе sublinhar, ainda, que a política externa portuguesa tem como alvo cada vez mais a pretensão de preservar a sua principal colônia. A atuação das autoridades que representavam os interesses portugueses no Rio evidencia mais este aspecto importante da política externa dos portugueses na América. A preocupação da cidade em relação aos ataques externos engendrou uma série de representações não só entre os governantes, como também entre os moradores. Sendo assim, o medo e a insegurança foram representações que se tornaram recorrentes no cotidiano da cidade.

A consolidação do Rio de Janeiro como polo político importante do Império português desde o século XVI acabou favorecendo também o seu crescimento econômico. A vinculação da cidade em relação ao comércio português foi beneficiada pela produção açucareira. João Fragoso e Manolo Florentino (1998, p. 34), na obra *Arcaísmo com projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840*, afirmam que, no século XVIII, a economia e a sociedade do Rio foram reforçadas e conectadas cada vez mais com o mercado Atlântico. Posto isso, a história do Rio, no século XVIII, está intimamente ligada à dinâmica colonial portuguesa e aos conflitos entre as potências europeias. Na América de colonização portuguesa, ela tornou-se a principal cidade, na medida em que é por intermédio da mesma que os portugueses consolidaram os seus domínios sobre o sul do Brasil, por exemplo, e ainda conduziram a sua política externa em relação ao sul da América. Acrescenta-se, outrossim, a importância da descoberta

do ouro⁵⁰ para a posterior efetivação da cidade⁵¹ como centro dos domínios portugueses na América (Enders, 2008, p. 57).

Jaime Larry Benchimol (1992), em obra⁵² que já se tornou clássica, afirma que o primeiro impulso do Rio de Janeiro, no que concerne ao vigor urbano⁵³, articula-se ao apogeu da mineração. Com a inauguração do Caminho Novo, o Rio foi beneficiado, porque em seu porto ocorria a saída da produção das Gerais, sendo o ponto de chegada de mercadorias que tinham a finalidade de abastecer a região. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão (2006) informa também que a descoberta de ouro, além de imputar ao Rio a condição de cidade portuária, estimulou a ampliação da sua área urbana no século XVIII⁵⁴. Cumpre lembrar igualmente que, ao se tornar a capital da principal colônia portuguesa, a cidade representou o poder político português na América⁵⁵. Benchimol (1992, p. 22) sublinha que as melhorias urbanas da cidade eram patrocinadas pelos denominados “homens bons da terra”. Sendo assim, a produção literária no Brasil inicia-se em um contexto colonial marcado pelo meio rural, ainda que, aos poucos, as vilas e, posteriormente, as cidades consolidassem a vida urbana que proporcionou novos contornos para a literatura brasileira.

Afrânio Coutinho (2008b, p. 13), na obra intitulada *Conceito de Literatura Brasileira*, afirma que as investigações concernentes à história da Literatura Brasileira devem se debruçar sobre as questões que dizem respeito às interpretações dos primórdios e das definições de Literatura Brasileira. A partir daí, o eminente estudioso põe em dúvida a tese propalada, notadamente pelos

⁵⁰ A abertura do Caminho Novo, em direção a Minas Gerais, pela Coroa portuguesa estabelece segundo Armelle Enders (2008) uma vantagem do Rio de Janeiro em relação a São Paulo e Salvador, no que concerne à mineração.

⁵¹ A efetivação do Rio de Janeiro como capital dos domínios portugueses na América favoreceu a expansão urbana da cidade. Armelle Enders (2008, p. 76) chama a atenção para a disposição do espaço carioca que lembra o de outras cidades coloniais portuguesas.

⁵² BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

⁵³ Oswaldo Porto Rocha (1995), na obra intitulada *A Era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*, chama a atenção para os fatores geográficos que impuseram limites ao crescimento urbano do Rio desde o período colonial.

⁵⁴ Lamarão (2006) assinala, ao longo da obra, a importância das atividades portuárias para o desenvolvimento comercial e urbano do Rio de Janeiro.

⁵⁵ Benchimol (1992) assevera, ainda, que o Rio, dentro dos quadros do Antigo Sistema Colonial, deveria cuidar do funcionamento do exclusivo colonial e do mercantilismo. Tal abordagem vem sendo criticada por historiadoras como Maria Fernanda Bicalho, na medida em que ensejam interpretações reducionistas que supervalorizam, muitas vezes, a ideia de uma escravista colonial vinculada ao pacto colonial e mercantilismo.

portugueses, de que as produções literárias do Brasil e de Portugal, no período colonial, devam ser tratadas em bloco. Tal caminho e atitude denotam uma perspectiva colonial e imperialista dos portugueses; por isso, na defesa de uma Literatura Brasileira, o autor assim se pronuncia:

Nada tem de comum com o que se produziu na Europa. Desde o primeiro século, máxime no segundo, falava-se, sentia-se, cantava-se no Brasil de maneira diferente. Não só uma só literatura, a brasileira e a portuguesa, desde o século XVII. Nossos escritores são poucos, mas são nossos, diversos portugueses. Os clássicos portugueses podem ser clássicos, nem todos os que assim se consideram o são, mas não são clássicos. São clássicos portugueses que podem prestar-nos benefícios, como fertilizantes, do mesmo modo que os clássicos de qualquer outra literatura, desde os greco-romanos (Coutinho, 2008b, p. 15).

O estudioso justifica esta posição sem, contudo, atribuir nenhum vilipêndio à Literatura Portuguesa. A Literatura Brasileira do período colonial foi diferente não só da que foi gerada em Portugal, como também das que foram engendradas em outros países. Em suma, Coutinho (2008b, p. 18) reforça a tese do nacionalismo literário, ou seja, de uma Literatura Brasileira capaz de representar uma personalidade própria, conquanto reconheça a presença da Literatura Portuguesa sobre a literatura brasileira.

No Brasil, a literatura do período colonial desenvolveu-se em um cenário predominantemente rural. Roncari (1995, p. 101), todavia, aponta a presença de Salvador no Brasil do século XVII como promotora de uma vida urbana que fomentou a vida literária. Os nomes de Gregório de Matos e do padre Antônio Vieira são assinalados com destaque. Tais autores, segundo Coutinho (2008b, p. 21), engendraram produções literárias brasileiras. Nesse sentido, a Literatura Brasileira, seguindo as investigações desse autor, não se origina com a independência política, mas na época da colonização portuguesa.

O Rio de Janeiro, ao adquirir a condição de sede do governo português na América no século XVIII, acaba por ser beneficiado, no que diz respeito à urbanização. Tal situação acabou por favorecer as atividades intelectuais e literárias. As sociedades literárias surgiram no século XVIII e marcaram a paisagem urbana do Rio. Dessa forma, a cidade ia, paulatinamente, criando atividades intelectuais em campos diversos da cultura, sendo que as atividades literárias ocupavam um lugar de destaque (Coutinho, 2008b, p. 94).

O final do século XVIII marcou o início da crise do colonialismo tanto na América de colonização espanhola quanto na América de colonização portuguesa. No final do século XVIII, Portugal tinha vários desafios em uma conjuntura europeia marcada por “guerras” e “revoluções” (Bicalho, 2003, p. 144), sendo que um deles era o de impedir a presença de “inimigos” estrangeiros no Rio de Janeiro, cidade que, segundo as próprias autoridades portuguesas, seria vulnerável a uma invasão (Bicalho, 2003). Mas como compreender tal contexto histórico do final do século XVIII?

No livro intitulado *A história do Rio de Janeiro*, Armelle Enders (2008, p. 81) considera que, no final do século XVIII, as relações entre o Brasil e Portugal ficaram cada vez mais complexas⁵⁶. A vertente historiográfica, portanto, que reduz a dinâmica da colonização ao binômio metrópole e colônia não é suficiente para explicar a complexidade dos acontecimentos que assinalaram o final do século XVIII. Sendo assim, há de se pensar o entrelaçamento dos interesses, sobretudo políticos e econômicos, que envolviam as elites em Portugal e no Brasil. Logo, há de se pensar igualmente que o processo de independência não pode ser simplificado a uma luta que envolvia os portugueses e os brasileiros.

Sob o impacto da Conjuração Mineira (1789)⁵⁷, as autoridades coloniais, no Rio de Janeiro, resolveram acirrar a vigilância sobre a cidade que, além de ser expressiva do ponto de vista político e econômico, possuía uma significativa vida intelectual, sintonizada com as novidades e europeias. Por isso, o novo vice-rei (Dom José Luís de Castro, conde de Resende) da América de Colonização

⁵⁶ Consoante as palavras da própria autora: “As relações entre Brasil e Portugal tornam-se cada vez mais paradoxais a partir dos anos 1780. Lisboa reforça as proibições que freiam o desenvolvimento do Brasil a fim de reter o crescente desequilíbrio das trocas entre a metrópole e sua poderosa colônia, mas, ao mesmo tempo, são cada vez mais numerosos os ‘portugueses brasileiros’ a estudarem em Coimbra e ocuparem os cargos da Coroa, em Portugal ou no resto do Império” (Enders, 2008, p. 81). Isso posto, consideramos que tal trabalho, ainda que estabeleça importância da questão econômica, não promove uma explicação do processo de independência ancorada em um reducionismo econômico. A autora tem o mérito de reconhecer e destacar a importância dos interesses políticos que estavam em jogo.

⁵⁷ Em razão do objetivo central do capítulo, ou seja, estabelecer, em linhas gerais, o processo histórico da cidade do Rio de Janeiro, tomando como base, inicialmente, as suas relações com Portugal e, posteriormente, o seu desenvolvimento enquanto capital do Brasil independente, não faremos um estudo sobre as conjurações do final do século XVIII. Sendo assim, em relação às Conjurações Mineira e Baiana, percebe-se que ambas são alimentadas por ideias autonomistas em relação a Portugal. Sobre a Conjuração Baiana (1798), é imperativo que se afirme que ela não apenas propunha o fim do domínio português na Bahia, mas também “influenciada pela radicalização da Revolução Francesa, previa a abolição da escravidão, o fim da discriminação racial relativa a cargos e empregos e a proclamação de uma república democrática” (Maestri, 1999, p. 155).

Portuguesa empreendeu medidas enérgicas com o intuito de impedir que as ideias iluministas e liberais pusessem em risco o domínio português sobre o Rio de Janeiro. Nesse contexto, o governante entrou em conflito com a “Sociedade Literária do Rio de Janeiro, nela vendo uma nova conjuração”. Conforme se pode verificar a seguir:

O conde de Resende tolerou por algum tempo a existência da Sociedade, mas resolveu fechá-la em 1794, quer por não simpatizar com a atividade intelectual – embora fosse originário da magistratura –, quer pela antipatia que lhe despertavam os moços dela participantes, ou ainda pela época conturbada em que vivia, ou por todos esses fatores reunidos. Serviu-lhe de pretexto uma denúncia, segundo a qual conspirava-se na Sociedade – o que era falso – enquanto eram discutidos teoricamente temas relativos à organização da sociedade e do Estado – o que era verdadeiro (Wehling; Wehling, 1994, p. 332).

É mister afirmar que, embora a “Sociedade Literária do Rio de Janeiro” fosse influenciada pelo ideário iluminista e liberal, não havia um plano concreto por ela formulado, que ensejasse uma ação revolucionária a qual encerrasse o domínio português no Rio de Janeiro e no restante da América de colonização portuguesa (Ibid.)⁵⁸.

O Rio de Janeiro, então capital da principal colônia portuguesa, passou por mudanças significativas, quando o governo português foi transferido para o Brasil. Na verdade, o Rio não estava preparado para receber o novo governo e a família real. Nesse contexto histórico, a cidade, conforme projeto português, deveria transformar-se em base de edificação do Império lusitano. A cidade de feições coloniais passou por uma série de investimentos que alteraram a sua configuração urbana (Motta, 2004, p. 9)⁵⁹. Maurício de Almeida Abreu⁶⁰, todavia, chama a

⁵⁸ Gouvêa, Fragoso e Bicalho (2000, p. 140) afirmam que, convergindo em linhas gerais com as reflexões de Arno Welhing e Maria José C. de Welhing sobre a Conjuração do Rio de Janeiro: “No desenrolar da devassa, foram ouvidas 69 testemunhas e os suspeitos acabaram presos até 1797 na Fortaleza da Conceição. A devassa não conseguiu, porém, arrolar contra os envolvidos provas concretas de subversão, exceto que circulava na cidade em ideário bastante crítico da política e da religião vigentes”. Segundo Antonio Candido (1975), o ano de 1795 marcaria o fim de um circuito ilustrado iniciado em 1771 no Rio de Janeiro, onde os intelectuais, inicialmente, discutiam química e agronomia e depois se tornaram admiradores da Revolução Francesa, anticlericais e nativistas. Já para Afonso Carlos M. dos Santos (1992, p. 30), a ausência de um projeto político autonomista no interior dos debates devassados em 1794 assinalou a cristalização de uma proposta reformista no interior do grupo, parte da qual se inseriria nos quadros da burocracia estatal portuguesa e, após 1822, na imperial brasileira”.

⁵⁹ Marly Motta (2004, p. 10), no livro *Rio: cidade-capital*, arrola uma série de investimentos que a cidade recebeu: “Fundaram-se escolas – de medicina, de marinha, de guerra, de comércio; uma imprensa

atenção para o fato de a cidade, após a instalação da sede do governo português, ser ainda modesta⁶¹.

Benchimol (1992, p. 24) afirma que a abertura dos portos proporcionou um expressivo crescimento da atividade comercial no Rio. Mercadorias e produtos diversos eram desembarcados em grandes quantidades no porto da cidade⁶². Concomitante a isso, a paisagem urbana sofre mudanças em razão ainda do número de pessoas que passam a morar na cidade, em torno de 50 mil habitantes (Ibid.). O historiador refere-se ainda às obras que tiveram início no período que coincide com a vigência da sede do governo português na América. Nas palavras do autor:

Apesar das qualidades da baía para as atividades portuárias, os pântanos e lagoas existentes nas planícies adjacentes, assim como o relevo montanhoso de ambos os lados da baía constituíram obstáculos à expansão da malha urbana e exigiram, ao longo do tempo, muitas obras de aterro dessecamento e canalização. A várzea foi progressivamente aterrada e a planta da cidade condicionada pela topografia, acabava, a oeste, numa zona de contornos incertos chamada Campo de Santana e ao sul, num jardim inaugurado em 1783, o Passeio Público, que já prenunciava a expansão em direção ao Flamengo e Botafogo (Benchimol, 1992, p. 25).

O novo desenho urbano que a cidade adquiriu, sobretudo após a instalação do governo português no Rio, é representativo para se perceber o quanto a cidade se moldou e irá se moldar ao longo do século XIX, no que diz respeito às suas necessidades internas e às demandas externas provinciais. Posto isso, o Rio de Janeiro como sede, primeiro da monarquia portuguesa instalada no Brasil, e, depois poder central do Império brasileiro, encampou para o seu espaço urbano as grandes questões e problemas brasileiros do século XIX. Por outro lado, as ações das

regia, que sempre fora recusada à colônia; uma livraria, que seria o núcleo da futura Biblioteca Nacional; o Jardim Botânico; a Academia de Belas-Artes, o Teatro Real, o Banco do Brasil.”

⁶⁰ ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

⁶¹ Maurício Abreu (2008, p. 37) esclarece, ainda, que o espaço urbano carioca “restringia-se basicamente às freguesias da Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana, que correspondem, grosso modo, às atuais regiões administrativas do Centro e Portuária. As demais freguesias eram, então, predominantemente rurais”.

⁶² Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão (2006), além de indicar a Inglaterra como a principal beneficiária da abertura dos portos, informa que tal abertura provocou uma expressiva convergência de navios em direção ao porto do Rio de Janeiro. Isso posto, a presença do governo português e da família real no Brasil, concomitante à expansão das atividades portuárias, incrementam, paulatinamente, o processo de expansão urbana da cidade.

autoridades brasileiras tomadas, a partir do Rio, determinavam a história das províncias.

Seguindo de perto as análises de Benchimol (1992), o Brasil e, em especial, o Rio de Janeiro foram alvos de representações empreendidas por viajantes europeus que aqui aportavam. A irregularidade, consoante tais observadores, era a marca principal da geografia e do espaço urbano carioca. A presença da grande população negra na cidade impressionava igualmente os viajantes. Nesse sentido, a economia urbana do Rio era movimentada, principalmente pelo trabalho escravo (Benchimol, 1992)⁶³.

A missão artística francesa, tão assinalada pelos livros de História do Brasil, desempenhou um papel importante, em razão de propiciar uma reflexão a respeito dos primeiros projetos urbanísticos para a então capital do Império português. Os artistas e técnicos que vieram para o Brasil, em 1816, trouxeram para a cidade uma concepção de arte e de organização do espaço que corresponde, no limite, “à Europa da razão burguesa” (Ibid.). Todavia, tais projetos, na verdade, permaneceram no campo da intenção, ou seja, não saíram do papel. Isso posto, Grandjean de Montigny, citado por Benchimol⁶⁴ (1992), foi o primeiro a fazer uma reflexão urbanística do Rio. Ele almejou para a cidade a implantação de edifícios e, no limite, uma arquitetura, na qual “o poder imperial brasileiro pudesse se exibir com toda magnificência: tratava-se de inserir na trama da cidade as inscrições do poder que, antes, estavam na metrópole”

Posteriormente, já no período da História que corresponde ao Primeiro Reinado (1822-1831) e Regencial (1831-1840), a configuração urbana do Rio continuava a sofrer alterações, embora as feições coloniais permanecessem. Abreu (2008, p. 42) chama a atenção para a ação do poder público imperial que atuava sobre o espaço urbano, interligando regiões da cidade. Portanto, regiões como a Lapa e Botafogo foram conectadas à região central da então capital do Império.

⁶³ Benchimol (1992, p. 31) diz ainda o seguinte sobre a importância da mão de obra escrava para cidade do Rio de Janeiro: “Os escravos e, mais raramente, os negros alforriados dominavam também a esfera da produção; que ocupava um lugar subordinado na economia urbana, caracterizada por pequenos ofícios de base artesanal. Ewbank refere-se, entre outros, aos latoeiros, carpinteiros, pedreiros, calceteiros, impressores, pintores de tabuleta e ornamentação, construtores de móveis, carruagens e lampiões, artífices e prata, joalheiros e tipógrafos. Mesmo nos estabelecimentos maiores – ao lado de algumas poucas funções assalariadas – o trabalho escravo era dominante”.

⁶⁴ Jayme Larry Benchimol (1992) afirma que quase todos os projetos de Grandjean não saíram do papel.

Cumpra acrescentar que, seguindo de perto as informações e reflexões construídas por Maurício Abreu (2008), ou seja, que, na década de 1850, o centro do Rio de Janeiro recebeu benefícios como a iluminação a gás, por intermédio das ações empresariais do barão de Mauá.

A implantação de símbolos urbanos que representavam os primórdios da modernização urbana da cidade anuncia o Rio que se configurou na Primeira República (1889-1930). Por conseguinte, a iluminação a gás, bem como a expansão das atividades comerciais e bancárias, acabam servindo de teste para a população carioca quanto ao ingresso na modernidade. O crescimento populacional, contudo, demonstra a incapacidade do poder público em satisfazer uma série de demandas sociais, dentre as quais as que concernem à habitação. Consoante Abreu (2008, p. 42):

Sede agora de modernidades urbanísticas, o centro, contraditoriamente, mantinha também a sua condição local de residência das populações mais miseráveis da cidade. Estas, sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro, para sobreviver. Com efeito, para muitos, livres ou escravos, a procura de trabalho era diária, e este era apenas encontrado na área central.

Sendo assim, a condição de vida precária da maioria da população da cidade, juntamente com a necessidade de habitar no centro ou nas suas imediações, fez com que habitações coletivas como os cortiços proliferassem. Tais habitações, em razão das péssimas condições de higiene, contribuíram para a proliferação de uma série de doenças que comprometeram o cotidiano das pessoas e a imagem da cidade no exterior. Por conseguinte, encontram-se aí as origens das intervenções urbanas promovidas pelo poder público e que mudaram a fisionomia e o espaço urbano carioca.

As transformações políticas, econômicas, sociais e urbanas que a cidade do Rio de Janeiro vinha sofrendo desde o século XVIII, intensificadas no período joanino (1808-1821), tiveram impacto no que concerne à circulação de ideias. Sendo assim, a ampliação da imprensa, que se desenvolvia nos centros urbanos,

acabou por ser decisiva para o avanço da literatura no Brasil do século XIX⁶⁵. A literatura engendrada no espaço urbano carioca que se transformava, portanto, ganha uma condição nacional. Não há em nossa avaliação a possibilidade de se pensar uma Literatura Brasileira sem pensar na cidade do Rio de Janeiro. Os símbolos urbanos edificadas pelas mudanças na paisagem urbana carioca foram representados pelos escritores em seus textos ficcionais. Tais textos criaram representações urbanas que foram assimiladas por pessoas no cotidiano da cidade. O corolário disso é uma íntima comunhão entre a literatura, a História e a urbanização do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX.

No que tange, especificamente, à configuração urbana, a cidade passou por mudanças consideráveis. Ruas foram criadas, juntamente com obras que promoveram a iluminação pública (Enders, 2008, p. 103). O Rio, contudo, era uma cidade cujas condições de higiene eram precárias. E, no cotidiano, a população convivia com cheiros insuportáveis que só foram debelados com a construção dos primeiros esgotos em 1857 (Ibid.). A parte central da cidade tornou-se, paulatinamente, povoada com o passar dos tempos. Concomitante a isso, as autoridades já manifestavam preocupação com os conflitos e as desordens públicas que se manifestavam no espaço urbano. O corolário disso foi a elaboração de um discurso que vincula as mudanças urbanas ao ideal de civilização. Há de se acrescentar que, como centro do Império português já em processo de decadência no limiar do século XIX, o Rio de Janeiro, além de passar por mudanças internas, teve que ocupar o papel de Lisboa como centro integrador do Império (Slemian; Pimenta, 2003, p. 21).

No período Regencial (1831-1840), o Rio de Janeiro, por intermédio do Ato Adicional de 1834⁶⁶, tornou-se município neutro, favorecendo, por isso, a consolidação do seu papel como centro político do Império. Tal ato, portanto, fixa, definitivamente, a posição da cidade como sede das decisões políticas centrais da

⁶⁵ Afrânio Coutinho (2008b, p. 96) assevera, ainda, o seguinte sobre a importância da vida urbana para a vida literária: “E de todos os aspectos da vida urbana em progresso, avultam o intelectual, e, mais especificamente, o literário”.

⁶⁶ Armelle Enders (2008, p. 131) destaca a importância do Ato Adicional para a cidade e a província do Rio de Janeiro, na medida em que: “O artigo primeiro do Ato Adicional cria um Município Neutro, ou Município da Corte, destacado da província do Rio de Janeiro. Esta passa a ser uma província como as outras, dotada de um presidente nomeado pelo poder central e de uma assembleia eleita. O Distrito Federal de Colúmbia, nos Estados Unidos, inspirou os legisladores brasileiros, desejosos de neutralizar e nacionalizar a sede de poderes, depois de vários anos agitados”.

monarquia, concluindo um processo que teve início no período joanino. Sendo assim, o processo de solidificação do Rio de Janeiro como capital contou ainda com a ação de intelectuais e de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838⁶⁷, o qual, contribuiu, juntamente com o “Arquivo Público do Império (Arquivo Nacional), para a construção de “uma história brasileira”, a partir da capital do Império (Motta, 2004, p. 14). A cidade assume, outrossim, o papel de portadora da História que justifica a criação da Nação brasileira. Por fim, ainda no período das regências, o Rio de Janeiro começou a destacar-se como centro econômico e comercial cafeeiro que ora se iniciava no vale do Paraíba⁶⁸.

O Rio de Janeiro, em razão de sua posição política, ou seja, centro político da monarquia, experimentou as diversas lutas políticas que emanavam das várias partes do Império brasileiro. A história da cidade, de um lado, foi determinada pelas ações dos grupos políticos que se confrontavam; de outro, as decisões políticas emanadas da capital do Império repercutiram nas províncias e nas ações dos atores políticos. Por isso, as representações que associam tal período à anarquia não conseguem fornecer ao leitor a importância que tal período teve para o conjunto da História do Rio de Janeiro e do Brasil. Nas palavras de Basile (2009, p. 97):

O período das regências constitui momento crucial do processo de construção da nação brasileira. Por sua pluralidade e ensaísmo, Marco Morel o definiu como um grande laboratório político e social, no qual as mais diversas e originais fórmulas políticas foram elaboradas e diferentes experiências testadas, abarcando amplo leque de estratos sociais. O mosaico regencial não se reduz, portanto, a mera fase

⁶⁷ Manoel Luís Salgado Guimarães (1988), no artigo intitulado “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, informa, inicialmente, que o século XIX foi importante para a criação da História como disciplina e legitimadora da construção da memória dos Estados Nacionais na Europa. No Brasil do século XIX, a História será pensada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como um meio de solidificar a ideia de nação. Posto isso, Marly Silva da Motta (2001, p. 35-36), no livro intitulado *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*, destaca que a construção do Rio como centro do Império tinha como uma de suas condições “a imposição de hábitos e costumes, padrões de comportamento e de linguagem, gosto e moda, numa clara intenção unificadora e homogeneizadora. Aos modos de agir, pensar e sentir da província, a capital teria que contrapor padrões de comportamento e de linguagem, gosto e moda, numa clara intenção unificadora e homogeneizadora. Aos modos de agir, pensar e sentir da província, a capital teria que contrapor padrões e normas que deveriam ser internalizados por todos aqueles desejosos de se tornar homens da Corte. As comédias de Martins Pena, como ‘Um sertanejo na corte’ e ‘O juiz de paz na roça’, ou ainda as revistas que ‘inventavam’ o Rio de Janeiro, apesar de produzidas em períodos diferentes, são uma boa fonte para se perceber o processo de inferiorização do ‘provinciano’ frente ao habitante da capital”.

⁶⁸ Segundo Enders (2008, p. 132), o café já estava sendo cultivado nos jardins do Rio de Janeiro desde o fim do século XVIII e foi beneficiado com o clima das montanhas.

de transição, tampouco a uma aberração histórica, nem mesmo a simples “experiência republicana”.

Posto isso, se, de um lado, o Segundo Reinado (1840-1889) trouxe para o Brasil e o Rio de Janeiro mudanças que anunciavam uma nova sociedade e economia, de outro, tal período da História do Brasil manteve até o limite possível a escravidão. O Império foi capaz de adaptar as instituições do Estado brasileiro às condições do escravismo (Mattos, 2009, p. 17). Por isso, as lutas em favor da Abolição da escravidão⁶⁹ e o avanço do movimento abolicionista que mobilizaram setores expressivos da sociedade brasileira no século XIX tiveram de conviver com uma resistência forte de setores sociais, que lutavam pelo prolongamento da escravidão⁷⁰. As pesquisas em História que versam sobre as lutas sociais no Império estão cada vez mais revelando a importância do negro como protagonista na luta pela desagregação do escravismo. Os embates parlamentares e as ações abolicionistas, portanto, no Brasil, devem ser compreendidas em suas relações com as lutas patrocinadas pelos escravos em favor da Abolição⁷¹.

O Rio de Janeiro do Segundo Reinado assume cada vez mais o lugar de centro do Estado Nacional brasileiro. A cidade é representada, mais frequentemente, como polo irradiador dos valores culturais advindos da civilização europeia ocidental. No governo de D. Pedro II, há uma preocupação com a valorização de instituições educacionais e com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Enders, 2008, p. 161). Tais instituições, portanto, veiculavam através do Rio a imagem de um Império que se civilizava cada vez mais em consonância com

⁶⁹ A Lei do Ventre Livre de 1871 e a Lei dos Sexagenários fizeram parte do processo que conduziu o Brasil na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre. Tais leis tiveram como significado maior a primeira intervenção do Estado nas relações de trabalho. Posto isso, elas contribuíram para a intensificação dos movimentos abolicionista e republicano, bem como para as discussões que envolviam temas concernentes à raça e à formação de uma Nação brasileira.

⁷⁰ Ao longo do Segundo Reinado, ocorreu a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. A intensificação do movimento abolicionista e republicano levou a público discussões sobre temas como a formação de uma nação e a busca de um modelo de civilização para o Brasil, que deveria ser inspirado no modelo europeu.

⁷¹ Em artigo intitulado “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas: a rebeldia dos escravos e abolição da escravidão”, Maria Helena Toledo Machado (2009, p. 369) afirma o seguinte: “No entanto, ao contrário do que apontavam as aparências e afirmavam os parlamentares e a burocracia imperial, que correram para assumir as glórias do feito, o fato social da abolição foi realizado em outra parte, nas esferas menos visíveis da sociedade, nas dobras do mundo parlamentar, no contexto das militâncias populares nascentes e nas franjas da política formalista e excluyente do império”.

os valores culturais europeus. A difusão de tais valores, juntamente com a expansão da urbanização, todavia, convivia com a escravidão.

No Rio de Janeiro do século XIX, a escravidão⁷² marcou a paisagem carioca. O trabalho escravo era empregado em diversas atividades. Posto isso, Carlos Lessa (2000, p. 125), no livro intitulado *O Rio de todos os brasis: uma reflexão em busca de autoestima*, investiga a relação entre escravidão e urbanização carioca no século XIX. A cidade, em razão da sua posição econômica, que era respaldada, outrossim, pela condição de centro político, conectou-se a uma série de cidades que reforçavam o seu papel financeiro⁷³. As relações econômicas, segundo o autor, entre as cidades mineiras e o Rio de Janeiro, favoreceram as expansões comerciais, financeiras e urbanas da então capital do Império.

O crescimento da vida urbana carioca no Segundo Reinado, bem como o da sua diversificação com a presença de novos atores sociais, fez com que o poder público ampliasse a sua agenda de demandas e preocupações. Sendo assim, a presença de um número cada vez maior de homens e mulheres no Rio fez com que as autoridades públicas articulassem formas de controle sobre o espaço urbano:

O crescimento da cidade explicita o público e a subordinação progressiva do privado às posturas municipais, que se desenvolveram no Rio intimamente relacionadas com o tema da saúde pública. O Código de Obras e sua regulamentação do uso do solo urbano de início buscaram melhorar a higiene urbana (Lessa, 2000, p. 125).

No contexto que vai de 1840 a 1870, a capital do Império sofreu a ação, sobretudo, de forças econômicas que atuaram na desagregação do trabalho escravo. Tais mudanças são oriundas igualmente de transformações ocorridas nas economias centrais⁷⁴ do mundo capitalista. O café do Vale do Paraíba era exportado para a Europa e os Estados Unidos, por intermédio do porto do Rio. Há de se acrescentar que a produção cafeeira daquela região alcançou o seu ápice no auge do Segundo Reinado (Benchimol, 1992, p. 40).

⁷² Sidney Chalhoub (1990, p. 187) chama a atenção para o fato de o Rio, no século XIX, chegar a contar com a maior população escrava urbana das Américas.

⁷³ Lessa (2000) chama a atenção das relações formadas entre o Rio de Janeiro e as cidades mineiras.

⁷⁴ Benchimol (1992) utiliza a expressão “economias capitalistas centrais” para indicar, sobretudo, as economias capitalistas europeias, que, no século XIX, puseram em prática a chamada corrida imperialista.

A expansão do café no Vale do Paraíba favoreceu, concomitantemente, disseminação do trabalho assalariado no interior da economia urbana carioca, na medida em que as unidades cafeeiras tendiam absorver escravos provenientes do Nordeste e da própria cidade do Rio de Janeiro. A mão de obra assalariada foi cada vez mais utilizada, notadamente, em obras públicas, como construções de ferrovias e melhorias portuárias, acelerando, assim, o processo de modernização da então capital do Império⁷⁵. Isso posto, o trabalho escravo e as relações sociais escravistas que aquilataavam o espaço urbano foram, paulatinamente, substituídas pelas relações sociais capitalistas (Benchimol, 1992).

A hegemonia econômica do Rio de Janeiro sobre as cidades e províncias do Brasil do Segundo Reinado teve como sustentáculo maior o desenvolvimento das atividades comerciais e portuárias⁷⁶. Desse modo, o porto da cidade, que exercia uma função vital para a sobrevivência das finanças do Império, passou, nos anos da década de 1870, por obras na Alfândega que antecederam a “grande remodelação realizada já no século XX, no governo Rodrigues Alves, associada à introdução da energia elétrica na movimentação de cargas” (Benchimol, 1992, p. 51)⁷⁷.

As mudanças concernentes à distribuição de água revelam, outrossim, um processo de modernização do Rio em pleno século XIX. Tal distribuição indica que a água tornou-se uma mercadoria em uma economia que experimentava a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Contudo, a população carioca sofria com a falta de água. Concomitante a isso, havia o problema de esgotos, que contribuía para o agravamento da situação sanitária do Rio (Benchimol, 1992, p. 72)⁷⁸. Há de se acrescentar que o serviço de abastecimento de água e esgoto, ainda que

⁷⁵ Jaime Larry Benchimol (1992) fez um inventário sobre o desenvolvimento das ferrovias e os transportes marítimos no Brasil-Império. A primeira ferrovia inaugurada no Brasil foi construída pelo barão de Mauá, ligando o Rio até a serra de Petrópolis. A expansão da malha ferroviária em direção às regiões produtoras de café contribuiu para a racionalização da mão de obra escrava, ou seja, o trabalho escravo foi utilizado, fundamentalmente, na produção do café. Além disso, a diminuição do custo do transporte favoreceu uma rentabilidade maior do produto no mercado europeu e norte-americano. Finalmente, o transporte marítimo com os aportes do capitalismo britânico, igualmente, foi beneficiado, contribuindo para o avanço do processo de modernização urbana da cidade do Rio de Janeiro.

⁷⁶ Consoante Benchimol (1992), o porto do Rio era responsável por mais da metade da movimentação comercial na época da Monarquia brasileira.

⁷⁷ Na avaliação de Benchimol (1992), as reformas portuárias almejavam a adequação do porto às novas demandas comerciais.

⁷⁸ Benchimol (1992, p. 72) afirma ainda: “À medida que se agrava o quadro sanitário da cidade, especialmente desde a primeira grande epidemia de febre amarela, em 1850, o sistema de esgotos tornou-se o principal alvo da campanha movida pelos médicos e, logo, por toda ‘opinião pública’ ilustrada em favor de melhoramentos que saneassem a capital do Império”.

tivessem representado avanços em uma cidade onde era nítida a presença de feições coloniais, não agradava, de um modo geral, os grupos dominantes cariocas.

A distribuição e a ocupação da população em relação ao espaço urbano carioca no século XIX oferece ao leitor a possibilidade de compreensão dos problemas enfrentados pela cidade ao longo das reformas urbanas. Benchimol (1992, p. 78) afirma que, na década de 1870, houve um declínio da mão de obra escrava no Rio em razão da utilização do escravo, sobretudo para a Guerra do Paraguai e lavouras cafeeiras. Há de se acrescentar que o Censo de 1872 registrou que 38,61 % não tinha ocupação profissional definida, ou seja, viravam-se como podiam para lutar pela sobrevivência (Ibid.). Por conseguinte, as camadas populares enfrentaram o problema da falta de habitação e da proliferação de epidemias que marcaram a paisagem urbana da cidade no século XIX.

No Rio de Janeiro do final século XIX e limiar do século XX, ocorreram debates sobre as relações que envolviam a questão sanitária, a gestão da ordem política e as reformas urbanas⁷⁹. O crescimento urbano da capital do Império, segundo Sérgio Pechman e Lilian Fritsch⁸⁰ (1985, p. 147), não teve trajetória semelhante à dos principais centros urbanos europeu e americanos do século XIX. Tal diferença deve-se ao fato de que o crescimento do Rio não foi acalentado pela intensificação industrial. Maurício Abreu (2008, p. 43) esclarece que, de 1870 a 1902, o Rio de Janeiro experimentou a sua primeira fase de expansão urbana acelerada. Posto isso, em 1832, a Câmara Municipal formulou um código de posturas com o objetivo de organizar e moralizar o cotidiano dos moradores da cidade.

Essa compilação de leis, que recebeu, posteriormente, uma série de acréscimos, legislava sob os mais variados aspectos, almejando, no limite,

⁷⁹ Cristiane Regina Miyasaka (2005), em texto intitulado “A reforma urbana e o subúrbio carioca na historiografia”, apresenta um inventário sucinto sobre o estado atual da historiografia em relação às reformas urbanas no Rio. Conforme o texto, a historiografia a respeito das reformas urbanas empreendidas na cidade no início do século XX, seja copiosa, poucos são os trabalhos que se dedicam ao estudo das consequências dessas reformas na vida dos seus habitantes.

⁸⁰ Na primeira parte do texto intitulado “A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito do Distrito Federal na virada do século”, Sérgio Pechman e Lílian Fritsch (1985) informam que os problemas de insalubridade e de doenças que marcaram o Rio no século XIX eram igualmente presentes nas grandes cidades industrializadas da Europa e dos Estados Unidos. Nesse sentido, as reformas arquitetadas no continente europeu e nas cidades industrializadas norte-americanas estavam em sintonia com o objetivo de higienizar o espaço urbano. Compete assinalar a importância da presença das ideias de civilização e de progresso como base dos discursos que justificavam as reformas urbanas.

disciplinar o comportamento individual das pessoas, na medida em que se acreditava que a liberdade da população sem o controle das autoridades públicas poderia gerar a desordem e o infortúnio. No contexto da elaboração do código, percebe-se, paulatinamente, nos discursos das autoridades, uma preocupação com a insalubridade e aquilo que foi muitas vezes repetido, ou seja, condutas imorais por parte da população. Assim, o cidadão que contribuía para o bom funcionamento da cidade era aquele que tinha cuidado com a saúde e a moralidade pública (Ibid.). Há de se acrescentar que os preceitos orientadores do referido código serviram de balizamento para a execução das reformas urbanas que foram empreendidas de forma decisiva a partir do início do século XX. Segundo Pechman e Fritsch (1985, p. 148):

O Código de 1832 sofreria sucessivos acréscimos de novas posturas ao longo do restante do século XIX, sendo todas elas reunidas e consolidadas em um único sistema legal durante a administração Pereira Passos. Quando se encerra a primeira década do século, a amplitude do disciplinamento imposto pelo Estado às práticas urbanas – ao menos em termos da letra e do espírito da lei – já se revela inquestionável, podendo-se mesmo afirmar que a legislação urbanística existente intenta exercer controle sobre inúmeras atividades privadas cujo funcionamento colocava em risco o interesse comum.

O aceleração do processo de desenvolvimento urbano no começo da década de 1870, segundo os autores, fez com que os problemas urbanos da capital do Império se tornassem cada vez mais complexos. Houve um aumento percentual da população urbana de 94,6%. Concomitante a isso, as epidemias cresciam, evidenciando, assim, a ineficácia do poder público, no que diz respeito à formulação de uma política pública capaz de sustentar o crescimento urbano. Países vizinhos, como a Argentina e o Uruguai, chegaram a pôr em prática medidas rigorosas em relação a embarcações oriundas do Rio de Janeiro (Pechman; Fritsch, 1980). Dessa forma, a precariedade da saúde pública carioca fez com que as autoridades monárquicas se preocupassem com as relações políticas e econômicas do Brasil com os países do mundo, porque as condições insalubres acabavam por comprometer as representações que associavam a monarquia brasileira às ideias de progresso e civilização. Por tudo isso, em 1874, foi instituída uma Comissão de Melhoramentos da Cidade, que apresentou duas propostas centrais para a modernização urbana e higienização do Rio: a) eliminar os cortiços e b) alterar a

estrutura urbana da cidade, por meio de obras que eliminassem o perfil colonial que ainda aquilatava a fisionomia do Rio de Janeiro (Ibid.).

Os membros da comissão pregavam mudanças radicais no espaço urbano carioca. Um dos argumentos utilizados era o de que a cidade deveria ser preparada para as possíveis necessidades que seriam engendradas por um rápido crescimento populacional (Pechman; Fritsch, 1980). Por essa razão, a eliminação dos cortiços e das aglomerações que caracterizavam a cena urbana do centro da cidade, além de alimentarem a promiscuidade e a proliferação de uma série de doenças, seria fundamental para o processo de higienização⁸¹ e a modernização urbana. Além disso, a precariedade quanto ao sistema de esgotos e do abastecimento de água, igualmente, favorecia a disseminação de doenças como a febre tifoide e disenteria (Pechman; Fritsch, 1980).

Benchimol (1992, p. 115) chama a atenção para as intervenções dos médicos e da medicina no que tange ao planejamento do espaço urbano e da modernização urbana. O discurso médico tinha como base a ideia de que o Estado deveria intervir na sociedade com o objetivo de coibir práticas que pudessem gerar doenças que atentassem contra a saúde pública. O argumento que sustentava tal discurso era o de que a “desordem urbana” promovia o aviltamento físico e moral da população carioca⁸². Isso posto, os médicos que atuavam nos debates sobre a necessidade de reformar a paisagem urbana da capital do Brasil tinham um alvo preferido: as habitações coletivas. Os cortiços que aquilataram a paisagem urbana da cidade no decorrer do século XIX foram, frequentemente, condenados pelos higienistas:

Os médicos condenavam sistematicamente os proprietários que não obedeciam a regras higiênicas na construção das casas, não instalavam canos, escoadouros e latrinas, deixavam acumular monturos e imundícies nos quintais e estrebarias. Acusavam-no de especularem com vida humana, por alugarem habitações sem as

⁸¹ Segundo Pechman e Fritsch (1985, p. 150-151), a crise urbana foi agravada nas duas últimas décadas do século XIX: “A febre amarela atingiria proporções perigosas em 1880, 1883, 1886, 1889, 1891, 1892, 1894, 1898; a varíola, em 1883, 1887, 1891, 1895 e 1899; o sarampo, em 1883 e 1887; a disenteria, em 1889, 1892 e 1898; a difteria e a crupe, em 1882, 1883, 1885, 1887 e 1888, além da febre tifoide, beribéri e tuberculose, moléstias, consideradas endêmicas, também seres responsáveis pela morte de muitos moradores da cidade durante o período, sobretudo a última delas”.

⁸² Benchimol (1992), igualmente, chama a atenção para o fato de que o discurso médico do século XIX também associava a doença às condições geográficas do Rio de Janeiro. Sendo assim, eles já sugeriam, no século XIX, o aterro de pântanos e o arrasamento dos morros.

menores condições de salubridade, pequenas, úmidas, desprovidas de ar e luz (Benchimol, 1992, p. 117).

Além de condenarem as condições do espaço urbano do Rio e as habitações coletivas, os médicos propunham como solução uma transformação urbana da cidade. O discurso médico acabava por convergir com o que foi formulado pelos engenheiros, intelectuais e políticos defensores das reformas urbanas no Rio de Janeiro. Esse discurso, portanto, foi eficiente, porque as suas representações sobre a situação do espaço urbano carioca permaneceram e ancoraram as reformas urbanas que foram efetuadas sobre o espaço urbano carioca na Primeira República. E, na medida em que o século XIX avançava e as novas demandas eram postas em vigor, as justificativas em relação às reformas urbanas também se impunham. Concomitante a isso, as camadas populares tornavam-se alvo de tais discursos e das ações que iam sendo empreendidas pelo Estado e poder público, no que se refere às reformas urbanas.

O problema habitacional afetava, sobretudo, as camadas populares do Rio de Janeiro. A grande aglomeração da população em cortiços, estalagens, casas de cômodos e morros, que ficavam localizados em torno das partes centrais da cidade, atestam o problema da falta de moradia. E, em razão da necessidade de sobrevivência, as camadas populares, que se ocupavam dos mais variados ofícios profissionais, optavam por morar no centro ou próximo dele. Benchimol (1992, p. 124), além de afirmar que a crise habitacional⁸³ atingia, notadamente, a área central da cidade, também diz que ela pode ser explicada em razão do avanço das relações capitalistas sobre o espaço urbano carioca. Sendo assim, as questões pertinentes à habitação juntavam-se aos outros problemas que tornavam complexa a situação urbana da cidade já no final do século XIX e início do XX. Mais uma vez, as palavras de Pechman e Fritsch (1985, p. 152) resumem bem a situação caótica da cidade:

⁸³ Jayme Benchimol (1982), na obra intitulada *Pereira Passos: um Haussmann tropical*, reporta-se à história do desenvolvimento capitalista na Europa ocidental, para chamar a atenção da relação que envolveu o desenvolvimento industrial e o problema habitacional que determinaram o desenvolvimento urbano. A crise habitacional foi engendrada, fundamentalmente, em razão do crescimento populacional que não foi respaldado pelo crescimento de novas habitações. Por conseguinte, o autor defende a tese de que, no Brasil do século XIX, o problema habitacional no Distrito Federal deve ser compreendido como uma questão específica de um país que atravessa a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

As epidemias, o déficit habitacional, a deficiência dos serviços de abastecimento de água e esgoto, a precariedade dos transportes públicos, a dificuldade para a circulação dos transportes públicos, a dificuldade para a circulação no centro da cidade, a utilização das praias como depósito de lixo, compunham o quadro urbanístico do Rio de Janeiro do final do século XIX. Para se operar uma reforma na cidade, não se carecia de estímulos outros além daqueles provenientes de sua caótica organização, visto correr-se o risco da inação das autoridades gerar a paralisia do Distrito Federal.

O acúmulo de tais problemas ao longo dos anos que antecederam o final do século XIX, bem como os possíveis obstáculos que poderiam ser levantados em relação ao desenvolvimento, fizeram com que as elites econômicas, políticas, culturais e intelectuais empunhassem as bandeiras das reformas urbanas e da higienização do espaço urbano carioca.

A produção literária brasileira do Segundo Reinado coincide com o auge do Romantismo⁸⁴. A Literatura Brasileira, marcada pela perspectiva romântica, no entanto, desenvolveu-se ao longo do regime monárquico, colaborando com a formulação de símbolos e representações que tinham como objetivo a construção da ideia de Nação. Portanto, se, de um lado, o Romantismo criou representações sobre uma suposta Nação brasileira, de outro, ele foi influenciado por representações sobre a nação que ora eram confeccionadas pelos diversos atores sociais que atuavam no Brasil do século XX.

O Rio de Janeiro do Segundo Reinado brasileiro, além de consolidar a sua posição de centro político, econômico e cultural, firmou posição hegemônica, no que diz respeito à produção literária. Afrânio Coutinho (2008b, p. 107) afirma que a cidade acabou por exercer uma espécie de “poder unificador, carreando para a formação de uma literatura nacional, brasileira, todas as forças oriundas da periferia regional”. É imperativo, ainda, considerar que a produção literária do século XIX, que teve o Rio de Janeiro como referência maior, além de reproduzir as representações sobre a ideia de Nação brasileira, acabou por expressar, outrossim, símbolos como progresso, civilização e modernização, que se tornaram patentes no final do século XIX e os primeiros anos do século XX. Posto isso, os temas relativos às transformações urbanas do Rio de Janeiro ganham cada vez mais destaque entre os escritores.

⁸⁴ Alfredo Bosi (1985) afirma que a publicação da obra *Suspiros poéticos e saudades*, em 1836, marcou o limiar do Romantismo no Brasil.

Os temas relativos ao processo de modernização urbana da cidade do Rio de Janeiro ganharam, por intermédio dos escritores, um sentido literário; por exemplo, um escritor como Aluísio Azevedo (2005), em seus principais romances, representou, literariamente, situações como as habitações coletivas em *O cortiço*⁸⁵. Os personagens dessa obra conviviam com uma série de problemas que aquilataram uma sociedade a qual convivia com transformações urbanas que se tornaram dramáticas para o cotidiano das camadas populares com as reformas de Pereira Passos. Finalmente, se, de um lado, o Rio e seu espaço urbano, que se transformavam a partir do Segundo Reinado, moldaram os romances, os contos e as crônicas, é possível, igualmente, verificar que, de outro lado, também a literatura representou uma série de símbolos urbanos. Estes foram disseminados entre os leitores, engendrando, assim, o Rio de Janeiro dos escritores que foi assimilado por homens e mulheres que viveram na capital do Brasil entre os séculos XIX e primórdios do XX.

Com relação aos motivos que culminaram na decadência do regime monárquico, não se pode privilegiar, de modo homogêneo, o peso de uma série de fatores⁸⁶ que ainda são aceitos tradicionalmente pela historiografia que se ocupou do período (Fausto, 2001, p. 132). Isso posto, em obra que contribuiu para a renovação da historiografia, no que tange à Proclamação da República, Marco Antonio Villa (1996, p. 7) destacou que os grupos dominantes apoiaram o regime republicano não com objetivo de reformar as instituições políticas e administrativas do Brasil, mas de manter “seus privilégios econômicos, sociais e políticos”. O autor de *A queda do Império: os últimos momentos da monarquia no Brasil* propõe ao leitor uma série de reflexões de motivos que culminaram no Golpe Militar de 15 de novembro de 1889. E, ainda que valorize a importância dos cafeicultores paulistas e de setores corporativos do exército, no que se refere ao golpe que derrubou a Monarquia, Villa (1996) sugere aspectos interessantes para a compreensão desse momento da História do Brasil. A preocupação de setores da elite dominante sobre

⁸⁵ O romance que consolidou o nome de Aluísio Azevedo entre os grandes escritores da Literatura Brasileira foi *O cortiço*; uma obra que representa, via discurso ficcional, o cotidiano de pessoas e as relações sociais nessas habitações coletivas. O autor narra, por meio de seus personagens, os conflitos raciais no espaço urbano carioca. Sendo assim, o romance fornece um bom painel do funcionamento interno dessas habitações coletivas, vistas como uma ameaça à ordem e à saúde pública.

⁸⁶ Por exemplo, as pesquisas atuais não dão o peso considerável que era dado anteriormente à questão religiosa como fator desencadeante da Proclamação da República.

uma “possível” aliança entre o governo monárquico e a população negra, bem como as tentativas do então primeiro-ministro Ouro Preto, a de reformar, politicamente, a monarquia, apontam caminhos interessantes para novas investigações, que podem ou não corroborar as teses defendidas por Villa. O historiador destaca, ainda, o contexto histórico que se estende de 1885-1888, como o período em que ocorre o aprofundamento da “crise do regime monárquico”. Por fim, não só o estudo desse autor, como também o de outros historiadores, assinalam a questão da sucessão e de um possível Terceiro Reinado, que teria à frente a Princesa Isabel, casada com o Conde d’Eu – francês de origem – que foi um dos alvos da campanha de ridicularização orquestrada pelos republicanos em relação ao Império (Villa, 1996).

Com relação às interpretações sobre a Proclamação da República no Brasil, tornou-se senso comum que a alternativa republicana esteve presente em movimentos políticos anteriores a 1889. A configuração e o estabelecimento de um movimento republicano, bem a intensificação das lutas políticas em favor da República, contudo, ocorreram somente em 1870, com a fundação do Partido Republicano. Desse modo, o projeto republicano, bem como sua implantação em 1889, poderiam ter sido evitados, caso o regime monárquico tivesse tido fôlego e tempo para empreender reformas políticas, tal como a federalização do regime monárquico (Lemos, 2009, p. 403). Vale lembrar que a autonomia provincial era uma demanda importante e que foi proveniente, sobretudo a da província de São Paulo.

Ainda que o movimento republicano tenha sido disseminado pelo Brasil, notadamente a partir da década de 1870, o Rio de Janeiro foi o palco principal das articulações políticas que puseram abaixo o regime monárquico. A cidade, que estava em plena expansão urbana, favoreceu, aos poucos, a diversificação social que beneficiou as lutas em favor da República. Lemos (2009) defende a ideia de que os republicanos do Rio, em grande parte profissionais liberais da corte, compreendiam que as lutas políticas em favor da República não poderiam convulsionar a ordem pública⁸⁷.

⁸⁷ No texto intitulado “A alternativa republicana e o fim da monarquia”, Lemos (2009, p. 418-419) afirma ainda o seguinte: “A revolução haitiana (1791-1804) e a guerra civil norte-americana (1861/1865), episódios dos quais a escravidão resultara extinta de forma violenta, estimulavam-nos a adotar atitude prudente, que viabilizasse uma transição isenta de mobilizações populares controlada pelos grupos dirigentes”.

Os republicanos cariocas, no entanto, apresentavam, entre si, diferenças que poderiam ser resumidas em duas vertentes: a “evolucionista” e a “revolucionária” (Lemos, 2009). A primeira considerava que a implantação do regime republicano chegaria por meio de um “caminho longo”, sendo que a liderança mais importante de tal viés republicano foi o jornalista fluminense Quintino Bocaiúva. A segunda vertente defendia uma ação mais imediata em relação à queda do regime republicano, ou seja, uma ação armada revolucionária com a participação popular⁸⁸ e um dos principais nomes dessa tendência foi Silva Jardim⁸⁹.

A instituição do regime republicano no Brasil despertou, no início, um expressivo entusiasmo entre os seus defensores. Ela representava a perspectiva de se construir um novo cidadão mais preocupado com os problemas nacionais. Desse modo, o Rio de Janeiro⁹⁰, no início do século XX, emerge como o mais importante centro urbano do Brasil. As atenções voltavam-se, atentamente, para a capital da República. A cidade ocupava posição de destaque no comércio de exportação e importação, além de uma importante posição de redistribuidor de gêneros importados e que eram fundamentais para a vida da jovem República, que tinha na economia cafeeira exportadora o principal suporte econômico do Brasil (Sevcenko, 1983, p. 13). Com seus 500 mil habitantes, a maior cidade do Brasil teve um grande potencial no que se refere à constituição de novos cidadãos (Carvalho, 1987, p. 13).

Desde o século XIX, sobretudo a partir dos anos de 1870, o Rio vinha passando por um expressivo crescimento urbano. Em 1890, havia, na capital da República, 522.651 habitantes; em 1906, a população quase dobrou, chegando ao número de 811.443 habitantes. A densidade populacional era de cerca de 247 habitantes por Km², em 1872; passou a 409, em 1890; e a 722, em 1906 (Chalhoub,

⁸⁸ Lemos (2009) assevera que a relação e a visão dos republicanos dependiam da vertente republicana. Além disso, se a vertente “evolucionista” foi adepta de um republicanismo inspirado no modelo federalista norte-americano, a vertente “revolucionária” foi inspirada no jacobinismo francês.

⁸⁹ A historiografia brasileira, que se tem dedicado a compreender a participação dos militares nas campanhas em favor da República, não chegou a um consenso quanto às ações e posições das Forças Armadas. Neste sentido, é digno de nota salientar o papel desempenhado pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Essa instituição, inclusive, mobilizando a imprensa, trouxe à tona uma série de temas que geravam o descontentamento de militares do Exército em relação ao regime monárquico. O mais sensível dos temas giravam em torno do posicionamento das forças armadas em relação aos assuntos nacionais, dentre os quais o da Abolição da escravidão.

⁹⁰ Segundo Armelle Enders (2008, p. 185), “o primeiro decreto do governo provisório confirma o estatuto de capital do Rio de Janeiro, mas tempera-o com uma nuance: os republicanos brasileiros pretendem transferir a sede da República para o Planalto Central do Brasil, num lugar ‘neutro’, afastado das turbulências da cidade grande”.

1986, p. 24). O aumento da população nessa cidade pode ser explicado pela conjunção de dois fatores: a) grande migração de ex-escravos das zonas cafeeiras decadentes do Vale do Paraíba para o Rio, no final do século XX; e b) aumento da imigração estrangeira, em especial a portuguesa (Chalhoub, 1986, p. 24; Carvalho, 1987, p. 26). Esses dois fatores contribuíram para a formação de um grande contingente de mão de obra disponível no mercado capitalista, que ora se formava na cidade. No entanto, com o aumento da população, os problemas ligados à estrutura urbana pioravam cada vez mais. Além disso, as doenças endêmicas prosseguiram, ceifando, assim, parte da população e assustando os estrangeiros que aqui aportavam.

No tocante à distribuição da população nas diversas categorias profissionais, o Rio, entre 1890 e 1906, estava assim caracterizado: a) empregados domésticos, com 74.785 indivíduos, em 1890; passou para 117.904 indivíduos, em 1906; b) o comércio evoluiu de 48.048, em 1890, para 62.062, em 1906; c) na indústria, o número de trabalhadores, em 1890, era de 54.510 e, em 1906, esse número quase dobra; d) no funcionalismo público (civil e militar), os números são, respectivamente, 6.637, em 1890; 13.090, em 1906; 11.352, em 1890; e 21.831, em 1906. Assim, a partir dos dados mencionados, a maioria da população ativa do Rio estava empregada no setor doméstico (Chalhoub, 1986, p. 36).

A disputa pelo emprego gerava, entre as camadas populares, preconceitos étnicos, principalmente os que diziam respeito aos engendrados nas relações entre brasileiros e portugueses. O autor sugere, de maneira importante, a permanência, no nível do imaginário coletivo, de rivalidades entre portugueses e brasileiros no novo contexto republicano.

Esses conflitos étnicos eram vividos/assimilados de maneira ampla no cotidiano dos trabalhadores do Rio no início do século. Atingiam todo espaço urbano, no qual se moviam as camadas populares. O acirramento dessas rivalidades deve ser entendido a partir da intensificação das lutas entre os populares no mercado capitalista e, ainda, em razão da intensificação das reformas urbanas que marcaram o Rio de Janeiro na Primeira República (1889-1930). Cabe também informar que as camadas populares no Rio deparavam-se, ainda, com outros problemas que afetavam os seus cotidianos: habitação, segurança pública, saneamento básico e limpeza, que levavam os populares, de maneira fragmentada,

a tomar uma posição e reivindicar ao Estado as soluções cabíveis para resolver os problemas.

A remodelação do Rio de Janeiro e os seus símbolos (por exemplo, progresso e civilização) sugerem o ingresso do Brasil na modernidade. Era como se a República recém-implantada acentuasse a ânsia pelo progresso; por isso, botar abaixo os velhos casarões coloniais e suas ruelas coloniais significou, para as elites dominantes do capitalismo que se configurava como dependente, apresentar o Rio de Janeiro como o cartão-postal da nova ordem republicana.

Ao assumir a presidência da República em novembro de 1902, Rodrigues Alves recebeu o Rio de Janeiro com uma série de problemas, entre os quais aqueles relacionados à saúde pública. Em relação ao Rio de Janeiro, o governante tinha como objetivos: a reforma urbana e o saneamento da Capital Federal. E, para conduzir as obras que tinham como alvo a remodelação urbana da cidade, convidou o engenheiro Francisco Pereira Passos⁹¹ para assumir a prefeitura da então capital brasileira. O eminente engenheiro, segundo Oswaldo Porto Rocha (1995, p. 58), formou uma equipe de técnicos que, embora não fosse muito conhecida, era de notória competência. Além da indicação de Passos, Alves nomeou o médico e sanitariano Oswaldo Cruz para pôr em prática, na cidade, a reforma sanitária⁹², que estava em consonância com a reforma urbana.

⁹¹ Pereira Passos, que ingressou na carreira diplomática e trabalhou em Paris (1857-1860), entrou em contato com engenheiros franceses, frequentando cursos e dedicando-se aos estudos de arquitetura e de construção de portos. Passos viu Haussmann transformar o centro de Paris, eliminando as ruas estreitas e tortuosas que se constituíram como cenários para as jornadas revolucionárias desde 1789. Por isso, do ponto de vista político, as reformas empreendidas em Paris tiveram como objetivo central o controle sobre o espaço urbano parisiense. Ao voltar para o Brasil, o engenheiro brasileiro trabalhou na construção de ferrovias. Em 1874, passou a ser engenheiro do Ministério do Império que, na ocasião, era chefiado por João Alfredo. No ano de 1880, ele viajou para a Europa e, além de frequentar cursos na Sorbonne, visitou fábricas e obras públicas na Bélgica e Holanda (Benchimol, 1992, p. 192-196).

⁹² Paralelamente às reformas urbanas, o governo Rodrigues Alves iniciou uma intensa campanha para a erradicação da varíola, que assolava o Rio de Janeiro. O combate, entretanto, a doenças endêmicas, como a febre amarela, já vinha sendo processado pelo Império. Há de se acrescentar que a febre amarela, que matou 584 pessoas, em 1903 e 53 indivíduos em 1904. Para coordenar a campanha contra a varíola, foi escolhido Oswaldo Cruz. O sanitariano exercia até então o cargo de diretor Seroterápico de Manguinhos e era reconhecido não só dentro do Brasil, como também em outros países como grande bacteriologista. Ele possuía uma visão extremamente técnica do assunto, não levando em conta as repercussões sociais de sua campanha, que iria afetar, de forma tumultuada, o cotidiano dos moradores do Rio, em especial o das camadas populares. O eminente sanitariano, munido de métodos amplamente empregados por sanitarianos em Cuba, antes de iniciar a campanha de vacinação contra a varíola, enfrentou, no Brasil, a febre amarela. Durante a campanha, o alvo preferido do cientista foram as áreas mais pobres e densamente povoadas da cidade. Nesses lugares, acompanhado pelos funcionários da saúde e soldados da polícia, o médico brasileiro, usando métodos autoritários, violava o último reduto da privacidade das camadas populares, punindo todos os

Pereira Passos reuniu poderes ditatoriais para levar adiante as reformas urbanas. O prefeito carioca liderou uma série de ações que mudaram a paisagem urbana da cidade. Consoante Pechman e Fritsch (1985, p. 155), na visão do prefeito e engenheiro, o espaço urbano carioca precisava passar por uma grande mudança, pois havia em curso um processo de deterioração que colocava em perigo a cidade e os seus moradores.

As obras portuárias assumiram, inicialmente, um papel central, no que diz respeito à modernização urbana do Rio de Janeiro. Elas eram necessárias, na medida em que a estrutura portuária da cidade não conseguia atender às novas demandas comerciais emanadas do desenvolvimento da economia capitalista no limiar da República. O desdobramento de tais obras foi a criação de novas avenidas com finalidades bem definidas. A avenida Rodrigues Alves tinha a função de ligar regiões da cidade ao porto. A avenida Central representou o processo de modernização do Rio. Nesse sentido, a sua construção, bem como o conjunto de obras realizadas pelo Estado, alijou do centro da cidade uma boa parte das camadas populares, favorecendo, então, os setores sociais vinculados ao capital comercial e financeiro⁹³. A valorização imobiliária da área central da cidade tornou-se objeto de especulação financeira e ainda foi palco de novas relações sociais que reorganizaram o cotidiano da população carioca. Há de se acrescentar que, nos discursos oficiais e dos intelectuais propagandistas das reformas, há a presença da noção de embelezamento, que se associa às ideias de modernização urbana e higienização do espaço urbano. As palavras de Benchimol (1992, p. 228) resumem bem tal processo, que alterou, profundamente, a fisionomia urbana do Rio de Janeiro:

O termo “embelezar” tem enorme ressonância no discurso propagandístico da época. Designa mais do que a imposição de novos valores estéticos, a criação de uma nova fisionomia arquitetônica para a cidade. Encobre, por assim dizer, múltiplas “estratégias”. A erradicação da população trabalhadora que residia na área central,

moradores que não cumprissem as normas higiênicas formuladas por ele, exigindo deles o seu cumprimento. Muitas habitações coletivas que abrigavam diversas pessoas foram extintas, perturbando milhares de pessoas que não possuíam recursos para habitar lugares considerados pelo cientista como ideais para a população.

⁹³ As demolições de prédios que marcaram o processo de renovação urbana do Rio ficaram popularmente conhecidas como: “o bota-abaixo”. As consequências do “bota-abaixo” para as camadas populares foram desastrosas. As demolições dos antigos casarões ampliaram a crise habitacional e a especulação imobiliária.

projeto debatido desde meados do século passado; a mudança de função do centro, atendendo – num plano mais imediato – aos interesses especulativos que cobiçavam essa área altamente valorizada e – num plano mais geral – às exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro; razões ideológicas ligadas ao “desfrute” das camadas privilegiadas; razões políticas decorrentes de exigências específicas do Estado republicano em relação àquela cidade que era a sede do poder político nacional.

A construção do Rio civilizado, que, na realidade, seria o símbolo do progresso da burguesia brasileira, tinha, no entanto, nas camadas populares, um obstáculo. De acordo com Abreu (2008, p. 63), a Reforma Passos, que significou “o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano”, tinha ainda como objetivo a valorização da área central da cidade. Tal orientação estava, igualmente, em consonância com ações que tinham como meta erradicar do centro as camadas populares. As reformas urbanas, concomitante às campanhas de higienização, portanto, alvejaram as populações mais pobres, que tiveram, brutalmente, os seus cotidianos alterados (Sevcenko, 1993). Os setores populares arcaram com o ônus da modernização urbana. Além disso, simultaneamente ao processo de remodelagem da paisagem urbana, o prefeito Pereira Passos utilizava decretos e expedientes autoritários para coibir práticas populares que não eram consideradas civilizadas e que atentavam, outrossim, para o comprometimento da saúde pública (Benchimol, 1992, p. 277)⁹⁴. Tais populações, contudo, não se comportaram de forma passiva ao longo do processo de modernização urbana da cidade⁹⁵. Nas palavras de Mônica Pimenta Velloso (2004, p. 16):

⁹⁴ Benchimol (1992) considera que o combate à mendicância foi um dos alvos prioritários do poder municipal para transformar a capital do Brasil em um lugar civilizado. A desagregação da economia escravista e a constituição de uma economia capitalista, todavia, agravaram o número de pessoas desocupadas e que acabavam por engrossar o número de pessoas desocupadas que circulavam pela cidade.

⁹⁵ A eclosão da Revolta da Vacina em 1904, conquanto tenha sido marcada pela participação de grupos sociais diversos que se opuseram ao projeto que tornava obrigatória a vacina contra a varíola, demonstra a insatisfação das camadas populares em relação ao processo de modernização urbana da cidade e dos métodos autoritários utilizados por Oswaldo Cruz no que diz respeito às campanhas e ações em favor da erradicação de doenças como a febre amarela e a varíola. É digno de nota sublinhar que, no auge das discussões e protestos contra a vacina obrigatória, foi fundado em novembro de 1904, sob a presidência de Lauro Sodré, uma liga contra a vacina obrigatória. Nesse sentido, ocorre o aparecimento em cena do centro da classe operária, onde sobressaíam líderes trabalhistas: Barbosa Lima e Vicente de Souza. A ação dos líderes da liga tinha como objetivo básico impulsionar as massas populares para a rebelião. Líderes como Lauro Sodré buscavam, por meio da fúria popular, derrubar o governo Rodrigues Alves com o apoio de um possível levante militar que se arquitetava para o dia 14 do corrente mês.

Tais reformas urbanísticas, no entanto, não são recebidas de maneira passiva. Suscitam reações nos mais distintos grupos sociais, o que revela claramente vários projetos, concepções e percepções em jogo. A cidade gerenciada pelos engenheiros Francisco Bicalho e Paulo Frontin e pelo sanitarista Oswaldo Cruz não se coaduna com as formas através das quais o conjunto está vivenciando e experimentando o cotidiano.

Assim, pode-se afirmar, em primeiro lugar, que as origens do processo de modernização urbana da cidade do Rio de Janeiro estão no século XIX. O auge do processo foi no governo Rodrigues Alves, por intermédio das ações de Pereira Passos no que tange às demolições e às diversas obras empreendidas, bem como as de Oswaldo Cruz em relação ao combate de epidemias que ceifavam milhares de vidas. Ao longo da Primeira República, contudo, a cidade passou por novas intervenções urbanas que, na realidade, foram um prolongamento das obras empreendidas por Passos⁹⁶.

Ao enquadrar o século XIX como “uma grande encruzilhada de correntes literárias”, Afrânio Coutinho (1986, p. 5) defende a tese da coexistência de estilos literários na Europa e no Brasil. O Romantismo, portanto, que dominou a cena literária na realidade, coexistiu com os novos estilos que emergiram ao longo daquele século. E, na vigência do Romantismo, a Literatura Brasileira já apresentava, por exemplo, características do Naturalismo e Realismo (Aragão, 2001, p. 5). A subjetividade e o sentimentalismo, próprios do escritor romântico, foram substituídos pela valorização do espírito científico e pela preocupação precisa com o cenário por onde circulavam os personagens⁹⁷. Por conseguinte, as cidades no mundo ocidental tornam-se o palco por onde transitavam os mais variados personagens das grandes obras literárias.

⁹⁶ Como exemplo, podemos recorrer, mais uma vez, a Jaime Benchimol (1992, p. 319), que assim se referiu à administração Carlos Sampaio: “O arrasamento do morro do Castelo – berço histórico da cidade – e conjunto de obras monumentais realizadas por Carlos Sampaio para o centenário da Independência, em 1922, constituem um prolongamento daquilo que foi iniciado por Pereira Passos”.

⁹⁷ Pode-se asseverar que os estilos literários que surgiram na Europa do século XIX, após o Romantismo, incorporaram o legado científico do seu tempo, ou seja, exprimiram, literariamente, as transformações políticas, econômicas e sociais sofridas pelo continente europeu. Os padrões de pensamento, no final do século XIX, passaram a se vincular à ciência, ao espírito de observação e ao rigor científico. As ideias de meio, raça e hereditariedade ganham força no pensamento e imaginário europeu. O Darwinismo e o Positivismo de Comte influenciaram o pensamento europeu e ganharam fôlego nas representações que os escritores realizavam sobre a cidade, em seus romances.

Na obra *A cidade das letras*, que já se tornou referência para a compreensão das relações que envolvem a cidade e a literatura, Angel Rama (1983, p. 25) propõe como perspectiva a compreensão da produção literária e de seus signos a partir do espaço urbano. A produção literária na América Latina testemunhou e expressou o processo de modernização urbana de suas cidades. Dessa forma, as representações sobre esse processo variaram de intelectual para intelectual. O autor chama a atenção para o fato de que muitos escritores tornaram-se conhecidos e alcançaram notoriedade, acrescentando que profissões como as de jornalista e advogado ganham cada vez mais destaque no interior da sociedade. Desse modo, seguindo de perto as reflexões apresentadas por Rama, pode-se asseverar que o processo de modernização urbana do Rio de Janeiro ensejou novas representações sobre a cidade.

No Brasil da Primeira República, a intelectualidade brasileira, de um modo geral, comungava de valores estéticos e literários da *Belle Époque* francesa⁹⁸. O Rio de Janeiro, centro político e econômico, foi igualmente o centro cultural do Brasil. Aqueles padrões estiveram presentes de forma contundente no Distrito Federal. A legitimação e a afirmação de um escritor estariam condicionadas a seu desempenho no Rio. Além disso, segundo Jeffrey Needell (1993, p. 211), “conhecer a literatura, sobretudo a francesa, era a marca de um indivíduo bem-educado”.

No século XIX, o Rio de Janeiro recebia escritores de outras partes do Brasil, que buscavam não só um espaço entre a elite intelectual, como também almejavam um lugar na administração pública, que poderiam ensejar uma carreira política promissora. Assim, as confeitarias e a Rua do Ouvidor eram o caminho para aqueles que pretendiam estabelecer contatos e relações que podiam favorecer carreiras. A cidade serviu de ponto de confluência de escritores que se dedicavam à crítica literária e a escrever romances, poesias, contos e crônicas (Matta, 2003, p. 260). Há de se acrescentar que boa parte dos escritores envolveu-se em atividades e movimentos políticos que marcaram o Brasil do século XIX, que pretendia uma afirmação de sua nacionalidade (Needell, 1993, p. 220).

⁹⁸ As origens da influência da cultura francesa em relação às elites brasileiras estão no século XVIII. A França do século XVIII foi marcada pela Filosofia das Luzes, cujas origens remotas estão no mundo antigo. No entanto, o ideário iluminista começou a ser constituído de forma mais consistente no século XVII e alcançou o seu apogeu no século XVIII, na França. Há de se acrescentar que o Romantismo, o Naturalismo e o Realismo, enquanto estilos literários, favoreceram a consolidação da cultura francesa no Brasil.

A desilusão com os primeiros anos republicanos levaram muitos escritores a optar por um distanciamento em relação à vida política. Entretanto, o desejo de reconhecimento pelos meios acadêmicos oficiais continua entre os intelectuais brasileiros. Assim, tornar-se um escritor consagrado pelos meios literários oficiais poderia alavancar carreiras profissionais, juntamente com um bom emprego público. A fundação da Academia Brasileira de Letras⁹⁹, cujo presidente foi Machado de Assis até a sua morte, consolidou a importância da literatura no Brasil da *Belle Époque*.

Sobre a modernização urbana do Rio, no limiar do regime republicano, é imperativo ressaltar que uma parte considerável dos intelectuais posicionaram-se a favor das transformações que mudavam, paulatinamente, a fisionomia da cidade. E, de modo geral, aqueles intelectuais compartilhavam de valores estéticos e literários da *Belle Époque* francesa e acabaram no limite, outrossim, respaldando as noções de progresso, modernidade e civilização. O Distrito Federal e boa parte das elites intelectuais que produziam literatura estiveram atentos às novidades provenientes da França e, desse modo, acabavam demarcando a Literatura Brasileira da Primeira República. Assim, cabe enfatizar que boa parte dos cronistas também apoiaram o processo de modernização urbana e seus principais símbolos (Velloso, 2004). Os cronistas, em seus escritos, acabavam promovendo representações sobre as noções de progresso, modernidade e civilização.

Olavo Bilac, citado nos estudos de Pesavento (2002), talvez tenha sido o maior representante do Parnasianismo no Brasil, foi igualmente um exemplo típico de apologista de valores, tais como civilização e progresso. Assim, não só repudiou o passado colonial do Rio de Janeiro, como também defendeu, com veemência, as reformas urbanas. Bilac, cujas posições políticas eram conservadoras, propugnava, na verdade, um Rio civilizado e “branco”, que execrasse as manifestações populares que, segundo ele, indicavam a presença da cidade colonial (Pesavento, 2002, p. 184). Então, pode-se concluir que o poeta parnasiano brasileiro reunia, em sua concepção literária, valores como progresso, civilização e patriotismo, que

⁹⁹ Carmem da Matta (2003) sublinha, no artigo intitulado “Rio de Janeiro, solo configurador da literatura nacional”, que a Academia Brasileira de Letras, além de consolidar o “sistema literário brasileiro”, pôs em evidência cada vez mais o Rio de Janeiro como o principal centro de produção literária do país.

deveriam tornar-se realidade, a fim de que o Rio de Janeiro seguisse os caminhos de Paris.

Conquanto estivesse influenciado pelo clima da *Belle Époque*, um outro escritor que marcou o Brasil da Primeira República foi João do Rio, citado nos estudos de Needell (1993). Ele promoveu uma grande transformação no jornalismo carioca, pois incorporou diversos cenários urbanos da então capital da República. Assim, os morros, com suas tradições culturais, juntamente com as favelas, fizeram parte de suas reflexões jornalísticas. O escritor e jornalista carioca “rompeu com as tradicionais reflexões de gabinete até então comuns na imprensa carioca” (Needell, 1993, p. 242).

Nas palavras de Matta (2003, p. 271):

João do Rio realiza a junção do *flâneur* ao *dandy*, e é devido justamente a este aspecto que ele se torna inovador. O despojamento, a curiosidade, o desbragamento do *flâneur* unidos à elegância e ao mundanismo social do *dandy* caracterizaram nosso porta voz da *Belle Époque*, dando o toque de autenticidade à vida literária.

Importa ainda considerar que nem todos os escritores compartilhavam dos valores culturais e literários da *Belle Époque*. Diferente de João do Rio, Afonso Henriques de Lima Barreto fez também da vida suburbana a matéria-prima de seus romances e de suas crônicas. A obra do escritor concentrou-se nos anos que compõem a década de 1910 e coincide com os efeitos engendrados pelas transformações urbanas ocorridas na cidade na época do prefeito Pereira Passos. E, ao focalizar a cultura dos habitantes cariocas que viviam nos subúrbios, ele acaba por contrapor a cultura popular à cultura elitista¹⁰⁰. Isso posto, Lima Barreto recebe o legado da Literatura Brasileira do século XIX, que teve em Machado de Assis o seu grande nome. O autor de *Dom Casmurro* representou, em sua obra literária, o Rio e a sociedade do seu tempo, exercendo, de forma sutil e aguda, a crítica aos valores do seu tempo. Desse modo, não é improvável que se possa

¹⁰⁰ No romance intitulado *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, há um mapeamento do Distrito Federal. Os personagens deslocam-se do centro para os subúrbios (como, por exemplo, Isaías Caminha). A parte central do Rio é vista pelo escritor como símbolo do cosmopolitismo implantado pelas elites dominantes do início da República. Assim, a descrição dos subúrbios assume uma importância muito grande na obra do escritor.

estabelecer um fio condutor que ligue e estabeleça pontos de interseção entre os dois grandes escritores, pois se Machado foi um crítico da sociedade brasileira do Segundo Reinado, Lima Barreto foi um crítico dessa sociedade do limiar do regime republicano. As representações literárias, portanto, empreendidas por Machado de Assis e Lima Barreto sobre a modernização urbana do Rio, constituem-se como fios condutores importantes para se compreender as divergências e convergências entre eles.

O próximo capítulo, intitulado “As crônicas machadianas e limianas e as representações da modernização urbana do Rio de Janeiro”, apresentará um estudo das crônicas de Machado de Assis. Nesse sentido, a pesquisa pretende resgatar as representações literárias da modernização urbana do Rio de Janeiro, empreendidas por Machado de Assis e Lima Barreto e que, igualmente, oferecem ao leitor um olhar e uma representação específica que coincide com a História do Brasil do período monárquico e da Primeira República (1889-1930).

4.

As crônicas machadianas e limianas e as Representações da modernização urbana do Rio de Janeiro

As crônicas escritas por Machado de Assis e Lima Barreto oferecem ao pesquisador o acesso a uma série de temas que marcaram o cotidiano político, econômico, social e cultural do Brasil no final do século XIX e primeiros anos do século XX. Os dois escritores, que eram observadores assíduos da realidade carioca, sublinharam e reelaboraram, literariamente, vários acontecimentos do Rio de Janeiro.

4.1.

As crônicas machadianas

A obra de Machado de Assis mereceu, ao longo dos anos, uma atenção especial dos pesquisadores. Uma parte da fortuna crítica representou-o como um escritor que divulgava em sua grande obra valores universais, mas alienado dos problemas brasileiros do seu tempo. Tal representação, contudo, foi perdendo espaço, a partir do momento em que sua fortuna crítica recebia o reforço dos escritores que representavam Machado como um escritor que, na verdade, posicionava-se em relação às grandes questões do seu tempo.

Posto isso, as pesquisas em torno das crônicas machadianas revelam um escritor profundamente vinculado ao seu tempo. E, no que concerne, especificamente, ao processo de modernização urbana do Rio, é importante registrar, se, de um lado, Machado não alimentou ilusões quanto às reformas urbanas, e se, de outro, ele não foi um opositor intransigente de tal processo.

4.1.1.

Representações e interpretações da obra machadiana

Em obra endereçada a um público leitor mais amplo, Alfredo Bosi (2002) faz, inicialmente, um inventário sobre a fortuna crítica e os críticos de Machado de Assis¹⁰¹. Afirmar que Machado teve a sua obra e talento reconhecidos ainda em vida.

¹⁰¹ BOSI, Alfredo. *Machado de Assis*. São Paulo: Publifolha, 2002.

A crítica literária que começou a ser construída indicava dois aspectos que persistiram ao longo do tempo: Machado representado como escritor ensimesmado e portador de valores universais, responsáveis pelo cotejamento do escritor com outros que, outrossim, alcançaram uma consagração universal¹⁰².

Ainda de acordo com Bosi (2002), é necessário chamar a atenção para a representação do autor de *Quincas Borba* como um escritor que consagrava em sua obra valores universais, pois críticos literários lhe atribuíram o rótulo de escritor alienado aos problemas nacionais¹⁰³. Tal crítica, todavia, foi perdendo força na medida em que a fortuna crítica sobre Machado de Assis ganhava o reforço de escritores que o representavam como escritor atento à realidade social do seu tempo. Consoante Bosi (2002), houve a edificação e a representação de um Machado que se preocupa com o indivíduo dentro da sociedade. Tal construção teve a importante contribuição de críticos literários como Astrojildo Pereira¹⁰⁴ e Lúcia Miguel Pereira¹⁰⁵.

Raymundo Faoro¹⁰⁶, conforme o autor de *História concisa da Literatura Brasileira*, sublinha os vários personagens criados pelo escritor carioca e que remetem o leitor ao universo social do Brasil do século XIX. O autor de *Machado de*

¹⁰² Bosi (2002, p. 8-9) diz o seguinte: “Um escritor profundo, introspectivo, universal: era a consagração de Veríssimo, que fecharia a sua História da Literatura Brasileira (1916) com um longo capítulo sobre Machado”.

¹⁰³ Bosi (2002, p. 8) chama atenção para as afirmações de Sílvio Romero: “Um grande escritor, mas menos brasileiro do que seria a desejar”.

¹⁰⁴ Fernando da Cruz Gouvêa (2005), na obra intitulada *Visão política de Machado de Assis e outros ensaios*, assevera que Astrojildo Pereira, que foi um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil, condenou a ideia de que Machado fosse um escritor desinteressado dos assuntos políticos. Gouvêa acredita que o comportamento do escritor de caráter tímido levou uma vida dedicada à leitura e à escrita. Assim, o autor de *Dom Casmurro* preferiu analisar e representar, por intermédio da escrita, o comportamento humano.

¹⁰⁵ Bosi (2002, p.14) inclusive destaca, de forma incisiva, a importância de Lúcia Miguel Pereira: “A interpretação de Lúcia Miguel Pereira tem o mérito, ainda hoje não excedido, de fundir classe social, posição do indivíduo e estrutura psicológica diferenciada sem inflar nenhum dos componentes dessa tríade, sinal de um equilíbrio de método que a crítica puramente sociológica e o psicologismo não conseguiram alcançar”.

¹⁰⁶ A obra *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* foi publicada, inicialmente, em 1974, por intermédio da produção ficcional do escritor carioca, que promove, na verdade, um aprofundamento das teses formuladas por Raymundo Faoro em *Os donos do poder*, livro publicado, inicialmente, em 1958. Em tal obra, o escritor defende a tese de que o Estado patrimonial implantado pelos portugueses no Brasil permaneceu ao longo da História do Brasil. Isso posto, na obra consagrada a Machado de Assis, o autor investiga uma série de temas que estiveram presentes na escrita literária machadiana, entre os quais destacam-se: as classes sociais, os estamentos, o Estado patrimonialista e a escravidão. Depreende-se, então, que Faoro (1976) tenha percebido que as personagens machadianas representassem uma sociedade em transformação que ao mesmo tempo mantinha estruturas de dominação, que foram sendo adaptadas em conformidade com as circunstâncias históricas.

Assis: a pirâmide e o trapézio empreende uma leitura weberiana¹⁰⁷ da sociedade brasileira, por intermédio da obra literária de Machado de Assis. Sendo assim, os tipos sociais emergem de forma patente, por meio dos personagens, evidenciando as transformações que ocorriam, sobretudo na sociedade brasileira do Segundo Reinado (1840-1889)¹⁰⁸. Depreende-se, portanto, que Bosi assinala o trabalho de Raymundo Faoro como importante, na medida em que aponta os vários tipos sociais presentes na obra de Machado que levam o leitor a pensar um Brasil do século XIX, que tinha uma estrutura social e econômica que estava sendo corroída por uma base capitalista ainda em gestação. Ou seja, nas representações sociais e econômicas do Rio de Janeiro do século XIX, senhores, escravos, capitalistas, homens livres e funcionários públicos, por exemplo, conviviam no mesmo espaço, evidenciando transformações que aquilatarem a História do Brasil.

Bosi (2002) chama a atenção também para as pesquisas de Roberto Schwarz. Neste sentido, Schwarz, em seus escritos, defende a tese de que Machado compreendeu de maneira profunda a sociedade brasileira do século XIX. O autor de *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis sustenta a tese de que o ideário liberal estava em descompasso com o escravismo que respaldava a economia do Brasil do século XIX. Schwarz (2000) assinala, ainda, que Machado percebia o quanto era difícil a convivência entre liberalismo e escravismo¹⁰⁹ no interior da sociedade brasileira (Bosi, 2002, p. 19). Posto isso, o autor chama a atenção da importância das reflexões do autor de *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro, para o reforço da tese que associa a obra de Machado de Assis como importante para o desvendamento do processo histórico brasileiro do século XIX.

¹⁰⁷ Bosi (2002, p. 16) assim se refere à interpretação de Faoro: "Aplicando a sociologia weberiana ao universo de Machado, Raymundo Faoro edificou uma galeria completa dos tipos sociais do Primeiro e Segundo Reinado. Classes e estamentos, com toda a gama hierárquica de que se compõem: fazendeiros, escravos, agregados, capitalistas, banqueiros, rentistas, comerciantes, sacerdotes, militares, juizes, funcionários graúdos e miúdos, advogados, médicos e demais profissionais liberais".

¹⁰⁸ Bosi (2006), no livro intitulado *Brás Cubas em três versões*: estudos machadianos, reforça a tese de que Raymundo Faoro, por intermédio da relação romance e sociedade, esboça um painel da situação política, econômica e cultural do Segundo Reinado (1840-1889), voltando-se para as personagens machadianas. Além disso, a pirâmide utilizada como um dos nomes da obra representa a estrutura vertical das classes sociais. O trapézio, por outro lado, expressa a estrutura horizontal dos estamentos.

¹⁰⁹ Conforme Bosi (2002, p. 19): "Machado teria consciência da sordidez desse complexo oligárquico-patriarcal, sobretudo porque tomou por objeto preferencial da sua narrativa certas situações de domínio e favor, em que o indivíduo formalmente livre depende, para subir ou mesmo para sobreviver, do beneplácito dos que desfrutaram a condição de proprietários".

Raimundo Magalhães Júnior (2008a), no livro intitulado *Vida e obra de Machado de Assis*: aprendizado, defende a tese de que o escritor foi um defensor das ideias liberais¹¹⁰. A adesão ao Liberalismo relaciona-se ao desenvolvimento das atividades jornalísticas de Machado no *Diário do Rio de Janeiro*, que estava comprometido politicamente com o Partido Liberal. O alinhamento ao liberalismo fez com que o autor de *Quincas Borba*, não só se posicionasse em relação a temas marcantes de sua época, como também atacasse políticos que atuavam no Império. O escritor ainda utilizava a ironia e a malícia como armas para combater a vulgaridade política do seu tempo¹¹¹.

Em obra de cunho biográfico, Jean-Michel Massa (1971) expõe para o leitor uma série de informações sobre a vida e o processo de formação de Machado de Assis como escritor¹¹². O autor, ao longo da obra, assinala a importância da imprensa como meio para a constituição do escritor. Desde o início, no jornalismo carioca, Machado elegeu os temas políticos como um dos seus preferidos. O corolário disso é a presença de aspectos da política brasileira em suas crônicas e romances¹¹³.

Massa (1971) esclarece, ainda, que o exercício do jornalismo fez com que Machado acompanhasse de perto a dinâmica política brasileira imperial que era orquestrada na Câmara dos Deputados e no Senado¹¹⁴. O autor de *Iaiá Garcia* também se ocupou com a elaboração de textos que foram publicados em revistas da época (Ibid., p. 283). Tais publicações revelam, outrossim, uma preocupação com valores morais e políticos.

As representações empreendidas por Magalhães Júnior e Massa reforçam, portanto, a tese de que Machado não foi omissor, no que diz respeito aos problemas políticos do Brasil do século XIX. As crônicas redigidas pelo escritor comprovam tal

¹¹⁰ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*: Aprendizado. Rio de Janeiro: Record, 2008a. v. 1.

¹¹¹ Magalhães Júnior (2008a) diz ainda que o Machado cronista, sempre que tinha oportunidade, questionava e ridiculariza as "figuras políticas" que estavam em evidência no Brasil do período monárquico.

¹¹² MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis (1839-1870)*: ensaio de biografia intelectual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

¹¹³ Massa (1971) destaca o ingresso de Machado no *Diário do Rio de Janeiro*, no limiar de 1860, como fundamental para a sua carreira de jornalista e escritor. Posto isso, as orientações políticas liberais do jornal foram decisivas, no que diz respeito à adesão de Machado aos princípios do liberalismo.

¹¹⁴ De modo pontual, Massa (1971) informa que Machado redigiu uma série de artigos ao longo de toda a campanha eleitoral de 1861.

hipótese, pois os temas políticos estiveram presentes em várias delas. Há de se acrescentar que a experiência no jornalismo como cronista fez com que o autor de *Helena* apurasse a sua visão política que se adaptou e mudou com o tempo¹¹⁵.

Em texto que assinala algumas linhas de interpretação e recepção, Janine Resende Rocha (2006) assevera, inicialmente, que a consagração de Machado de Assis como um dos maiores escritores brasileiros significou, igualmente, o crescimento de obras que se puseram a interpretar e determinar o seu papel no interior da Literatura Brasileira¹¹⁶. A recepção da grande obra machadiana, portanto, está intrinsicamente vinculada às representações e interpretações tecidas pelos diversos estudiosos que se puseram a compreender a produção do fundador da Academia Brasileira de Letras. Isso posto, a autora sugere três perspectivas no que diz respeito à recepção do conjunto da obra do escritor. A primeira, constituída por nomes como os de Lúcia Miguel Pereira e Augusto Meyer, sugere “o trajeto conduzido do psicologismo à da autonomia da obra literária pela superação do esquema vida e obra, sendo o último autor apontado como expressão máxima da aludida passagem” (Rocha, Jr. 2006, p. 403). A segunda perspectiva diz respeito à escolha do aspecto nacional para a compreensão da obra machadiana. Astrojildo Pereira, John Gledson, Raymundo Faoro e, notadamente, Roberto Schwarz representam bem tal concepção, que é ainda marcante, no que tange à recepção da obra de Machado de Assis. Por fim, a autora indica uma terceira perspectiva que põe em dúvida a tese que associa a obra de Machado à questão da nacionalidade; no entanto, alerta o leitor quanto ao fato de os trabalhos que integram tal perspectiva serem recentes. É imperativo, então, sublinhar que as representações sobre a obra de Machado de Assis são enriquecidas, frequentemente, com o ingresso de novas pesquisas que ajudam a esclarecer aspectos que permaneceram obscuros. Sugerimos, assim, mais uma vez, que as representações que Machado fez do Rio de Janeiro ainda podem ser cada vez mais exploradas pelos

¹¹⁵ Em capítulo intitulado “Convivência com os republicanos”, inserido no quarto e último volume do livro *Vida e obra de Machado de Assis: Apogeu*, Magalhães Júnior (2008b, p. 16) sublinha algumas passagens sobre as crônicas produzidas por Machado no Rio do início da República e defende a tese de que o escritor “ia se acomodando ao novo regime”. Pode-se inferir que, ao mesmo tempo em que alcança a consagração como escritor, Machado de Assis já teria consolidado uma crítica sobre o funcionamento da política brasileira que tinha como uma visão pessimista.

¹¹⁶ ROCHA, Janine Resende. Perspectivas da recepção à obra de Machado de Assis. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *À roda de Machado de Assis: ficção, crônica e crítica*. Chapecó: Argos, 2006. p. 395-406.

pesquisadores. Há de se acrescentar que tais perspectivas expostas em nossa avaliação podem continuar a contribuir para as futuras investigações a respeito de Machado e a sua grande obra.

Posto isso, as vertentes de interpretação que se constituíram ao longo dos anos parecem chegar a um ponto de convergência: Machado foi o responsável pela constituição de um novo período na Literatura Brasileira, incluindo novos modos de leitura, bem como a geração de novas imagens do leitor¹¹⁷. E, segundo Nascimento (2006, p. 356), nos chamados romances que inscreveram definitivamente o nome de Machado entre os maiores escritores do seu tempo, a ironia foi utilizada, sistematicamente, como meio de críticas à sociedade do seu tempo. Desta forma, o conjunto da obra literária de Machado, sobretudo aquelas engendradas no momento da maturidade intelectual, fornece ao leitor e ao pesquisador uma representação das relações sociais de um Brasil que estava passando por um período de transição, ou seja, a passagem de uma sociedade escravista para uma sociedade capitalista. Logo, as relações de compadrio e submissão entre grupos em troca de favores entraram em choque como uma sociedade que se moldava em torno da ambição pelo dinheiro e de uma cultura individualista. A ascensão social, que conferia aos indivíduos a riqueza e o prestígio social, poderia justificar uma série de práticas ironizadas por Machado¹¹⁸.

Considerado por muitos pesquisadores como um dos maiores estudiosos da obra de Machado de Assis, John Gledson (2003) trouxe uma série de contribuições a respeito da importância da obra de Machado de Assis como meio de compreensão da sociedade brasileira do século XIX. Em *Machado de Assis: ficção e história*, o pesquisador inglês defende a tese de que a obra ficcional de Machado como um todo almeja legar aos leitores “verdades históricas, de surpreendente

¹¹⁷ NASCIMENTO, Marcela Silva. A sociedade brasileira e a “teoria do medalhão”: uma perspectiva literária. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *À roda de Machado de Assis: ficção, crônica e crítica*. Chapecó: Argos, 2006. p. 355-394.

¹¹⁸ Marcela Silva Nascimento (2006, p. 358-359), ao analisar a “Teoria do Medalhão”, informa o seguinte: “Vejamos alguns exemplos da ficção do autor. Para obter uma posição de destaque na sociedade sem que necessariamente se disponha de qualquer talento natural para tal, ou se inventa algo como o emplasto Brás Cubas, em *Memórias póstumas*, invenção inútil, mas que serviria, sobretudo, para dar prestígio ao próprio inventor: ‘o que influi principalmente, foi o gosto de ver impressas nos jornais (...) estas três palavras: Emplasto Brás Cubas’. Uma alternativa? Aproveitar-se de alguém, obtendo favores, dinheiro, absorvendo prestígio, como o caso de Palha, em *Quincas Borba*, que se aproveita da ingenuidade de Rubião para pedir-lhe dinheiro, obtendo, assim, a posição social que almejava”.

profundidade e amplitude” (Gledson, 2003, p. 25). O autor problematiza, outrossim, as possíveis representações feitas por Machado sobre a História do Brasil e as suas possíveis implicações para a construção da obra ficcional do escritor, combatendo, por conseguinte, a tese que identificava Machado como um escritor alheio aos problemas do Brasil do século XIX. O pesquisador inglês ainda faz referência a uma série de pesquisadores que tiveram mérito de realçar, em seus estudos, o quanto Machado esteve atento aos problemas nacionais¹¹⁹. Depreende-se aí que o corolário das reflexões de Gledson enseja ao pesquisador pensar que, na obra de Machado, as questões referentes aos códigos e às formas literárias estiveram sempre associadas aos momentos da História do Brasil do século XIX. O narrador machadiano, por exemplo, que era o responsável pela condução do enredo, era abastecido a partir das observações feitas sistematicamente por Machado. No limite, o que autor de *Helena* empreendeu foi a construção de uma obra literária, por intermédio de representações da própria história brasileira do século XIX. Nas palavras de Gledson (2003, p. 34), com relação à apresentação do livro *Machado de Assis: ficção e história*:

Este livro pretende mostrar como Machado criou obras cujas tramas são determinadas por verdades históricas, das quais ele estava plenamente consciente. Resta muito a ser feito – um estudo mais profundo e detalhado das crônicas, bem como da relação entre história e forma literária nos anos anteriores a Casa Velha são, entre muitas, duas áreas óbvias.

Tomando como ponto de partida *Casa velha*, Gledson (2003, p. 38) expõe ao leitor a tese de que, em tal obra, Machado faz de forma escamoteada uma investigação em torno do Brasil da sua época. O desdobramento disso é uma preocupação do escritor quanto aos principais aspectos da sociedade brasileira, bem como de sua política e história. O autor de *Por um novo Machado de Assis* defende, ainda, que a leitura da obra de Machado requer da parte do leitor o cuidado, no que concerne à percepção das informações históricas e políticas, que,

¹¹⁹ Gledson (2003, p. 32) assim se posiciona sobre estudos que se tornaram referência para a compreensão da obra literária de Machado: “Existe, naturalmente, uma longa tradição de análise histórica sobre a obra de Machado, no sentido de pesquisa biográfica em torno de seu desenvolvimento intelectual e político: os trabalhos de Jean-Michel Massa, Raymundo Magalhães Júnior, Brito Broca, Lúcia Miguel-Pereira e outros logo nos vêm mente”.

muitas vezes, são passadas de maneira implícita¹²⁰. Sendo assim, o livro *Casa velha* pode ser considerado como uma tentativa feita pelo escritor de redigir um romance cujas ações dos personagens estão em conexão com acontecimentos da História do Brasil do século XIX (Gledson, 2003, p. 67).

A partir de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis, em seus últimos romances, consolida uma série de representações sobre o Brasil do século XIX. O enredo e os personagens de *Casa velha*, que remetem o leitor ao universo mental, cultural e hierárquico da sociedade escravista, portanto, é realçado por Gledson como importante, na medida em que é reproduzido em obras posteriores (Gledson, 2003, p. 73)¹²¹. *Casa velha* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*, seguindo de perto as avaliações de Gledson, registraram mudanças que minaram as bases de uma sociedade de cunho escravista, oportunizando, igualmente, a emergência de uma futura sociedade capitalista, que se consolida posteriormente ao longo do regime republicano. Assim, Machado trouxe para o campo da ficção acontecimentos que determinaram as transformações que impuseram o ocaso do escravismo e da monarquia no Brasil.

Gledson (2006), na obra intitulada *Por um novo Machado de Assis*, põe em relevo a função de *Papéis avulsos* (1882) como uma das mais importantes coletâneas de contos do escritor carioca. E, mais uma vez, o estudioso inglês recorre à tese de que, nesses contos, Machado construiu representações da História do Brasil. O autor, contudo, alerta sobre a necessidade do leitor no sentido de empreender um esforço para a percepção de tais representações. Os contos em questão revelam um Machado tratando de assuntos que versam sobre o passado, mas que iluminam questões do seu presente. Desse modo, Machado transforma os personagens de seus enredos em porta-vozes de temas que oscilam entre o universal e o nacional.

¹²⁰ Todavia, o mesmo Gledson (2003, p. 54) adverte o leitor sobre as relações entre os personagens que emergem da ficção e do contexto histórico brasileiro do século XIX: “Em primeiro lugar, é bom esclarecer que não cabe identificar as trajetórias dos personagens de ficção de maneira demasiado próximo às das verdadeiras figuras históricas”.

¹²¹ Gledson (2003, p. 73) chega a utilizar a expressão “romance histórico” para aquilatar a importância de *Casa velha* no conjunto da obra ficcional de Machado: “Na verdade, o cenário histórico de *Casa velha*, dados os seus muitos detalhes e a sua preocupação de precisão – ou melhor, de fidelidade à época – permite-nos defini-lo, bem concretamente (ao contrário das obras anteriores), como um *romance histórico*. Essa consciência – presente antes, e, mais marcadamente, no próprio *Brás Cubas* –, permanece nos romances do último período, mas é aplicada a situações posteriores e diferentes”.

Conquanto a cidade do Rio de Janeiro estivesse presente nas crônicas, não seria correto asseverar que o então Distrito Federal assumisse a condição de protagonista. O escritor buscou, em suas diversas crônicas, resgatar fragmentos do cotidiano, temas e problemas que estavam em evidência. Os escritos machadianos transitavam também entre questões do passado e do presente. Consoante Gledson (2006), Machado de Assis mostra ao leitor um conhecimento que chega a ser minucioso do Rio. Ele ainda participava da concepção de que a maioria dos habitantes da cidade não se preocupava com o passado. Isso posto, ele percebia que as transformações urbanas, bem como as novas ideias que justificavam temas como o progresso e a civilização, faziam com que homens e mulheres do seu tempo se preocupassem com o presente (Gledson, 2006, p. 351). O autor de *Helena* viveu e sentiu os efeitos do Encilhamento e a geração de uma mentalidade arrivista típica de uma cidade que se transformava em razão do avanço do capitalismo.

No prefácio do livro *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis, Roberto Schwarz (2000, p. 9) coloca em relevo a ideia de que o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* representava o escritor, por intermédio da ideia de que ele seria “homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”. O conjunto da produção literária e as narrativas machadianas foram fomentados pela dinâmica do funcionamento e das transformações da sociedade brasileira do século XIX e limiar do XX. A escrita e os códigos literários resgatam o processo histórico, sendo representados pelo escritor, por meio dos diversos personagens (Schwarz, 2000, p. 11). Assim, podemos afirmar que a tese do autor de *Ao vencedor as batatas* no livro em questão tem como base a concepção de que a singularidade e a perspicácia da forma literária de Machado de Assis relacionam-se, intrinsecamente, à sociedade brasileira estruturada e assentada em torno do escravismo.

Ao tomar como base o romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, representado como uma obra que atesta a maturidade do escritor carioca, Schwarz (2000) afirma que a prosa machadiana, além de ser detalhista, é permeada de ironias. Tal assertiva pode ser em nossa avaliação, se estendida para as crônicas, na medida em que elas revelam da parte do escritor, uma preocupação com aspectos do cotidiano e consideradas, frequentemente, como insignificantes. Cumpre assinalar que, tanto nos romances quanto nas crônicas, o escritor,

sutilmente, desvela para o leitor uma série de temas e problemas que determinaram a realidade brasileira do seu tempo.

Ao empreender uma leitura da obra *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis, percebemos que Schwarz (2000) confere a Machado uma genialidade sem igual, porque ele, como ninguém, fez de sua narrativa um instrumento capaz de transitar de temas banais para reflexões filosóficas, que demandariam do leitor um esforço maior. Os leitores, seguindo as reflexões de Roberto Schwarz (2000), são desafiados a compreender os ritmos variados da narrativa machadiana. O narrador é determinado, assim, pela volubilidade e impõe, igualmente, aos leitores narrativas alternativas. Por conseguinte, pode-se afirmar que Machado foi sim um mestre na periferia do capitalismo, trazendo para a sua escrita literária temas e reflexões que, na verdade, surgiram nos países europeus. Ele, todavia, utilizou tais reflexões para narrar e conduzir o leitor aos meandros do funcionamento da sociedade brasileira. Compreendemos, então, que o autor de *Dom Casmurro* criou representações históricas e filosóficas do século XIX, por meio de suas narrativas literárias.

Ao aprofundar a compreensão a respeito da sociedade brasileira em que viveu Machado, Schwarz (2000) coloca o leitor em contato com momentos da história brasileira do século XIX. A independência, mesmo tendo sido feita em um contexto de profusão das ideias liberais, não rompeu com a estrutura econômica escravista. O desdobramento disso foi a manutenção de uma ordem social e econômica, que tinha no escravo e no latifúndio os seus principais alicerces. Tal ordem, seguindo de perto as reflexões do autor, conviveu com uma ordem econômica europeia ocidental onde se afirmavam o capitalismo e o liberalismo no plano político e no econômico (Schwarz, 2000, p. 40). Isso posto, não só *Memórias póstumas de Brás Cubas*, como também o conjunto dos romances, dos contos e das crônicas no geral, tiveram como pano de fundo momentos cruciais da história brasileira do século XIX. Nas palavras do próprio Schwarz (2000, p. 74):

O enredo das Memórias procura ancorar-se na história nacional, e também significá-la, através de referências ora explícitas, ora escondidas. Alguma coisa já ficou dita sobre correspondências estruturais. Entretanto não faltam relações de ordem mais direta. Seguiremos aqui a descoberta de John Gledson, que vem mostrando o papel que têm na ficção machadiana alguns episódios políticos destacados, tais como a

Independência, a Abdicação de D. Pedro I, a Maioridade, a Conciliação do Marquês de Paraná, a Lei do Ventre Livre, a Abolição e a República.

A obra *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis tem o mérito ainda de expor ao leitor as contradições e as dificuldades, no que concerne à compreensão do processo histórico brasileiro do século XIX¹²². Uma contradição, e talvez seja a maior, é compreender a recepção das ideias liberais no Brasil do século XIX. Por isso, Schwarz (2000) impõe um desafio: como compreender a disseminação do liberalismo em uma ordem econômica e social assentada no escravismo?¹²³

Em obra que tem a preocupação em perscrutar as ideias e as concepções que orientaram Machado de Assis na criação da sua obra ficcional, Katia Muricy (1988) fornece ao leitor uma série de subsídios filosóficos e históricos para o entendimento do lugar do escritor no século XIX brasileiro¹²⁴. A autora defende a tese de que o ceticismo¹²⁵ foi uma espécie de "filtro crítico" utilizado por Machado, no que tange aos princípios do liberalismo e do racionalismo que ganharam força no interior do pensamento e da cultura brasileira do Segundo Reinado. O escritor, também, por meio de seus contos, crônicas e romances, ironizou o discurso

¹²² Schwarz (2000, p. 241) assim se refere, mais uma vez, à importância de Machado para a compreensão da sociedade brasileira do século XIX: "Voltando a Machado de Assis, vimos que a sua fórmula narrativa atende meticulosamente às questões ideológicas e artísticas do Oitocentos brasileiro, ligadas à posição periférica do país. Acertos e impasses, estreitezas, ridículos, dos predecessores e dos contemporâneos, nada se perdeu, tudo se recompôs e transfigurou em elemento de verdade".

¹²³ Roberto Schwarz (1981), no livro *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro, defende a tese de que as ideias liberais tão decantadas por setores expressivos das elites brasileiras estavam fora do lugar, porque, quando elas surgiram e se afirmaram na Europa Ocidental, elas combatiam todas as formas de trabalho compulsório. O liberalismo, portanto, além de propugnar a defesa da propriedade privada, outrossim, condenava a escravidão. Além disso, Schwarz menciona a dependência econômica e cultural do Brasil em relação à Europa que depois será mais desenvolvida em *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis. A passagem seguinte ilustra bem isso: "O ritmo de nossa vida ideológica, no entanto, foi outro, também ele determinado pela dependência do país: à distância acompanhava os passos da Europa. Note-se, de passagem, que é a ideologia da independência que vai transformar em defeito esta combinação; bobamente, quando insiste na impossível autonomia cultural, e profundamente, quando reflete sobre o problema. Tanto a eternidade das relações sociais de base quanto a lepidéz ideológica das elites eram parte – a parte que nos toca – da gravitação deste sistema por assim dizer assim solar, e certamente internacional, que é o capitalismo" (Schwarz, 1981, p. 21).

¹²⁴ MURICY, Katia. *A razão cética*: Machado de Assis e as questões de seu tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹²⁵ No *Dicionário filosófico*, Regina Schöpke (2010, p. 45) assim define ceticismo: "No sentido mais amplo do termo, é a doutrina que nega a possibilidade de atingirmos qualquer certeza indubitável no âmbito do conhecimento ou, mais exatamente, nega que possamos chegar alguma verdade absoluta e inquestionável". Logo, a conduta cética tem como pressuposto o princípio da incredulidade, no que concerne ao fato de atingir a certeza de se conhecer uma determinada realidade ou objeto de estudo.

científico, que se constituía na época como um dos principais sustentáculos da modernização que se fez presente no processo de mudanças o qual alterou, paulatinamente, a paisagem urbana do Rio (Muricy, 1988, p. 14).

A autora, ao longo do livro, utiliza a obra ficcional de Machado como caminho de entendimento sobre o papel da medicina na regulamentação de valores que almejavam o controle da vida social¹²⁶. A família carioca, que passava por mudanças em razão do progressivo crescimento urbano, era um dos alvos privilegiados do discurso médico fundamentado na ideia de higienização. A autora considera que a produção literária brasileira do século XIX representou a emergência de novas formas de relações familiares e de novos padrões morais e culturais indicadas pela medicina¹²⁷.

Muricy (1988) usa os romances machadianos da primeira e da segunda fase, tomando o ceticismo como o horizonte teórico para identificar a presença do discurso médico, bem como a sua relação com o liberalismo e o racionalismo. Neste sentido, a família representada nas obras da primeira fase pelo escritor, embora não estivesse distante das concepções de prescrições médicas quanto à conduta familiar no século XIX estão ainda em convergência com os valores culturais oriundos do período colonial brasileiro. Nas obras ficcionais engendradas na segunda fase, percebe-se a consolidação da postura cética diante "do discurso liberal de seu tempo, ao mesmo tempo em que se despreza da ótica dos sentimentos familiares da tradição colonial" (Muricy, 1988, p. 18).

¹²⁶ Na obra *O alienista*, Machado, por meio do personagem Simão Bacamarte, faz de forma irônica uma crítica ao discurso médico fundado na razão e na ciência do século XIX. Segundo Augusto Meyer (2008), o conto põe em evidência a ideia de que a razão era o equilíbrio e que tudo que não estivesse em conformidade com ela era representado como insano. Desse modo, a ciência que se orientava pela razão pretendia orientar e controlar a vida dos seres humanos, indicando os limites entre a sanidade e a insanidade. Nas palavras do autor, "Simão Bacamarte, o alienista, fundou em Itaguaí, vilarejo admiravelmente caracterizado como ambiente psicológico, um hospital de alienados, a Casa Verde. Talvez o inspirasse, mais do que a pura filantropia, a curiosidade científica, paixão que não admite a concorrência. Não faltam candidatos notórios, os pobres loucos de qualquer parte deste mundo. Mas, com o tempo e os grandes estudos que faz, Simão Bacamarte, ampliando o círculo da loucura, reduz o âmbito da saúde mental" (Meyer, 2008, p. 45).

¹²⁷ Katia Muricy (1988) assinala que Machado de Assis, por intermédio do ceticismo, pôs em dúvida não só as possíveis ilusões do credo liberal, como também as que foram propaladas pelo discurso cientificista que, no limite, alicerçavam as formulações higienistas da medicina. Acrescente-se que Machado, consoante a autora, pôs em dúvida o discurso médico que foi assimilado pelo Naturalismo: "Bastante crítico em relação às correntes científicas da época e, em especial à psiquiatria, Machado de Assis rompe com a medicalização aceita pelo naturalismo e pelos setores progressistas da sociedade" (Ibid., p. 16).

Dessa forma, a autora de *A razão cética*: Machado de Assis e as questões de seu tempo, enfatiza que o autor de *O alienista* representa, em algumas de suas crônicas, as transformações urbanas e dos costumes pelas quais a cidade do Rio de Janeiro passou no decorrer do século XIX. Na realidade, a consolidação da cidade como sede do poder político monárquico brasileiro ocorre concomitante ao processo de modernização urbana, que impôs às elites dominantes costumes que atestavam o triunfo da cultura ocidental europeia (Muricy, 1988, p. 53)

O crescimento das pesquisas em torno da obra de Machado de Assis atesta, em nossa avaliação, que os temas e as narrativas que compõem a escrita literária machadiana são lugares privilegiados, a fim de que o pesquisador possa desvelar as várias contradições que marcaram a história brasileira do século XIX. As pesquisas de Gledson e Schwarz abriram caminhos para novas formas de interpretação sobre o lugar de Machado de Assis na Literatura e História do Brasil.

Jefferson Cano (1998), no artigo intitulado “Machado de Assis, historiador”, na esteira de pesquisadores como John Gledson, Roberto Schwarz e Sidney Chalhoub, defende a tese de que Machado esteve em diálogo com a historiografia do seu tempo. Essa tese tem como base o estudo de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e apresenta os seguintes problemas levantados por uma perspectiva de leitura: 1) Afinal, o que significa uma leitura que, no extremo, transforma o romance em alegoria política? 2) Era possível que Machado criasse todo o enredo de um romance enquanto uma alegoria política?

Cano (1998, p. 38) esclarece, em seguida, que a noção de alegoria¹²⁸ relaciona-se a uma maneira de representação “onipresente na literatura ocidental”. O autor enfatiza, ainda, que a alegoria como representação exercia uma função expressiva na “leitura das Escrituras” (Ibid., p. 39). Posteriormente, assevera que autores como John Gledson e Sidney Chalhoub construíram associações entre a personagem Brás Cubas e o Brasil. Tal associação forneceria um exemplo típico de alegoria política. Por conseguinte, Cano (1998, p. 58) defende a hipótese de que, ao narrar as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis empreenderia, por

¹²⁸ Cano (1998, p. 38) reporta a Angus Fletcher para definir alegoria como uma maneira de representação “onipresente na literatura ocidental que é encontrada desde os romances de cavalarias aos modernos de westerns”. E, ainda, tomando como base o dicionário Larousse, o autor define alegoria do seguinte modo: “discurso que exprime outra coisa que não aquela que enuncia diferente” (Ibid., p. 39).

intermédio do romance em questão, uma possível interpretação da História do Brasil desde a Independência até o Segundo Reinado. Há de se acrescentar que as ações dos personagens levariam o leitor a compreender os valores e a cultura dominante da sociedade brasileira do século XIX.

Os trabalhos de Sidney Chalhoub¹²⁹ têm sublinhado a presença de aspectos da política brasileira do século XIX nos romances de Machado de Assis. O autor de *Machado de Assis: historiador* considera que o escritor carioca representou como poucos o paternalismo, que foi um dos suportes das políticas de dominação na sociedade brasileira do século XIX¹³⁰. As relações paternalistas, portanto, indicavam a presença de uma cultura que expressava a vontade senhorial (Chalhoub, 1998, p. 95)¹³¹. E, na sociedade senhorial, havia controles e solidariedades entre os grupos dominantes e dominados. O autor de *Helena* criou enredos e narrativas que indicavam possíveis estratégias de sobrevivência dos grupos dominados no interior da sociedade senhorial (Chalhoub, 1998, p. 97). A obra literária de Machado, por conseguinte, representou, frequentemente, de maneira minuciosa, a dinâmica social escravista¹³². As personagens que expressavam os grupos dominantes não eram, desse modo, simples instrumentos da vontade dos grupos dominantes. Assim, as palavras de Chalhoub (1998, p. 97) são bem reveladoras:

Machado de Assis foi um intérprete incansável do discurso político possível aos dominados em tais situações que, posto que rotineiras, traziam sempre o risco de deslize, da palavra dita em má hora, provocando em contrapartida os atos de agressão e humilhação dos detentores das prerrogativas senhoriais.

O escritor carioca perscrutou, então, o universo mental e ideológico dos grupos dominados no interior da dominação paternalista.

¹²⁹ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹³⁰ Chalhoub (1998) informa ao leitor que, embora com alguns inconvenientes e precauções, as políticas e dominação vigentes na sociedade brasileira do século XIX podem ser representadas como paternalistas. Todavia, ele não diz textualmente quais seriam os supostos inconvenientes e precauções.

¹³¹ Ao longo do texto, Chalhoub (1998) sublinha, de modo enfático, a importância do trabalho de Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas* para a compreensão das políticas de dominação presentes na sociedade brasileira, as quais foram representadas por Machado em seus romances.

¹³² Chalhoub (1998), tomando como base igualmente as reflexões engendradas por Gledson, defende a tese de que a literatura machadiana espelhava a realidade social brasileira do século XIX. Sendo assim, Machado desvelou, sob muitos aspectos, determinadas singularidades do processo histórico brasileiro.

Em outras pesquisas empreendidas¹³³, Sidney Chalhoub (2003) retoma questões sobre a ordem senhorial e desenvolve, outrossim, reflexões sobre as representações machadianas, no que concerne à questão servil nas últimas décadas do século XIX. Segundo o autor, Machado, por intermédio de seu trabalho no Ministério da Agricultura, ao longo das décadas de 1870 e 1880, acompanha as contendas em torno da aprovação da Lei do Ventre Livre de 1871. O desdobramento disso é a incorporação, em sua obra literária, de temas que versam sobre a escravidão¹³⁴ e a liberdade (Chalhoub, 2003, p. 135). Há de se acrescentar que as reflexões que giram na órbita da noção de liberdade tinham como limite a presença da ordem social paternalista, que insistia na reprodução dos laços de dependência pessoal.

O autor resgata passagens importantes sobre as reflexões de Machado de Assis no contexto histórico da Lei do Ventre Livre. E, ao contrário de muitos que representavam os escravos como privados do aspecto humano, na medida em que a escravidão os transformava em simples mercadorias, Machado não advogava tal argumento. Ele, na verdade, percebeu que a dinâmica escravista “não produzia a desumanização radical dos cativos” (Chalhoub, 2003, p. 162). O escritor não acreditava na possibilidade de os senhores de escravos serem sensibilizados, no que diz respeito à necessidade de se pôr fim ao sistema escravista. Sugere, ainda, que Machado defenderia uma atuação mais contundente do Estado, a fim de que o trabalho escravo fosse abolido (Ibid., p. 163)¹³⁵. Posto isso, é importante sublinhar, igualmente, que as crônicas machadianas, em certos momentos, reportavam-se à questão do escravismo e do escravo no Brasil do século XIX. Aliás, as

¹³³ Principalmente nos livros: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 e CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹³⁴ Chalhoub (2003, p. 141), em *Machado de Assis: historiador*, informa ao leitor que o Brasil do século XIX, que associava a escravidão à ideia de uma instituição bárbara, ganhou fôlego nos anos finais que antecederam o fim do escravismo, ainda que “o Brasil imperial oferecesse ao mundo o curioso espetáculo de um país no qual todos condenavam a escravidão, mas quase ninguém queria dar o passo para viver sem ela”.

¹³⁵ Chalhoub (2003) insiste, ainda, que a experiência de Machado como funcionário do Ministério da Agricultura reforçou no escritor argumentos e convicções sobre a Lei de 1871. O corolário disso, conforme Chalhoub (2003, p. 163): “O que é as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, e de outros que viriam depois”.

¹³⁶ Chalhoub (2003) informa que o cronista Machado de Assis, por meio do pseudônimo Manasses, engendrou zombarias sobre o fundo de emancipação constituído pela Lei de 1871. O cronista ironizou as queixas dos senhores sobre a referida lei. O literato transformaria a experiência histórica da década de 1870 em força criadora, a fecundar cada linha desse livro que é as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, e de outros que viriam depois” (Ibid., p. 163).

transformações desencadeadas pelo processo de eliminação do trabalho escravo no Rio de Janeiro, concomitante às transformações urbanas, foram percebidas por Machado de Assis¹³⁶.

Em livro de publicação recente¹³⁷, Chalhoub (2012) retoma as reflexões sobre a escravidão que foram feitas na obra *Machado de Assis: historiador*. E, mais uma vez, o autor de *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial* utiliza como fonte o romance *Memórias póstumas de Brás Cubas* para compreender as representações machadianas sobre o tráfico negreiro e o trabalho escravo. Por intermédio de Cotrim, o tráfico ilegal de escravos é aludido no romance. Machado, consoante Chalhoub (2012), por meio dos seus personagens, mostra o quanto o comércio negreiro era visto como um negócio e algo natural por todos aqueles que, direta ou indiretamente, estavam vinculados à economia escravista. Isso, nas próprias palavras do autor:

No entanto, o tráfico africano ilegal é princípio organizador da matéria ficcional das *Memórias* doutro jeito, a saber, na maneira como Machado de Assis seleciona os sintomas da configuração histórica do tempo e sociedade referidos no romance. Mais do que expor relações de força e conflitos sociais, obrigando-se a partidarizar a narrativa a cada passo, escolhendo lados, emitindo julgamentos, Machado descreve e analisa o caráter daquela sociedade por meio da (auto) exposição crua dum testamento dela, o próprio Brás Cubas (Chalhoub, 2012, p. 284).

Ao encerrar as suas análises, o autor enfatiza, mais uma vez, a força do trabalho escravo nas relações econômicas e sociais do Brasil oitocentista. Ou seja, através do exemplo de Prudêncio, que, depois de liberto pela família de Brás, vai ao mercado negreiro adquirir um escravo. Por fim, Chalhoub (2012, p. 295) expõe, com rara felicidade, uma alegoria: a história de amor e de adultério que envolveu Brás e Virgília é uma alegoria “da sociedade criada por contrabandistas de africanos e proprietários de gente ilegalmente escravizada”. Desse modo, *Memórias póstumas de Brás Cubas* desvenda ao leitor as condutas hipócritas que eram típicas de uma sociedade escravista, que fincava suas bases de sustentação na propriedade escrava.

¹³⁷ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Bosi (2006), na obra intitulada *Brás Cubas em três versões: estudos machadianos*, compartilha da ideia de que os temas da política foram recorrentes nas crônicas publicadas por Machado de Assis. O autor, contudo, sublinha o ceticismo machadiano em relação à política e à história. Nesse sentido, o autor assinala que Machado interessou-se por momentos decisivos da política brasileira que emergiram nas décadas de 1860 e 1870. O liberalismo, as lutas abolicionistas e a República foram observados atentamente pelo cronista sob análise. Além disso, os temas concernentes à modernização econômica que anunciavam a introdução do Capitalismo, outrossim, eram acompanhados pela escrita machadiana.

Machado, ao contrário de muitos intelectuais e políticos do seu tempo, não recebeu a República com entusiasmo e otimismo. Isto se deve não só ao ceticismo político, como também às questões e aos problemas engendrados pelo Encilhamento¹³⁸, que foi o responsável pela jogatina financeira e falências. Tais situações eram representadas pelo escritor como sinais bastante evidentes das transformações que ocorriam no espaço urbano carioca. Assim, o autor de *Iaiá Garcia* acabava por associar as transformações políticas, econômicas e sociais, concomitantemente, ao processo de modernização urbana do Rio de Janeiro. Nas palavras de Bosi (2006, p. 66):

Machado pôde assistir, ao longo do século XIX e no começo do século XX, a alterações vastas e profundas no cenário internacional, nos costumes, nas ciências da natureza e da sociedade, nas técnicas e em tudo o que entende com o progresso material. As mudanças foram extraordinárias, e o seu olhar as apreendeu tanto no ritmo célere do telégrafo quanto, mais lentamente, na transição do velho para o novo Brasil, do velho para o novo Rio de Janeiro.

As crônicas machadianas trouxeram à tona dinâmicas diferentes do funcionamento da cidade, que, aos poucos e a partir do final do século XIX, conviveu com transformações urbanas oriundas do processo de modernização. Símbolos emblemáticos de tal processo, como o bonde elétrico, foram representados de modo destacado. Nas palavras do próprio Gledson (2006, p. 352):

¹³⁸ O Encilhamento que diz respeito ao plano econômico foi executado pelo primeiro Presidente da República Deodoro da Fonseca (1889-1891), por intermédio do Ministro da Fazenda Rui Barbosa. Sendo assim, o governo emitiu e tomou empréstimos financeiros com o objetivo precípuo de investir nas atividades industriais. O resultado disso tudo não foi o desenvolvimento industrial e sim a corrupção, a especulação e a inflação.

No espaço como no tempo, Machado sabe avaliar e comparar os diferentes ritmos da cidade: do morro do Livramento ao Cosme Velho, de Botafogo à Gamboa, do mundo dos ônibus ao do bonde elétrico, ou do trem cujos apitos invadem a paz de Dom Casmurro, no fim do século. No centro da cidade, claro, encontram-se os ritmos mais variados: dependem de onde a pessoa se encontra, do que quer, do que sabe.

De acordo com as reflexões de Gledson (2006), Machado não é “saudosista” e muito menos apegado ao passado¹³⁹. O corolário disso é que as crônicas machadianas do final do século XIX representam como natural o processo de modernização urbana da cidade, embora o escritor visse com suspeita alguns aspectos desse processo.

Ainda que conhecido e consagrado pelo público como grande ficcionista, Machado de Assis dedicou boa parte do seu tempo de escritor às crônicas. Pesquisadores da obra do escritor carioca consideram, de um modo geral, a importância de se verificar o papel da crônica, no que concerne à criação dos romances que o projetaram como um dos maiores escritores da Literatura Brasileira. Isso posto, o número de trabalhos acadêmicos sobre a crônica machadiana cresce cada vez mais¹⁴⁰.

Lúcia Granja (2000), no livro *Machado de Assis, escritor em formação: (à roda dos jornais)*, põe em dúvida a tese de que o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* teria engendrado textos literários de pouco valor literário, antes de alcançar o prestígio nacional, a partir dos seus grandes romances. O desdobramento disso foi a valorização do ficcionista e o relegar do cronista ao segundo plano. Granja (2000), todavia, além de refutar a tese apresentada, afirma que a crônica aproximava não só Machado do público leitor, abordando temas do

¹³⁹ Bosi (2006) considera que Machado não foi um saudosista. O autor afirma isso, tomando como base a ideia dos regimes políticos. Nesse sentido, assim se posiciona sobre uma possível representação machadiana a respeito da evolução política: “Na sua ótica, tanto um regime como no outro podem prevalecer o interesse e o mais feroz egoísmo, dos quais nada há a esperar senão a reprodução da força ou da astúcia, alavancas do comportamento humano” (Bosi, 2006, p. 128).

¹⁴⁰ Marcus Vinícius Nogueira Soares (2006, p. 366), no texto intitulado “Machado de Assis: folhetim e crônica”, tomando como base comentaristas e estudiosos da obra de Machado como Sônia Brayner, Marlyse Meyer e John Gledson, alerta o leitor sobre “a presença de elementos estilísticos da crônica nos romances da segunda fase”.

cotidiano¹⁴¹, como também fez com que o escritor angariasse experiência, no que concerne à produção de sua grande obra literária.

Na elaboração de suas crônicas, Machado coloca em ação um narrador que vai tecendo uma série de representações dos temas selecionados pelo escritor. Este é portador de vozes de indivíduos e personagens que vivenciaram a vida política, econômica, social e cultural do Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX. Sendo assim, o olhar do narrador conduz o leitor a uma série de representações sobre a cidade, entre as quais as transformações urbanas que aquilatarem o cotidiano dos moradores.

O autor de *Dom Casmurro*, ao longo de sua carreira de escritor, participou, ativamente, como colaborador em jornais e periódicos. E, aos 16 anos, publicou poesias em *A Marmota Fluminense*, do jornalista Paula Brito¹⁴². A partir de 1858, por intermédio de Manuel Antônio de Almeida, Machado passa a ser revisor do jornal *Correio Mercantil*. Concomitante a isso, há a publicação da novela *Madalena*. Posteriormente, Machado contribuiu como escritor em vários jornais e revistas. Isso posto, o ano de 1860¹⁴³ assinala uma expressiva mudança na vida do autor, pois ele ingressou na equipe que tinha a incumbência de realizar a redação do jornal *O Diário do Rio de Janeiro*. Tal espaço jornalístico fez com que o escritor estabelecesse contatos com intelectuais consagrados do Rio (Cruz Jr., 2002, p. 17).

Ao atuar por longo tempo no jornalismo carioca, desenvolvendo, fundamentalmente, o ofício de cronista, Machado de Assis conheceu de perto todas as partes que compunham um jornal. O trabalho da redação aguçou o olhar de crítico do escritor em relação aos temas candentes que faziam parte da cidade do Rio de Janeiro, então centro político do Brasil. Sendo assim, podemos afirmar que o

¹⁴¹ Ainda, consoante Lúcia Granja (2000, p. 22): “Dessa forma, em Machado, a citação dos textos literários os recursos narrativos de que se utiliza para recontar a semana e, dentro disso, ao enquadramento do tempo presente em uma comédia divertida cujo espectador é o leitor, guiado pelas mãos hábeis do narrador da crônica, tudo isso transporta para bem perto do leitor a experiência literária em versão íntima e cotidiana”.

¹⁴² Segundo Dilson F. Cruz Jr. (2002, p. 17), no livro *Estratégias de um fingidor: a crônica de Machado de Assis*, o escritor carioca ingressou na *Imprensa Nacional*, exercendo a função de tipógrafo entre os anos de 1856 e 1858. Neste momento, ele conheceu Manuel Antônio de Almeida, convivendo, outrossim, em uma atmosfera intelectual que o torna cada vez mais “próximo das letras”.

¹⁴³ Sônia Brayner (1979, p. 55), em *Labirinto do espaço romanesco: tradição e renovação da Literatura Brasileira (1880-1920)*, informa ao leitor que Machado, desde a década de 1860, redigiu e publicou crônicas: “no *Diário do Rio de Janeiro*, e mais tarde na *Semana Ilustrada* (1860-75), em *O Futuro* (1862), na *Ilustração Brasileira* (1876-78), em *O Cruzeiro* (1878) e, a partir de 1881 até 1900, na famosa *Gazeta de Notícias*, que encerrou suas mais primorosas peças no gênero, inscritas sob o título de ‘A Semana’, e sem assinatura”.

jornalismo forneceu a matéria-prima para a elaboração da grande obra machadiana. Nas palavras de Cruz Jr. (2002, p. 19):

Grande parte de sua obra – contos, romances, poesias, críticas, estudos e, claro, crônicas – foi acolhida pelos periódicos do seu tempo, dos mais variados matizes. Isso deve ter dado ao escritor a ideia de que todos, cada um à sua maneira, tinham um papel importante a desempenhar naquela sociedade e que as eventuais divergências entre eles talvez contribuíssem apenas para manter a ordem vigente. Nesse mosaico de publicações, o papel do cronista também se define; sua missão é instaurar a dúvida e perguntar: será que tudo é como parece ser?

Dessa forma e de acordo com as reflexões dos pesquisadores citados anteriormente e que relevam a importância do Machado cronista, é imperativo sublinhar e concordar com a tese que tem como base a ideia de que o escritor carioca foi muito mais um cronista do que um romancista, ainda que a historiografia literária o tivesse consagrado como romancista¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Cruz Jr. (2002, p. 20) afirma ainda o seguinte: “Entretanto, apesar da imensa e extensa atividade jornalística de Machado como cronista e do grande número de edições, suas crônicas receberam bem menos atenção por parte dos críticos do que seus romances e contos”.

4.1.2.

Machado de Assis e a cidade do Rio de Janeiro em transformação

As reflexões teóricas de Roger Chartier (1990) em torno da noção de representação ensejaram ao pesquisador uma série de perspectivas, no que tange ao uso das crônicas de Machado de Assis para o resgate e a compreensão das transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro. Machado, que foi um observador atento do cotidiano carioca, acabou por trazer para as suas narrativas e escritas vozes e atores sociais que construíram e emitiram visões sobre os acontecimentos. Portanto, os trabalhos e as reflexões teóricas de Mikhail Bakhtin (1895-1975) propiciaram uma compreensão de tais vozes e atores.

No texto "Análise e teoria do discurso", Beth Brait (2009) afirma que Bakhtin não apresenta ao leitor de maneira formal a emergência de uma teoria do discurso. Ela, entretanto, defende a tese de que o *Círculo de Bakhtin* contribuiu para o surgimento de uma teoria dialógica do discurso. Assim, nos dias atuais, o pensamento de Bakhtin e do *Círculo* constituem-se como uma das maiores heranças inspiradoras para as pesquisas voltadas para a linguagem (Brait, 2009, p. 9).

Concomitante a isso, Brait sustenta que as pesquisas inspiradas em torno das formulações do pensador russo e do *Círculo de Bakhtin* são norteadas pelo princípio de que o conhecimento deve ser compreendida, levando-se em conta contextos "históricos e culturais" (Brait, 2009, p. 10). A valorização de tais contextos tem como corolário a ideia de que os estudos da linguagem tenham como base uma concepção de Metalinguística¹⁴⁵. Isso posto, a autora lança um desafio ao leitor: Como compreender o pensamento bakhtiniano que evidencia a importância da metalinguística para os estudos da linguagem sem preterir a linguística?

A resposta encontra-se no princípio de que, mesmo com a substituição do termo "discurso" pela expressão "relações dialógicas", o primeiro pertence à linguística. Por conseguinte, tal expressão, além de ensejar uma abrangência no que concerne aos estudos da linguagem, não despreza o legado das pesquisas

¹⁴⁵ Brait (2009), contudo, alerta que Bakhtin, ao propugnar a metalinguística, não defende a exclusão da linguística nas pesquisas sobre a linguagem.

oriundas do campo da linguística. Além disso, as relações dialógicas¹⁴⁶ constituem-se como alvos da metalinguística. Nas palavras de Brait (2009, p. 13):

O enfrentamento bakhtiniano da linguagem leva em conta, portanto, as particularidades discursivas que apontam para contextos mais amplos, para um extralinguístico aí incluído. O trabalho metodológico, analítico e interpretativo com textos/discursos se dá - como se pode observar nessa proposta de criação de uma nova disciplina, ou conjunto de disciplinas - herdando da Lingüística a possibilidade de esmiuçar campos semânticos, descrever e analisar micro e macroorganizações sintáticas, reconhecer, recuperar e interpretar marcas e articulações enunciativas que caracterizam o (s) discurso (s) e indicam sua heterogeneidade constitutiva, assim como a dos sujeitos aí instalados.

Prosseguindo, por intermédio das reflexões empreendidas por essa autora, é importante assinalar o destaque que a estudiosa confere à obra *Marxismo e filosofia da linguagem*¹⁴⁷. A obra pôs em dúvida os princípios da linguística, bem como a estilística clássica. A linguagem, então, é investigada tomando como referência o contexto histórico e os seus atores sociais (Brait, 2009, p. 22). O desdobramento disso é a contribuição da obra para as pesquisas que tinham e têm como alvo a consolidação de uma teoria dialógica do discurso. Acrescente-se que tal teoria está em consonância "com a proposta de uma Metalinguística" (Ibid., p. 23)¹⁴⁸.

Carlos Alberto Faraco (2009, p. 25), estudioso da obra de Bakhtin no Brasil, assinala que o pensador russo considerava que todo "enunciado emerge sempre e necessariamente num contexto cultural saturado de significados e valores e é sempre um ato responsivo, isto é, uma tomada de posição neste contexto". Depreende-se que Bakhtin contrapõe-se a um modelo de interpretação formalista do texto e da escrita literária, considerando, por conseguinte, o texto como atravessado por vozes diferentes. Além disso, tais vozes trazem consigo valores morais e culturais¹⁴⁹ de uma época.

¹⁴⁶ No texto intitulado "Diálogo", Renata Coelho Marchezan (2010) sustenta também que, nas pesquisas empreendidas pelo *Círculo de Bakhtin*, a característica dialógica da linguagem é afirmada.

¹⁴⁷ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010b.

¹⁴⁸ Brait (2009) lembra, outrossim, que os livros: *François Rabelais e a cultura popular na Idade Média*; *Questões de literatura e estética*; e *Estética da criação verbal* atestam aspectos importantes do pensamento bakhtiniano, que pôs em evidência a importância da linguagem como meio de compreensão das ações, no que concerne à construção do processo histórico.

¹⁴⁹ Faraco (2010, p. 38), no texto intitulado "Autor e autoria", reforça ainda a ideia de que a construção dos atos culturais tem como alicerce uma "atmosfera axiológica".

No prefácio do livro *Problemas da poética de Dostoiévski*, de Bakhtin (2010a), Paulo Bezerra, que igualmente foi o responsável pela tradução da obra para o português, diz que o dialogismo é a base do pensamento filosófico bakhtiniano. O dialogismo, portanto, auxilia o leitor a compreender as tensões subjacentes à obra literária, bem como os diálogos edificadas pelas vozes que são desveladas pelas narrativas literárias. Na concepção dialógica de Bakhtin, a consciência e as representações feitas pelos homens não dizem respeito a um suposto eu isolado e naturalizado, ou seja, um indivíduo desvinculado da sociedade. Nas palavras de Bezerra (2010, p. 22):

Eu tomo consciência de mim mesmo e me torno eu mesmo só me revelando para o outro, não posso passar sem o outro, não posso construir para mim uma relação sem o outro, que é a realidade que, por minha própria formação, trago dentro de mim, exerce um profundo ativismo em relação a mim. Essa relativização de mim mesmo é o que me permite ver o mundo fora de mim mesmo, construir minha autoconsciência, não me colocar acima do outro, ser capaz de entender a mim mesmo e eu como parte dele.

Bakhtin (2010a, p. 1) assinala que Dostoiévski foi um grande inovador no campo da forma artística. O romancista russo foi o responsável pelo pensamento artístico denominado polifônico. O autor de *Estética da criação verbal* quer evidenciar as inovações trazidas pelo autor de *Crime e castigo*, por intermédio da análise teórico-literária. Sendo assim, o autor começa a desenvolver a tese de que a escrita literária e as narrativas de Dostoiévski são portadoras de “toda uma série de vários autores e pensadores: Raskólnikov, Míchkin, Stavróguin, Ivan Karamázov, o Grande Inquisidor e outros (Bakhtin, 2010a, p. 3). O autor enfatiza, igualmente, que a obra do escritor que viveu na Rússia pré-revolucionária foi a responsável pela geração de um gênero novo que não está vinculada a esquemas históricos e literários tradicionais; por isso, o escritor investigado no livro é o legítimo criador do romance polifônico.

A polifonia presente nos romances de Dostoiévski é composta, na realidade, pela junção de várias vontades individuais¹⁵⁰. Infere-se, então, que as vozes que

¹⁵⁰ Bakhtin (2010a, p. 47), ao longo do livro, insiste, frequentemente, na tese de que o romance polifônico é inteiramente dialógico: “Há relações dialógicas entre todos os elementos da estrutura romanesca, ou seja, eles estão em oposição como contraponto. As relações dialógicas – fenômeno bem mais amplo do que as relações entre as réplicas do diálogo expresso composicionalmente – são

emergem do romance polifônico dinamizam as narrativas engendradas pelo autor de *Os irmãos Karamázov*. As vozes tecidas remetem o leitor a pensá-las como portadoras de grupos e classes sociais. Bakhtin (2010a, p. 23) sublinha os aspectos conflituosos dos personagens que compõem o processo dialógico. Os diversos personagens representam, outrossim, os valores culturais e as classes da Rússia do tempo de Dostoiévski¹⁵¹. Este, portanto, representa, por meio dos seus personagens, seres que expressam consciências que não são solitárias. Em vista disso, Bakhtin (2010a, p. 36) salienta que Dostoiévski “apresenta uma espécie de sociologia das consciências, sem bem que apenas no plano da coexistência”.

Dostoiévski, consoante o autor de *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*: o contexto de François Rabelais, também tinha a capacidade, em seus romances, de perscrutar como ninguém a *psique* dos seus personagens. Infere-se, portanto, que as vozes e o romance polifônico do ficcionista russo que recebem o reforço de uma investigação da *psique* acabam também por contribuir para uma melhor compreensão de uma possível sociologia das consciências. Isso posto, e em capítulo específico sobre a personagem, Bakhtin (2010a, p. 52) afirma que, para Dostoiévski, o que importa é “o que o mundo é para personagem e o que ela é para si mesma”.

Ao descrever seus personagens na relação com o mundo e o que este representa para aqueles em suas narrativas, o autor de *Crime e castigo* quer ainda pôr em prática uma luta contra “a coisificação do homem, das relações humanas e de todos valores humanos no capitalismo” (Bakhtin, 2010a, p. 71). O desdobramento disso, segundo o autor, é a constituição de um romance polifônico e dialógico que corrobora a autonomia e a liberdade. Por outro lado, é imperativo demarcar que a consciência do autor edificador do romance polifônico perpassa a obra.

A ideia, no processo de criação de Dostoiévski, vincula-se a um objeto de representação artística. As personagens do escritor russo não podem ser separadas da ideia. Todavia, a ideia não está presente na consciência isolada de um homem,

um fenômeno quase universal, que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana, em suma, tudo o que tem sentido e importância”.

¹⁵¹ Bakhtin (2010a, p. 34) chega a usar a expressão “dom especial” para singularizar a narrativa de Dostoiévski, no que diz respeito ao trabalho com as vozes em seus romances: “Esse dom especial de ouvir todas as vozes de uma vez e simultaneamente, que só pode encontrar paralelo em Dante, foi que permitiu a Dostoiévski criar o romance polifônico”.

pois, se assim fosse, não sobreviveria. A ideia é um “acontecimento vivo” que surge por meio do contato entre mais de uma consciência (Bakhtin, 2010a, p. 98). O corolário disso, segundo o autor, é o seguinte:

Era precisamente como esse acontecimento vivo, que irrompe entre as consciências-vozes, que Dostoiévski via e representava artisticamente a ideia. Foi essa descoberta artística da natureza dialógica da ideia, da consciência e de toda a vida humana focalizada pela consciência (e pelo menos levemente partícipe da ideia) que o tornou o grande artista da ideia (Bakhtin, 2010a, p. 98).

As reflexões desse autor quanto ao processo da criação ficcional em Dostoiévski reforçam ainda a importância das ideias que são veiculadas e representadas pelas consciências e vozes dos diversos personagens¹⁵². A singularidade da obra ficcional do escritor russo do século XIX tem a ver ainda com a facilidade que ele tinha de observar e extrair do cotidiano os valores e as ideias que estiveram presentes nas vozes que se interagiam dialogicamente, fomentando, assim, o romance polifônico.

Posto isso, Machado de Assis compôs suas crônicas, tomando como base o fragmentado cotidiano carioca. Tal cotidiano é atravessado por uma série de assuntos de onde surgem vozes que representam múltiplas representações da cidade do Rio de Janeiro, que passou por transformações significativas, principalmente a partir do final do século XIX. Acrescenta-se, ainda, que as crônicas machadianas não tenham construído uma unidade como os romances, as quais permitem ao pesquisador perceber o microcosmo carioca por meio de vozes que eram portadoras de representações de grupos e classes sociais que atuaram no Brasil do século XIX. As vozes, utilizando-se de uma noção construída por Bakhtin, tornam-se proprietárias dos seus discursos, sugerindo, desse modo, que as crônicas construídas por Machado fossem uma criação de múltiplos autores.

Partindo de Bakhtin, Dilson F. Cruz Jr. (2002) recorda que a presença da polifonia nos romances de Dostoiévski tem a ver com o modo como as personagens se colocam no mundo. Em seguida, o autor promove uma série de cotejamentos envolvendo Dostoiévski e Machado de Assis, por meio de temas como a

¹⁵² Cruz Jr. (2002, p. 107), no livro intitulado *Estratégias e máscaras de um fingidor: a crônica de Machado de Assis*, assevera que o romance polifônico de Dostoiévski está fundamentado sobre a disseminação de discursos os quais são emitidos pelos personagens e invocam a participação de outros personagens.

conscientização. Para o pesquisador, na obra de Machado, há uma procura por uma determinada consciência que é maior do que em Dostoiévski. O motivo disso deve-se à relação mais tensa entre o narrador e o leitor. Por conseguinte, o discurso edificado pelo narrador traz para o texto o eco das múltiplas vozes, que desenvolvem o enredo de uma obra¹⁵³.

Desse modo, as crônicas de Machado de Assis que marcaram o cenário jornalístico e literário carioca do século XIX acabam por validar as reflexões teóricas de Bakhtin sobre a polifonia, que revela a presença de vozes as quais se impõem nas narrativas. E, seguindo igualmente os caminhos sugeridos pela leitura da obra intitulada *Estratégias e máscaras de um fingidor*, a crônica de Machado de Assis, pode-se afirmar que as possíveis artimanhas¹⁵⁴ de Machado de iniciar um tema e depois mudar para outro, dentro de uma mesma crônica, favorecia o aparecimento de várias vozes no interior da narrativa. Logo, o escritor carioca, de maneira astuciosa, levava o leitor a entrar em contato com temas importantes da realidade brasileira e compreender um assunto aparentemente insignificante do cotidiano, a fim de que ele possa compreender assuntos ou notícias que tinham uma repercussão maior no interior da sociedade. Sendo assim, um dos desafios mais importantes que o pesquisador encontra, ao manusear as crônicas de Machado de Assis, é o de resgatar as “vozes” que se encontram escamoteadas no interior das crônicas.

As “vozes” presentes nas crônicas construídas pelo escritor favorecem ao estudioso compreender as possíveis representações machadianas a respeito do processo de transformação urbana do Rio que, na realidade, teve início no século XIX. Machado, contudo, tratou aspectos das transformações urbanas cariocas juntamente com outros temas. Isso posto, antes de investigarmos as representações das transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro, é

¹⁵³ Cruz Jr. (2002, p. 115) afirma, ainda, buscando corroborar a sua tese de que Machado é polifônico e evocando Roberto Schwarz: “Machado é polifônico não por causa dos discursos das personagens, mas principalmente pela multiplicidade de feições que o narrador assume”.

¹⁵⁴ Cruz Jr. (2002, p. 135) chama a atenção também para o fato de que o cronista em Machado, além de ser uma criação e por isso ter um *status* de personagem, atua muitas vezes de forma dissimulada: “Como cronista não é o produtor efetivo do texto, mas uma criação tal como qualquer outra personagem, a narração do processo de elaboração da crônica ganha grande verossimilhança, pois seu relato reproduz não as condições de elaboração das crônicas, mas um tipo muito específico de discurso: aquele que tem algo a esconder, portanto, precisa ser dissimulado”.

interessante fazer uma referência ao trabalho de Cláudia Míriam Quelhas Paixão¹⁵⁵ sobre as visões que Machado empreendeu em *Esaú e Jacó* pertinentes ao morro do Castelo, que foi demolido no Rio de Janeiro da Primeira República.

Nesse romance, o escritor faz muitas considerações que dizem respeito a acontecimentos políticos, econômicos e culturais do Brasil do final do século XIX¹⁵⁶. Um dos momentos coincide com o dia 15 de novembro de 1889, data em que o sistema republicano foi implantando no Brasil¹⁵⁷. Paixão (2008) interessa-se pelas passagens que Machado faz em relação ao morro do Castelo antes da demolição¹⁵⁸. A historiadora assinala que, logo no início da obra, o escritor apresenta o morro do Castelo, evocando a atenção do leitor para a cultura popular que ali se encontrava. Convém ainda informar que a publicação do livro acontece no ano de 1904, em pleno contexto carioca de transformações urbanas, que eram

¹⁵⁵ PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. *O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)*. Niterói: UFF, 2008. A autora pretende recuperar as representações dos moradores castelenses, bem como suas estratégias de sobrevivência antes do arrasamento do morro do Castelo. Além disso, a dissertação abre-se para uma discussão sobre os discursos de engenheiros, políticos e médicos que sustentavam a destruição do morro, por intermédio de ideias que preconizavam a defesa de um novo espaço urbano que, na verdade, beneficiavam os grupos econômicos dominantes que se firmavam naquele contexto histórico.

¹⁵⁶ A historiografia sobre o Rio de Janeiro, no que concerne, especificamente, às transformações urbanas, foi fortalecida por uma série de pesquisas que vieram à tona no Brasil das décadas de 1980 e 1990, sendo que uma parte delas foi utilizada no segundo capítulo desta tese. Há de se acrescentar que as mudanças no âmbito da historiografia aproximaram a História da Antropologia, bem como fortaleceu a relação da primeira com a literatura. Posto isso, no período que concerne, sobretudo, à Primeira República, escritores que militaram na sociedade, ao escreverem sobre as reformas urbanas, tornaram-se fontes necessárias para a compreensão do processo de modernização urbana da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁵⁷ Castelar de Carvalho (2010), na obra intitulada *Dicionário de Machado de Assis: língua, estilo, temas*, fez um inventário sobre a língua, o estilo e os temas presentes na obra do escritor carioca para o leitor, assim como resumos e análises dos romances. Neste sentido, tomaremos por base esse trabalho para fazer uma breve apresentação do romance *Esaú e Jacó*, publicado em 1904. Foi narrado em terceira pessoa e apresenta características originais. O pano de fundo histórico corresponde ao período que antecedeu a queda da Monarquia e, posteriormente, a Proclamação da República, por intermédio de um golpe militar. Tal romance, segundo Carvalho, é visto por muitos analistas como o romance que mais apresenta referências diretas em relação a fatos da História do Brasil. Os personagens Esaú e Jacó, cujos nomes remetem a um episódio bíblico, não se entendiam desde o “ventre materno”, da mesma forma que Pedro e Paulo. O primeiro era monarquista e o segundo, republicano. Posto isso, Carvalho (2010, p. 312) afirma: “Na verdade, subjacente ao insípido enredo de superfície de *Esaú e Jacó*, vislumbra-se uma fina sátira machadiana aos novos tempos republicanos. Durante décadas, a crítica foi incapaz de perceber esse jogo de mestre, feito na surdina por Machado de Assis, como era do seu estilo. Os dois gêmeos Pedro e Paulo simbolizavam, no fundo, o relativismo das posições ideológicas, tanto assim que, com o passar do tempo, os dois acabam se acomodando à nova ordem política. Não foi por acaso que Machado os fez gêmeos”.

¹⁵⁸ O morro foi arrasado, definitivamente, em 1922, pela administração do prefeito Carlos Sampaio. As autoridades municipais, intelectuais e a imprensa que, desde o final do século XIX, apoiavam a necessidade de intervenções e reformas urbanas no Rio defendiam, igualmente, a erradicação das habitações coletivas alojadas no centro e no seu entorno. Além disso, o discurso médico, que preconizava medidas enérgicas de higienização, associou-se aos discursos dos defensores do processo de modernização urbana.

dirigidas de forma autoritária pelo prefeito Pereira Passos e que ainda estavam ancoradas na política sanitária desenvolvida por métodos autoritários por Oswaldo Cruz.

Machado, consoante Paixão (2008), usa uma narrativa que teve como principais aspectos privilegiar o espaço do morro, bem como a cultura, os valores e os costumes dos moradores. Sendo assim, as narrativas e representações confeccionadas por Machado de Assis sobre o Castelo relacionam-se aos comportamentos dos moradores antes do arrasamento do morro¹⁵⁹. Desse modo, é possível levantar o seguinte questionamento: como compreender, por meio das crônicas, as possíveis representações feitas por Machado de Assis, no que tange ao processo de modernização urbana do Rio de Janeiro, cujas raízes já estavam fincadas no final do século XIX?

O *Diário do Rio de Janeiro* estava com 40 anos de atividade, quando o autor de *Ressureição* começou a publicar crônicas em suas páginas¹⁶⁰. No contexto em que passou por um processo de reformulação, Machado foi convidado a integrar a redação do jornal com o aval de Quintino Bocaiúva, que, posteriormente, tornou-se um dos principais líderes do movimento republicano no Brasil. Nesse novo período, o *Diário* passou a veicular, de forma contundente, temas políticos, disseminando o ideário liberal. O escritor carioca ajustou-se às novas orientações do jornal, que sublinhava, frequentemente, em suas edições, a política brasileira¹⁶¹. A experiência que Machado angariou, fazendo a cobertura de temas políticos, fez com ele

¹⁵⁹ As análises de Cláudia Paixão (2008) têm o mérito de chamar a atenção do leitor para o olhar de Machado sobre o Rio em um período de mudanças urbanas, que trouxeram transtornos para os habitantes da cidade. Todavia, consideramos que, em determinados momentos de suas reflexões, a historiadora perde de vista a função do narrador para o texto literário. Ou seja, é necessário estar atento para o fato de que o escritor que confecciona o texto põe entre ele e a realidade o narrador. A questão torna-se ainda mais complicada se levarmos em conta a ideia do romance polifônico desenvolvida por Bakhtin. Além disso, consoante as teorizações de Bakhtin, o narrador desenvolve o enredo, abrindo espaço para as vozes que expressam indivíduos os quais se relacionam a grupos e classes sociais.

¹⁶⁰ Segundo Granja (2000, p. 31), o *Diário* saiu de circulação em 1859 e retornou logo em seguida no ano de 1860, totalmente mudado. E, no primeiro momento de circulação, o jornal dedicava-se apenas a matérias que tratavam temas do cotidiano das pessoas. Por conseguinte, depreende-se que as questões políticas e econômicas eram deixadas de lado.

¹⁶¹ De acordo com as informações de Granja (2000), Machado de Assis exerceu, inclusive naquele momento, a função de repórter no Senado.

reunisse uma expressiva matéria-prima para as suas famosas crônicas. Os temas políticos, portanto, aquilatarem os rumos da produção de crônicas do escritor¹⁶².

Nas primeiras crônicas redigidas para o *Diário*, o autor de *Iaiá Garcia* construiu um olhar especial à chamada política “miúda”, ou seja, aquela que se desenvolve no cotidiano, constituída por acontecimentos menores e que, muitas vezes, não são percebidos. Além disso, o leitor transforma-se em um grande interlocutor do cronista, participando das narrativas elaboradas. E, através de um artifício retórico, a astúcia do cronista ganha relevo, por meio da elaboração de questões que conduzem o suposto leitor a responder aquilo que o cronista almeja. A arquitetura de tal diálogo enseja a emergência de vozes que representariam concepções acerca de temas que aquilatarem o Brasil no século XIX. Granja (2000) afiança, ainda, que o texto cronístico pode ser representado como uma espécie de caixa de ressonância, no que concerne às vozes que compõem a chamada opinião pública. Posto isso, Machado, ao utilizar, por intermédio do narrador, o recurso da retórica de recolher do leitor uma possível resposta esperada, acaba, outrossim, tornando a crônica um texto que resgata uma série de vozes que representam indivíduos vinculados a grupos e classe sociais e que participaram de acontecimentos da História do Brasil do século XIX. Nas palavras de Granja (2000, p. 38):

(...) a inserção do texto da crônica em uma rede de interlocução maior exclui, nesse caso a possibilidade da manifestação escrita das vozes que lhe servem de base à formação, mas que, paradoxalmente, são ouvidas e representadas pelo texto em questão.

Posto isso, ao pôr seu texto a serviço do seu tempo, Machado coloca em evidência questões que foram engendradas por atores sociais. O escritor, já nas crônicas confeccionadas no jornal *Diário*, utiliza a intertextualidade e a ironia como recursos literários (Granja, 2000, p. 44). Há de se acrescentar que a utilização de tais recursos ocorre de modo simultâneo a uma postura na qual o cronista Machado consolida posições próprias diante dos assuntos, em detrimento das posições do

¹⁶² Em 1861, mais precisamente a partir de 1861, Machado de Assis teve a incumbência de escrever a crônica da semana. As crônicas, contudo, foram redigidas, tomando como parâmetro a orientação política do jornal, o que significa dizer que as opiniões do cronista não deveriam contrariar as orientações ideológicas do jornal pautadas pelo credo liberal (Granja, 2000, p. 33-34).

jornal. E, no limite, Machado cria, em suas crônicas, uma narrativa própria e também a presença do narrador como personagem¹⁶³.

O público, que era em sua grande maioria o morador da cidade do Rio de Janeiro, era identificado por Machado como aquele que fornecia a matéria para as suas crônicas. Nesse sentido, era o público, juntamente com o refinamento e a apuração do estilo literário, que acalentavam, cada vez mais, o sarcasmo e a posição crítica do cronista em relação aos problemas da vida social, política, cultural e econômica do Brasil. O ofício de cronista, todavia, expôs Machado a críticas que ele soube responder com firmeza e ironias, consoante o estudo de Granja (2000, p. 64).

Ainda que não tivesse produzido crônicas entre maio de 1862 e junho de 1864, Machado permaneceu no *Diário*, redigindo, em boa parte do seu tempo, matérias classificadas como anônimas. O escritor, nesse momento, era um jornalista mais experiente. As crônicas confeccionadas após o interregno citado acima indicam a construção de uma produção de crônicas mais apuradas e críticas. Há de se acrescentar que a literalidade torna-se cada vez mais apurada no texto machadiano, indicando a importância da crônica para a aquisição de experiência, no que concerne à produção da grande obra literária do escritor (Granja, 2000, p. 77)¹⁶⁴. Sendo assim, Machado soube retirar do ofício de jornalista e da escrita literária uma série de subsídios que singularizaram suas crônicas. Nas palavras da autora:

Ao reunir em um só texto a palavra escrita, a palavra proferida na tribuna e a palavra dramatizada, ao que parece, o jovem jornalista explorava a literariedade de seu texto, unificando as três manifestações construtoras da palavra, que ele próprio definira em suas primeiras aventuras jornalísticas (Granja, 2000, p. 98).

Ao encerrar sua obra, a autora reafirma a importância da crônica como uma espécie de espaço experimental para a sua grande obra ficcional. O escritor

¹⁶³ Granja (2000, p. 50) assevera ainda que: “A narrativa jornalística de Machado propõe enigmas para o desvendamento, soluções literárias sobre as quais tanto o pesquisador da crônica quanto o leitor atento da época precisam se debruçar a fim de encontrar respostas. Podemos verificar como texto semanal do jornalista era montado de forma a exigir que o leitor interagisse sob pena de perder o seu melhor, lição aproveitada pelo narrador da ficção”.

¹⁶⁴ A autora esclarece, ainda, que o diferencial de Machado na criação das crônicas “está na construção do texto e não necessariamente na expressão crítica das ideias e, a esse narrador, é dada uma ênfase especial” (Granja, 2000, p. 78).

arquitetou um narrador singular e astuto, bem como um exímio edificador de discursos. A política foi um tema tratado com destaque por Machado. Posto isso, tema como o processo de modernização urbana do Rio de Janeiro acaba por estar imiscuído em relação a temas da política.

A edição da editora Nova Aguilar consagrou também uma parte do livro para as crônicas de Machado de Assis¹⁶⁵. Gustavo Corção (2004, p. 325), a quem coube a incumbência de fazer a introdução e a seleção das crônicas, sinaliza que a releitura das crônicas machadianas exerce sobre ele uma espécie de amálgama que envolve: nostalgia, admiração e perplexidade. E, além de retornar à definição de crônica empreendida por outros comentadores, o autor afirma que o escritor carioca sempre indicou para o leitor a importância das coisas ditas banais para a compreensão da sociedade do seu tempo (Corção, 2004, p. 330). Posto isso, as crônicas redigidas por Machado entre 1876 e 1877 foram denominadas “História de quinze dias”.

O elenco de temas das crônicas publicadas por Machado no período citado era variado. O cronista fez alusão a temas que versavam sobre as transformações na História, até temas sobre o cotidiano e de conteúdos morais¹⁶⁶. Estes últimos predominaram de um modo geral. O processo de modernização urbana do Rio, cujos sinais da sua existência já se faziam sentir no momento histórico em que Machado escreveu, apareceu de modo residual. Na crônica de 15 de setembro de 1876, em meio a abordagens sobre a independência, o cronista faz uma referência aos *bonds*, que passaram, paulatinamente, a dominar o espaço urbano carioca. Além disso, ao referir-se a temas como a importância da imprensa e a opinião pública, o cronista privilegia um público leitor, ainda que pequeno, mas que já domina a paisagem urbana do Rio de Janeiro.

Nas crônicas publicadas em 1877, Machado reflete sobre a importância de se contemplar o passado, bem como a respeito de temas políticos e do cotidiano como o carnaval. E, no que tange ao espaço urbano carioca, o cronista discute um tema que repercutiu sobre o imaginário carioca: os tesouros do Morro do Castelo. O cronista, dessa forma, levanta a questão sobre a quem caberá as possíveis riquezas

¹⁶⁵ ASSIS, Machado. Crônicas. In: _____. *Obras completas*. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004f. p. 323-775. v. 3.

¹⁶⁶ Machado, nas crônicas de 1876, chegou a refletir sobre o teatro, a verdade, a morte, a opinião pública e a história da Independência do Brasil.

localizadas no morro. A crônica não se ocupa de caracterizar a vida e a cultura dos habitantes do Castelo. Na crônica redigida no dia 15 de janeiro de 1877, o cronista informa ao leitor sobre a inauguração de uma linha de *bonds* no bairro Santa Teresa. O ritmo de vida e o cotidiano são transformados. O cronista, ironicamente, refere-se às novidades que, segundo ele, eram sinais do progresso:

E esse interessante quadrúpede olhava para o *bond* com um olhar cheio de saudade e humilhação. Talvez rememorava a queda lenta do burro, expelido de toda parte pelo vapor, como o vapor o há de ser pelo balão, e o balão pela eletricidade, a eletricidade por uma força nova, que levará de vez este grande trem do mundo até a estação terminal (Assis, 2004f, p. 364).

Tal passagem, além de engraçada, revela, outrossim, que o cronista, além de acompanhar as transformações da tecnologia e as suas repercussões sobre o espaço urbano, representava-as como uma espécie de evolução. Todavia, não há indicação sobre possíveis perspectivas de melhorias para a vida da população. Depreende-se então que o humor e a ironia presentes no texto sirvam de respaldo para uma postura cética do cronista. Posto isso, as crônicas que foram reunidas sob o título de “História de quinze dias” revelavam um cronista atento às mudanças que se processavam no Rio, bem como indícios sobre as repercussões da tecnologia sobre o processo de modernização urbana carioca.

As crônicas publicadas no ano de 1878 foram agrupadas e ficaram conhecidas como *Notas semanais*. E, conquanto os temas ainda fossem múltiplos, questões relacionadas à nova sociedade e que estavam sendo gestadas no interior da sociedade escravista, tais como o trabalho, a liberdade e a ciência, abriram espaço para uma discussão mais apurada sobre as transformações urbanas, econômicas¹⁶⁷ e sociais da cidade do Rio de Janeiro. Isso posto, já na crônica de 2 de junho de 1878, Machado identifica os Estados Unidos e a cidade de Nova York como o palco de transformações urbanas. Tais mudanças, que são associadas a construções de novos prédios, bem como aos progressos oriundos dos novos meios de navegação, fazem com que o cronista informe ao leitor que os exemplos do

¹⁶⁷ Na obra intitulada *A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*, Gustavo Franco (2007) resgata, por intermédio das crônicas, as representações que Machado de Assis teceu sobre temas da economia no Brasil do final do século XIX.

progresso técnico e urbano norte-americano terão repercussão no Brasil. Nas palavras do próprio cronista:

Que os Estados Unidos comecem de galantear-nos, é coisa fora de dúvida, correspondamos ao galanteio, flor por flor, olhadela por olhadela por olhadela, apertão por apertão. Conjuguemos os nossos interesses, e um pouco também os nossos sentimentos; para este há um elo, a liberdade; liberdade; para aqueles, há outro, que é o trabalho; e o que são o trabalho e a liberdade senão duas necessidades do homem? (Assis, 2004f, p. 379).

Essa passagem representa ideias que se consolidaram nos Estados Unidos, transformando esse país no exemplo bem acabado de economia capitalista. Essas ideias eram sustentadas por valores como o trabalho, a liberdade, a ciência e a prosperidade. O cronista, por conseguinte, expressava, igualmente, as posições políticas de Machado que convergiam no sentido do liberalismo político. Acrescenta-se a isso a percepção que o escritor tinha sobre a possível evolução dos rumos que a economia brasileira poderia tomar com o passar dos anos. A palavra “galanteio” sugere o quanto o modelo econômico dos Estados Unidos poderia ganhar o imaginário das elites dominantes no Brasil do final do século XIX e limiar do XX. Depreende-se, dessa forma, que tal modelo capitalista, que estava em curso de modo contundente entre os norte-americanos, certamente, influenciou grupos econômicos que especularam e transformaram o espaço urbano carioca. Há de se acrescentar que a crônica indica ainda o crescimento da influência dos Estados Unidos sobre o Brasil e o mundo.

Na crônica de 17 de julho de 1878, Machado constata a presença de uma mentalidade que ganha força, paulatinamente, entre a população carioca: o Rio como uma cidade na qual todos almejam o enriquecimento. A busca pela riqueza, já nesse período, ficará bem patente por ocasião dos primeiros tempos do regime republicano, por intermédio do Encilhamento, que, entre tantas consequências, gerou entre a população práticas arrivistas. O corolário disso é que o processo de modernização urbana que Machado já visualizava nas crônicas foi orquestrado por práticas financeiras especulativas.

As crônicas publicadas entre 1883 e 1886 ficaram conhecidas como Balas de estalo. Confeccionadas em um contexto histórico caracterizado pelo processo de decadência da Monarquia, elas acabaram por privilegiar temas políticos. O cronista,

na verdade, faz poucas referências às questões atinentes ao espaço urbano, embora na primeira crônica, datada de 2 de julho de 1883, faça uma série de recomendações sobre as posturas dos cidadãos no interior dos *bonds* (Assis, 2004f, p. 414), chegando a orientar os usuários sobre a atenção a vários procedimentos no interior desse meio de transporte¹⁶⁸. É digno de registro fazer uma alusão à crônica de 23 de outubro de 1883, que trata da questão da vinda de trabalhadores chineses para o Brasil. Tal assunto está inserido em um debate mais amplo, que tem como objetivo a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Embora a questão do processo de modernização urbana não esteja presente na crônica em questão, há de se considerar que as discussões e representações em torno da imigração sempre tiveram como parâmetro a constituição de um mercado de mão de obra livre. Cumpre ainda assinalar que a questão racial está em torno dos debates sobre a imigração.

Na crônica de 3 de março de 1885, há novamente informações sobre os acionistas e as ações. O cronista relata uma assembleia realizada pelos acionistas da Companhia de Carris Urbanos. O texto traz à baila termos como “dividendos”, que, junto a outros da economia, ganhavam espaço no cotidiano da população. Neste sentido, o cronista representa atores e vozes que atuam no caminho da criação de uma economia capitalista, que promoverá, de forma explícita, mudanças no espaço urbano carioca.

No ano de 1990, John Gledson (1990) publicou uma edição das crônicas produzidas por Machado de Assis entre 1888 e 1889¹⁶⁹. Posto isso, Gledson lembra ao leitor que as crônicas formam uma parte bem expressiva do conjunto da obra do escritor. O pesquisador inglês chama, em segundo lugar, o interesse de Machado pela história e costumes de outros países. Em seguida, enfatiza que as crônicas produzidas no período destacado anteriormente foram engendradas em um período

¹⁶⁸ O cronista elenca dez artigos que deveriam orientar os passageiros. Alguns chegam a ser curiosos e engraçados como os que abordam os “encatarroadas”, da posição das pernas e da leitura dos jornais.

¹⁶⁹ ASSIS, Machado. *Bons dias! crônicas (1888-1889)*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1990. E, em razão do reconhecimento de pesquisadores, no que concerne ao trabalho de John Gledson, utilizaremos tal edição em cotejamento com a edição da Editora Nova Aguilar, a fim de investigar as possíveis representações feitas por Machado sobre o processo de modernização urbana do Rio.

da História do Brasil aquilatado por dois acontecimentos capitais: a Abolição da escravidão e a Proclamação da República (Gledson, 1990, p. 13)¹⁷⁰.

Gledson (1990), na introdução, afirma que os temas políticos estavam presentes de maneira destacada nas crônicas que formam *Bons dias!* As representações políticas de Machado sobre a realidade brasileira estão em consonância com as da *Gazeta de Notícias*. A medicina, ainda que tratada de forma cética por Machado nessas crônicas, foi um tema recorrente. O autor de *Machado de Assis: ficção e história* assevera, ainda, que um dos grandes segredos do cronista Machado foi a sua capacidade de criar textos e de combinar temas universais e dominantes ao longo da História com questões e fatos do cotidiano da população carioca. Nas palavras do próprio Gledson (1990, p. 24):

Estas crônicas são, portanto, um entrelaçar de temas persistentes com os acontecimentos imediatos do dia. Na verdade, o segredo do grande cronista talvez esteja na capacidade de misturar os dois tão imperceptivelmente quanto possível, para que o assunto mais trivial revele o seu potencial.

Por conseguinte, o resgate das representações do processo de modernização urbana do Rio de Janeiro, por meio das crônicas publicadas entre 1888 e 1889, passa pela observação atenta dos acontecimentos do cotidiano que, muitas vezes, estão misturados a outros temas.

Na crônica de 12 de abril de 1888, o cronista trata de temas diversos: desde o mau funcionamento dos *bonds* que se impunham como meio de transporte cada vez mais, passando pela notícia de um crime, indo até uma obra de História! O cronista associa o não cumprimento das posturas municipais, no que tange ao funcionamento dos *bonds*. Mais uma vez, antecipa e representa, em suas crônicas, posturas e valores que eram associadas à ideia de civilização e que ganharam fôlego no auge do processo de modernização urbana da cidade do Rio. O olhar do cronista tinha como alvo a discussão de valores morais, que acabavam por estar em conformidade com o modelo de civilização almejado pelas elites dominantes do Rio.

¹⁷⁰ Gledson informa ao leitor as dificuldades concernentes à organização e publicação da série *Bons dias!*. E, para situar melhor o leitor e o pesquisador na leitura das crônicas, o pesquisador inglês procurou, por meio de notas de pé de página, esclarecer sobre o contexto histórico do texto. Cumpre informar que *Bons dias!* forma um total de 49 nove crônicas, sendo que 48 foram publicadas na *Gazeta de Notícias* e somente uma foi publicada na *Imprensa Fluminense*. A relação profissional de Machado com a *Gazeta de Notícias* resultou na publicação de cerca de 500 crônicas (Gledson, 1990, p. 20).

Nas crônicas que antecedem a Abolição da escravidão, Machado vincula a discussão sobre o trabalho escravo a outros temas, entre os quais se destacam liberdade e propriedade. Filiado a uma concepção de mundo liberal, posicionou-se contrário à permanência do trabalho escravo e acabou por apresentar uma questão importante na crônica de 11 de maio de 1888: o que deve prevalecer na sociedade? A liberdade ou a propriedade? Depreende-se que o cronista já vislumbrava o que seria a situação da grande maioria da população negra: livre, mas sem acesso a reais condições materiais de sobrevivência¹⁷¹. Há de se acrescentar, também, que o fim da escravidão e a transformação da mão de obra em uma mercadoria não significavam, de modo palpável, a incorporação da grande totalidade da população negra no mercado de trabalho, que transformava o espaço urbano carioca.

Consolidada a Abolição, Machado volta a se dedicar a escrever crônicas e tinha como preocupação as relações que envolviam o poder central e as províncias. Tais discussões eram alimentadas, sobretudo, pelos republicanos, que tinham como um dos alvos prediletos a ideia de que o poder monárquico era centralizador em função da presença do poder moderador, que era exercido pelo Imperador. Setores do movimento republicano, notadamente os republicanos paulistas, defendiam a implantação no Brasil de uma República federativa que restringisse o poder central. Sendo assim, a questão do federalismo ganhava destaque nas discussões sobre a organização política brasileira. Machado, contudo, na crônica de 27 de maio de 1888, tinha restrições ao federalismo, pois acreditava que, na verdade, ele iria enfatizar aquilo que reforçava o poder oligárquico. Posteriormente, a consolidação do domínio civil sobre a República, expressado cabalmente pela Política dos Governadores e do Coronelismo, deu razão a Machado. Além disso, as transformações urbanas pelas quais o Rio passou, principalmente no período da Primeira República (1889-1930), estavam também em sintonia com os interesses oligárquicos, sobretudo os ligados à produção cafeeira.

¹⁷¹ Na crônica publicada em 19 de maio de 1888, apenas 6 dias depois da publicação da Lei Áurea, o cronista realiza uma reflexão sobre o significado da Abolição da escravatura. Aliás, o escravo Pancrácio foi libertado antes da Abolição. Conclui-se, assim, que Machado apresenta ao leitor que a Abolição não tenha arrancado de muitos ex-escravos a cultura do pertencimento, ou seja, eles se representavam ainda como pertencentes a um certo senhor.

As crônicas confeccionadas ao longo do ano de 1889 continuam a privilegiar o tema da política, conquanto temas como o carnaval e a febre amarela ganhassem ainda destaque. Cumpre, a título de curiosidade, enfatizar que Machado fez menções à Revolução Francesa por mais de uma vez.

Gledson (2006), em uma obra¹⁷² sobre Machado de Assis, reproduz a introdução que escreveu em 1996 e que tentava dar conta das 83 crônicas editadas, mas que, na realidade, representavam 1/3 da série *A Semana* e que cobre o período que vai de 1892 a 1893. O autor de *Machado de Assis: impostura e realismo* incorporou, no texto organizado, notas explicativas da mesma forma que fez em *Bons dias!* Posto isso, o ensaio almejou balizar as crônicas redigidas no período que comporta os anos de 1892 e 1893. Assim, dedica-se a discorrer sobre temas políticos, mostrando, de forma contundente, o autoritarismo que marcou os primórdios da República no Brasil.

Machado, que não aderiu à República, apontou os inconvenientes do federalismo nas crônicas de *A Semana* da mesma forma que fez em *Bons Dias!*. E, de acordo com Gledson (2006), Machado defendia um centralismo do Império¹⁷³ e ainda porque o parlamentarismo monárquico instaurado no Segundo Reinado (1840-1889) ensejava mudanças mais pacíficas, caso o Primeiro Ministro não conseguisse pôr em prática o seu projeto de governo¹⁷⁴.

Na crônica de 2 de outubro de 1892¹⁷⁵, Machado volta a abordar a questão dos *bonds* elétricos no espaço urbano carioca. A rapidez desse meio de transporte para a época é ressaltada pelo cronista. A presença e a evolução dos *bonds*, alterando, assim, a rotina e o tempo de parte da população do Rio, transformam o espaço urbano. A crônica seguinte publicada no dia 9 de outubro informa ao leitor os assuntos econômicos que marcaram a semana.

¹⁷² GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. O capítulo do livro em que Gledson reproduziu a introdução sobre parte das crônicas recebeu o nome de: "Semana".

¹⁷³ A defesa que Gledson (2006, p. 212) fazia do centralismo do Império: "Era em parte, sua nostalgia do antigo regime é simplesmente a nostalgia de um sistema e entrou nos hábitos dos políticos e da população".

¹⁷⁴ A partir da leitura de Gledson (2006), pode-se inferir que Machado fazia restrições ao poder moderado que, realmente, comprometeu a imagem da monarquia não só entre os políticos que atuavam nos partidos Conservador e Liberal, como também entre os republicanos, que, ao longo do final do século XIX, atacavam o regime monárquico.

¹⁷⁵ Utilizaremos agora as crônicas de *A Semana* da edição da Editora Nova Aguillar.

As crônicas de 16 e 23 de outubro são dedicadas, mais uma vez, aos *bonds* elétricos. Machado, no entanto, ironiza tal meio de transporte, que se sofisticava em razão do uso da eletricidade. Na verdade, o que o cronista mais reparou foram os gestos do condutor, que se portava como um ar de superioridade. Nas palavras do cronista:

Os olhos do homem passavam por cima da gente que ia no meu *bond*, com um grande ar de superioridade. Posto não fosse feio, não eram as prendas físicas que lhe davam aquele aspecto. Sentia-se nele a convicção de que inventara não só o *bond* elétrico, mas a própria eletricidade (Assis, 2004f, p. 551).

Ao observar os gestos do condutor, o cronista identifica as mudanças produzidas pela tecnologia, não só a respeito do espaço urbano, como também quanto ao comportamento das pessoas, ou seja, o ar de superioridade do condutor representa bem o individualismo da sociedade do mercado que estava sendo construído no Brasil de Machado. Além disso, a ironia do cronista dirige-se, fundamentalmente, para o condutor do *bond* que poderia bem representar a arrogância e a onipotência gerada pelo triunfo da tecnologia.

Na crônica de 6 de novembro de 1892, Machado constrói comentários e reflexões sobre a arquitetura urbana da cidade do Rio de Janeiro. Ele passeia em regiões da cidade e medita sobre a história de monumentos e prédios. O largo do Machado e a Matriz da Glória são apreciados, talvez pelo seu sentido histórico, buscando esclarecer como um historiador tenta explicar as origens da torre da Igreja da Glória. Por conseguinte, percebe-se que as representações engendradas pelo cronista sobre tais monumentos são realizadas em uma cidade em que, já no final do século XIX, convive com um aceleração de mudanças concernentes ao espaço urbano.

Na crônica de 18 de dezembro de 1892, Machado faz referências à presença da multidão de pessoas pelo centro da cidade. O cronista parece estar atento a todos os gestos e comportamentos que podia capturar com o seu olhar. O movimento das pessoas intrigava o cronista, que passou a conjecturar a respeito do que estava acontecendo. Assim, depois de apontar várias situações possíveis, revela que se trata do Encilhamento. Dessa forma, a crônica representa o “frenesi” gerado por aqueles tempos em que muitos queriam alcançar a riqueza de maneira

rápida, antecipando o que aconteceria na cidade, com a intensificação do processo de transformação urbana, que foi liderado por grupos políticos e econômicos os quais promoveram a especulação financeira¹⁷⁶. A ironia presente nos textos revela uma possível desconfiança do cronista quanto aos rumos da trajetória da cidade em um futuro próximo. Arriscamos dizer que os tempos do Encilhamento¹⁷⁷ a que Machado faz alusão, quase que frequentemente em suas crônicas, foi uma espécie de ensaio para os tempos que marcaram a história do Rio de Janeiro, a partir do governo Rodrigues Alves e da administração de Pereira Passos.

Na crônica de 29 de janeiro de 1893, Machado faz uma referência ao prefeito Barata Ribeiro, responsável pela erradicação do cortiço mais famoso da cidade: Cabeça de Porco. O cronista exalta a ação dos agentes do prefeito que puseram em prática ações que se tornaram corriqueiras no tempo de Pereira Passos¹⁷⁸. De um lado, se o cronista refere-se aos prédios e monumentos antigos de maneira respeitosa, reconhecendo a sua importância para o passado da cidade, de outro, ao expor a situação do cortiço Cabeça de Porco, que abrigava grupos sociais populares, de outro, tinha uma visão negativa daquela localidade, com base em um discurso médico, que considerava as habitações coletivas como uma ameaça à saúde pública. Também aí as representações do cronista estão em consonância com um discurso que respaldou as intervenções urbanas e as ações higienistas do poder público sobre o Rio de Janeiro¹⁷⁹. Desse modo, o escritor, além de perceber que o Rio estava passando por mudanças, comportou-se de forma

¹⁷⁶ Na crônica de 16 de dezembro de 1884, o cronista, mais uma vez, expõe ao leitor o milagre da reprodução do dinheiro engendrada pelo Encilhamento.

¹⁷⁷ Bosi (2006, p. 61), no livro *Brás Cubas em três versões: estudos machadianos*, ao referir-se a uma crônica de *A Semana*, afirma que o ingresso do Brasil no regime republicano veio acompanhado de novos atores sociais e palcos políticos: “A República triunfou, mas não trouxe apenas vereadores ruidosos que deram o tom aos debates das novas intencionalidades. Os tempos novos viam também a ciranda financeira, o encilhamento, com a sua plethora de emissões, crédito luxuriante, jogatina, falências em cadeia. A cena política desloca-se da arena parlamentar para as companhias, os bancos, a Bolsa. Tudo é questão de mais ou menos papel-moeda”.

¹⁷⁸ Nas palavras do próprio cronista sobre o papel que deveria ser desempenhado pelas autoridades municipais: “Lá estavam para fazer cumprir a lei a autoridade policial, a autoridade sanitária, a força pública, cidadãos de boa vontade, e cá fora é preciso que esteja aquele apoio moral, que dá a opinião pública aos varões providamente fortes” (Assis, 2004f, p. 567).

¹⁷⁹ Maria Alice Rezende de Carvalho (1994, p. 36-37), no livro intitulado *Quatro vezes cidade*, assim se posiciona sobre as representações de Machado em relação às transformações urbanas que estavam ocorrendo no Rio, desde o final do século XIX: “Porém, independentemente da forma particular como Machado de Assis pressentiu o ingresso da vida urbana na nova era – como uma refundação dos velhos padrões de normalidade – importa que o marco de 15 de Novembro havia firmado reputação como um momento de inflexão na trajetória dos costumes cariocas. E a denúncia machadiana das continuidades que se abrigavam ao lado da visão oficialista de alguns dos seus contemporâneos, para que valia saudar o ineditismo da vida orientada pelo e para o progresso”.

cautelosa, na medida em que não nutria grandes esperanças quanto ao comportamento humano. O desdobramento disso em relação ao processo de modernização urbana seria um sentimento ambíguo: se, de um lado, Machado o representava como algo natural, mesmo que se considere que ele tinha uma posição crítica em relação a tal processo, de outro, o escritor não compartilhava a euforia de muitos outros escritores, no que diz respeito ao processo de modernização urbana.

O morro do Castelo é tema da crônica de 12 de fevereiro de 1893. Machado sublinha a importância do morro para a história do Rio de Janeiro, fazendo referência às possíveis riquezas escondidas no lugar. O arrasamento do morro, que ocorre ainda na Primeira República, insere-se no processo de modernização urbana do Rio de Janeiro que foi acelerado a partir das reformas urbanas empreendidas por Pereira Passos.

Na crônica de 1º de abril de 1894, Machado apresenta uma série de relatos e reflexões a respeito do Conselho Municipal e das medidas sobre higiene. O cronista põe em dúvida a eficácia dos concursos públicos para a seleção dos comissários de higiene, argumentando que a melhora aconteceria com a reforma do serviço e não simplesmente com a mudança de funcionários. Neste sentido, o cronista já observava a incapacidade do serviço em combater as doenças, que se tornaram epidemias e ceifaram muitas vidas no espaço urbano carioca, a partir do final do século XIX.

A crônica de 2 de setembro de 1894 põe em relevo novamente os *bonds*. O possível desvio de dinheiro das passagens pelos cobradores é o ponto de partida para as reflexões do cronista. E, mesmo com o aumento da fiscalização, o desvio de dinheiro prosseguia. Tal meio de transporte era cada vez mais incorporado ao cotidiano da população carioca. Nas palavras do cronista:

Igualmente sensível ao aspecto melancólico das habitações humanas, o condutor toca maquinalmente a campainha, e o homem desce, louvando ainda uma vez esta condução tão barata, que lhe permite ir por um tostão do Largo de São Francisco ao campo de São Cristóvão (Assis, 2004f, p. 619-620).

Tal passagem ilustra bem um dos aspectos do processo de modernização urbana do Rio: o crescimento e a crescente importância do transporte público para a

população. Os *bonds* têm, ainda, o poder de transportar pessoas de um lugar para outro, passando por paisagens diferentes e ligando cada vez mais as regiões da cidade umas às outras. A crônica, todavia, ilustra bem a convivência das novas tecnologias com paisagens que mostram a permanência de problemas que afetavam a maioria da população. Sendo assim, de um lado, se as novas tecnologias que indicavam o processo de modernização urbana do Rio são saudadas pelo texto em razão de inegáveis benefícios para a população, de outro, o cronista representa espaços que ainda indicam a persistência da desigualdades sociais.

A crônica de 25 de novembro de 1894 é, na verdade, a influência da chamada *Belle Époque*¹⁸⁰ sobre os costumes da cidade. Palavras e costumes, sobretudo franceses, são incorporados pela população carioca. O cronista ironiza os intelectuais, que promovem verdadeiros cultos à cultura importada¹⁸¹. Os novos vocabulários e os novos costumes acompanham o desenrolar do processo de modernização urbana do Rio. E, de um modo geral, ironiza o enraizamento dos novos códigos sociais em questão.

Em 23 de agosto de 1896, Machado de Assis publica uma crônica que busca refletir a respeito da relação entre o câmbio e a especulação na vida urbana do Rio. Palavras como “câmbio” e “ações”, que foram popularizadas, na verdade, na época do Encilhamento, tornam-se comuns no comentário das pessoas que atuavam no espaço urbano carioca. Mais uma vez, o cronista traz para o seu texto as vozes que disseminavam e compartilhavam tais palavras que indicavam, igualmente, a dinâmica do processo de modernização urbana do Rio de Janeiro:

Enquanto seguia na direção da Rua Primeiro de Março, ouvia falar do câmbio. Quase a dobrar a esquina, um homem lia a outro as cotações dos fundos. Tinham-

¹⁸⁰ As origens da influência da cultura francesa sobre as elites no Brasil surgiram no século XVIII, quando o Brasil ainda era uma colônia de Portugal. A França do século XVIII foi marcada pela “Filosofia das luzes”. Os filósofos do Iluminismo defendiam a razão como meio de combater a ignorância e o obscurantismo. No século XIX, a cultura francesa, que vivia o esplendor da *Belle Époque*, esteve presente cada vez mais no Brasil, inspirando a produção literária e artística em geral. As transformações urbanas ocorridas em Paris naquela época e que, posteriormente, influenciaram as reformas urbanas empreendidas por Pereira Passos no Rio de Janeiro no limiar do século XX reforçaram, entre os intelectuais brasileiros, os valores culturais da *Belle Époque* francesa. A maioria da intelectualidade que comungava com os ideais franceses almejavam a legitimação e a afirmação como escritor. Cumpre ainda ressaltar que os valores culturais disseminados no contexto da *Belle Époque* brasileira respaldaram o processo de modernização urbana da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁸¹ O cronista faz referência à figura do Dr. Castro Lopes.

se vendido ações do Banco Emissor de Pernambuco a mil e quinhentos; as debêntures da Leopoldina chegaram a obter seis mil setecentos; das ações da Melhoramentos do Maranhão havia ofertas a quatro mil e quinhentos, mas ninguém lhes pagava. Dobrei a esquina, entrei na Rua Primeiro de Março, de ouro, muita libra, muito franco, muito dólar, tudo empilhado, esperando os fregueses (Assis, 2004f, p. 725-726).

Por conseguinte, o avanço de uma economia capitalista e de mercado, em uma sociedade que superou uma estrutura econômica e social escravista, gera, inevitavelmente, entre as pessoas, novos costumes e comportamentos, sendo que um dos mais evidentes é o de sobreviver e de se sobrepor aos outros. O centro da cidade, que passou por uma intervenção urbana drástica, outrossim, conviveu com novos personagens que representavam vozes da nova realidade econômica e social. Ou seja, a movimentação em torno das ações e das especulações financeiras, além de confirmar o avanço do processo de modernização do Rio, gera novas atitudes e representações no que diz respeito à sociedade. O corolário disso é a ideia de que a sobrevivência das pessoas depende da astúcia e da iniciativa individual. O dinheiro e as movimentações econômicas em torno dele orientaram os costumes e as representações que os grupos empreenderiam sobre a cidade, sobretudo a partir do final do século XIX.

Cumpra assinalar ainda que Machado de Assis não acalentou ilusões quanto às mudanças que presenciou no Rio do seu tempo. O escritor, todavia, não pode ser considerado um opositor ferrenho ao processo de modernização urbana do Rio de Janeiro.

4.2.

As crônicas limianas

A obra de Lima Barreto, ao longo dos anos, vem recebendo uma atenção especial dos estudiosos. E, de um modo geral, as inúmeras pesquisas que compõem a fortuna crítica sobre o escritor parecem convergir para um mesmo ponto: a representação do escritor como porta-voz das classes e da cultura popular. Desse modo, é importante pôr em dúvida e acima de tudo problematizar tal representação.

As pesquisas que têm como objeto de estudo as crônicas de Lima Barreto revelam que o escritor estava bem sintonizado com as questões do seu tempo. As crônicas barretianas comparadas com as de Machado apresentaram uma unidade no que tange às representações do espaço urbano carioca. Por conseguinte, se as assertivas críticas de Lima Barreto direcionadas ao processo de modernização urbana do Rio de Janeiro foram mais contundentes e até mais recorrentes do que as empreendidas por Machado, nem por isso o autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* rejeitou totalmente as reformas urbanas. Ele ainda, tal como Machado, não acalentou esperanças, no que concerne aos desdobramentos do processo de modernização carioca.

4.2.1.

Representações e interpretações da obra limiana

Na introdução da prosa seleta de Lima Barreto (1881-1922), Eliane Vasconcellos (2001, p. 11) lembra Tristão de Ataíde, que, de modo perspicaz, afirma que o ano de 1908 foi marcante nos meios literários, pois, nesse momento, ocorreu a morte de Machado de Assis. Em 1909, Barreto publicou o seu primeiro romance: *As recordações do escrivão Isaías Caminha*. Gilberto Mendonça Teles (1996, p. 399), em *A escrituração da escrita: teoria e prática do texto literário*, assinala a importância de Lima Barreto para o movimento modernista, que se afirma a partir de 1922, por intermédio da Semana de Arte Moderna, a qual teve início em São Paulo.

Em “O destino da literatura”, de Lima Barreto (1961f, p. 55-56), capítulo da obra *Impressões de leitura*, o autor propõe uma pergunta: “Em que pode a literatura,

ou a Arte contribuir para a felicidade de um povo, de uma nação, da humanidade, enfim?” A indagação permite-nos pensar que o escritor carioca, ao definir e representar o ofício ao qual tinha dedicado a sua vida, não podia ser compreendido desvinculado da sociedade. Conforme o escritor:

Sendo assim, a importância da obra literária que se quer bela sem desprezar os atributos externos de perfeição de forma, de estilo, de correção gramatical, de ritmo vocabular, de jogo e equilíbrio das partes em vista de um fim, de obter unidade na variedade; uma tal importância, dizia eu, deve residir na exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse humano, que fale do problema angustioso do nosso destino em face do Infinito e do Mistério que nos cerca, e aluda às questões de nossa conduta de via (Barreto, 1961f, p. 58-59).

Ao refletir, entretanto, sobre a função da literatura para a sociedade, o autor de *Clara dos Anjos* coloca em questão o sentido das ações humanas, demandando, assim, uma reflexão filosófica¹⁸². É imperativo dizer que, no conjunto da obra limiana, percebe-se que tanto a arte quanto a literatura deveriam fortalecer os laços sociais entre os seres humanos; por isso, ela deveria exteriorizar todas as dúvidas que cercam a existência humana.

No texto intitulado “O destino errado de Lima Barreto”, Ronaldo Lima Lins (1997) utiliza a expressão “destino errado” para compreender a trajetória intelectual do autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Conforme Lins (1997, p. 296), ser portador de um “destino errado” significa experimentar “um desajuste que se firma na experiência de dilaceramentos entre os projetos individuais – ou as projeções para o futuro – e a prática de uma realidade cujas modificações não se estabelecem na esfera de sua infraestrutura”. A expressão proposta pelo autor para a compreensão do lugar de Lima Barreto na Literatura Brasileira tem o mérito de esclarecer que, embora o Brasil tenha passado por acontecimentos que são basilares em sua história, como a Abolição da escravidão e a Proclamação da República, o desdobramento disso não foi a consolidação da cidadania do povo

¹⁸² O tema da felicidade está presente no tratamento que Lima Barreto deu à função da literatura. Segundo ele, não só a arte, como também a literatura deveriam promover a felicidade da humanidade. Contudo, o escritor criticava a concepção dominante de literatura da época fundada no rigor gramatical, que preteria, assim, o fortalecimento da vida social e a felicidade entre os homens. Há de se pensar, ainda, que a condenação empreendida pelo escritor no tocante ao rigor dominante, no que diz respeito ao uso da escrita, ocorre em um momento histórico da cidade do Rio de Janeiro marcado pelo processo de modernização urbana e que foi alicerçado em valores como civilização e progresso.

brasileiro¹⁸³. O romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* é utilizado, inicialmente, como guia para se ilustrar e pensar “o destino errado de Lima Barreto”.

Publicado em 1909¹⁸⁴, o romance marcou a estreia de Lima Barreto nos meios literários da Primeira República. O subjetivismo de Isaiás (principal personagem), ao relatar suas aventuras, sofrimentos e desilusões na sociedade carioca, sugere a presença de Lima Barreto em confronto com o regime republicano. Conforme Bosi (2002, p. 187), o primeiro romance publicado por Lima Barreto constitui-se como uma importante fonte para a compreensão das transformações do Rio, que tiveram como símbolo maior o processo de modernização urbana. Depreende-se, então, que esse romance de Lima Barreto marcou toda a sua obra, na medida em que expôs para o público o caráter de denúncia, concernente não só aos preconceitos raciais, como também aos problemas sociais. Portanto, pode-se inferir que o universo de temas representados por Lima Barreto, por intermédio de Isaiás, esteve presente em outros romances, contos e crônicas. Logo, as representações feitas pelo escritor conduzem o leitor a um Rio de Janeiro, que, além de ser o centro político, econômico e cultural do Brasil, passava por grandes transformações, que tinham como um de seus símbolos o processo de modernização urbana.

Lins (1997, p. 297) afirma que encarar o destino errado significou para o escritor aumentar a dor interior, e corolário disso, segundo o autor, “foi uma descontração aparente, um humor, mais do que uma ironia, com o qual ao mesmo tempo tocávamos em temas traumáticos”. Por conseguinte, o autor defende a tese de que foi pelo riso que alguns dos direitos de cidadania foram conquistados no Brasil. Lima Barreto, que tinha consciência das principais questões do seu tempo, juntamente com os seus problemas e dilemas pessoais, acabou por sucumbir diante das farsas e hipocrisias engendradas pela sociedade brasileira. Nas palavras de Lins (1997, p. 299):

¹⁸³ Lins (1997, p. 296) diz textualmente o seguinte: “Por isso, tanta mudança no aspecto superficial do cenário político não implicava num acréscimo de substância capaz de garantir à cidadania condições de dignidade e autoconfiança”.

¹⁸⁴ No prefácio da segunda edição das *Recordações*, Francisco de Assis Barbosa (1961, p. 12) apresenta o seguinte questionamento: “Que pretendeu Lima Barreto com o Isaiás Caminha?” E, de uma maneira geral, ele responde, reportando-se ao próprio escritor que dizia, em linha gerais que o fracasso da personagem se deve ao preconceito de cor que imperava na sociedade brasileira. E, ainda que já tivesse por concluir *Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá*, Lima Barreto optou por fazer das *Recordações* o seu romance de estreia, na medida em que o mesmo, sendo “mal feito”, mas sincero, poderia “escandalizar e desagradar” (Ibid.).

O ridículo com que executávamos a paródia das liturgias sociais europeias, sobressaía pela falsidade, pelo caráter pouco convincente com que levávamos a farsa adiante. Em grande parte, o alcoolismo de Lima Barreto provinha daí. Ele não resistia à amargura da encenação. Na Escola Politécnica, cercado por uma oligarquia que comandava e continuaria comandando o país, constituía um corpo estranho. A obrigação moral de elevar-se à altura dos projetos paternos e transformar-se em “doutor” (o primeiro da família) dilacerava-o, mas não bastava como fator de estímulo. O período estudantil antecipa um fracasso inevitável porque inserido de uma dinâmica social que o determina.

Acrescenta-se que o dilaceramento interno que atesta o “destino errado” do escritor foi uma marca da sua existência enquanto ser humano e escritor. A consciência crítica e a capacidade de representar as grandes questões universais e nacionais, por meio da literatura, foram talvez as grandes virtudes do autor de *Impressões de leitura*. No entanto, tal virtude de compreender e expressar, por meio de suas escritas e narrativas, tinham como obstáculo a própria sociedade do seu tempo¹⁸⁵. Isaías Caminha e o seu criador, portanto, tiveram, infelizmente, um destino errado!

Lins (1997) compartilha da tese de que Lima Barreto foi um crítico do processo de modernização urbana do Rio de Janeiro, pois, concomitantemente com a especulação imobiliária, houve a expulsão das classes populares do centro para a periferia. Tais classes, além de terem sido despojadas de suas habitações, localizadas no centro da cidade, em razão da proximidade com o local de trabalho, ainda sentiam dificuldades de encontrar novos locais de moradia.

Em obra¹⁸⁶ que já tornou um clássico da historiografia brasileira da Primeira República, Sevcenko (2003) destaca, inicialmente, o contexto histórico brasileiro assinalado pela presença da *Belle Époque*. O Rio, que foi palco das reformas urbanas, conviveu, ainda, com o triunfo de ideias que valorizavam o progresso e a civilização. Posto isso, o autor edifica uma arquitetura do contexto histórico do Brasil dos primeiros anos da República, inserindo os intelectuais brasileiros. Todavia, a

¹⁸⁵ Ronaldo Lins (1997, p. 307) diz ainda sobre a presença de dois autores em Lima Barreto: “Vemos que existem, na verdade, em nosso escritor, dois autores num único. O que deseja erguer-se, elevar-se acima das circunstâncias, afirmar-se perante o mundo; e outro, o que tem na realidade uma barreira intransponível e se esforça em destruí-la, esgotando-se ao empreender suas tentativas”.

¹⁸⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Tal obra, cuja primeira edição é de 1983, é pioneira, na medida em que atualizou de forma contundente as relações entre Literatura e História para a compreensão do processo histórico.

ênfase recai sobre dois grandes escritores: Euclides da Cunha e Lima Barreto. São estudados, a partir da linguagem, a obra e os seus fundamentos sociais.

Em outro trabalho, intitulado “Lima Barreto, a consciência sob assédio”, o autor da obra *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* põe em relevo, inicialmente, o impacto provocado pelo lançamento das *Recordações* entre os meios literários. O efeito disso foi o ostracismo a que foi relegado o escritor, bem como as zombarias e ironias quando o seu nome era lembrado¹⁸⁷. Desse modo, o escritor teve o seu espaço de atuação reduzido a um círculo restrito da intelectualidade carioca que o considerava como radical¹⁸⁸. Nesse sentido, e tomando como base as informações de Sevcenko, pode-se perguntar: quais eram os temas criticados por Lima Barreto em seu romance de estreia e que permearam a sua obra como um todo, gerando desconfortos na república das letras?

A obra de Lima Barreto reflete e problematiza o processo econômico, político, econômico, social e cultural do Brasil na Primeira República. Assim, o autor elegeu uma série de temas para o desvelamento da realidade brasileira, tais como: o funcionamento da política, o arrivismo, o Encilhamento e o Parnasianismo na literatura, entre outros que estiveram presentes na literatura limiana (Sevcenko, 1997, p. 320). Infere-se, portanto, que, na visão do escritor, a literatura deveria destinar-se à sociedade, tornando-se um instrumento para o despertar da consciência crítica entre os leitores (Cury, 1981, p. 186).

Francisco de Assis Barbosa, no Prefácio da obra *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, de Lima Barreto (1961a, p. 12), afirma que o livro publicado em 1909 marcou toda a obra de Lima Barreto, na medida em que expôs para o público o caráter de denúncia, concernente não só aos preconceitos raciais, como também aos problemas sociais. Portanto, pode-se concluir que o universo de temas

¹⁸⁷ Beatriz Resende (1997, p. 545), no artigo intitulado “Lima Barreto: a opção pela marginália”, defende a ideia de que Lima Barreto foi um intelectual independente. O argumento da autora tem como princípio o fato de o escritor não ter tido a sua produção cultural ligada ao Estado e nem a interesses das classes dominantes. Além disso, ela sustenta, bem como boa parte da fortuna crítica, que Lima Barreto foi o mais compromissado dos escritores em relação às camadas populares.

¹⁸⁸ Nicolau Sevcenko (1997, p. 319) refuta ainda a ideia de que os ataques desferidos contra a imprensa fossem em razão de alguma mágoa: “Ao contrário da versão que se tornou difundida, de que Lima Barreto atacava a imprensa porque era um ressentido contra a má aceitação de sua obra, o fato de que ele fez esse ataque logo no primeiro livro que publicou, e que foi o segundo cronologicamente que ele escreveu, deixa claro o quanto essa investida era deliberada e fazia parte de seu projeto literário como um todo”.

representados pelo escritor, por intermédio de Isaías, no romance, esteve presente em outros romances, contos e crônicas. Então, a expressão “literatura militante”¹⁸⁹ talvez seja o grande emblema da obra do escritor carioca. Por conseguinte, as representações feitas pelo escritor conduzem o leitor a um Rio de Janeiro, que, além de centro político, econômico e cultural do Brasil, passava por grandes transformações e tinha como um de seus símbolos o processo de modernização urbana.

No tocante às reformas urbanas, Sevcenko (1997) considera que o autor de *Histórias e sonhos* foi um crítico das ações governamentais que transformaram o espaço urbano carioca. A geografia da cidade, marcada por morros e florestas que expressavam o Rio antigo, foi utilizada pelo escritor para ser cotejada ao Rio urbanizado, que, igualmente, valorizou, por meio da especulação imobiliária, áreas como Botafogo¹⁹⁰ e Copacabana. Os habitantes que moravam nessas áreas foram rotulados de uma nova burguesia e representados como beneficiados pelo regime republicano¹⁹¹.

Lima Barreto, consoante Nicolau Sevcenko (1997), acompanhou os desdobramentos das reformas urbanas levadas a cabo ao longo da Primeira República. Merece destaque a Revolta da Vacina, em 1904, que foi marcada por uma série de distúrbios pela cidade. Tal episódio, que envolveu as camadas populares e os grupos políticos que faziam oposição ao governo Rodrigues Alves, é resultado, na verdade, dos problemas gerados pelas reformas urbanas e pelas campanhas de higienização lideradas por Oswaldo Cruz. Posto isso, Lima Barreto

¹⁸⁹ A expressão “literatura militante”, em nossa avaliação, está em convergência com as assertivas de Sevcenko (1997, p. 333): “Assim, se a obra do escritor carioca se constitui num grande esforço para motivar a ação transformadora, mesmo no seu último limite, essa ação deve submeter-se ao primado do pensamento crítico, lúcido e animado por valores éticos e animado por valores éticos superiores”.

¹⁹⁰ Segundo Sonia Brayner (1979, p. 160), no livro intitulado *Labirinto do espaço romanesco: tradição e renovação da Literatura Brasileira: 1880-1920*, o espaço urbano carioca do seu tempo refletia a posição dos grupos e classes sociais na sociedade carioca. Logo, o bairro de Botafogo era representado da seguinte maneira por Lima Barreto: “Botafogo é a outra face do espaço urbano dessa sociedade ficcional: traduz o aspecto artificioso, maléfico, surgido através de uma depuração social pelo dinheiro. É o núcleo das tramas políticas fraudulentas, berço dos adultérios, dominando pelas regras de um *savoir faire* apenas executadas por iniciados no culto da superficialidade. É uma divisão maniqueísta que dirige a população de tipos na obra de Lima Barreto e mais do que nunca acha-se dicotomizada na escolha e distribuição geográfica”.

¹⁹¹ Nicolau Sevcenko (1997, p. 338) assim se expressa quanto à visão limiana sobre a nova burguesia nos primórdios da República: “Essa nova burguesia a que Lima Barreto se refere fez a sua entrada triunfal, já nos albos do regime republicano, sob a atmosfera convulsa de uma gigantesca e escandalosa na Bolsa de Valores carioca, conhecida como Encilhamento”.

condenou a truculência do governo republicano em relação aos sediciosos. Nas palavras do próprio escritor:

Eis a narrativa do que se fez no sítio de 1904. A polícia arrepanhava a torto e a direito pessoas que encontrava na rua. Recolhia-se às delegacias, depois juntavam na Polícia Central. Aí, violentamente, humilhantemente, arrebatava-lhes os cós das calças e as empurrava num grande pátio. Juntadas que fossem algumas dezenas, remeti-as à ilha das Cobras, onde eram surradas desapiedadamente. Eis que foi o terror do Alves; o do governo Floriano foi vermelho; o do Prudente, branco, e o Alves, incolor, ou antes, de tronco e bacalhau (Barreto, 1961a, p. 49).

Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo (1997, p. 372), no artigo intitulado “Lima Barreto: a ousadia de sonhar”, busca compreender o escritor carioca como um intelectual que buscou compreender e atuar no Brasil de seu tempo. Nesse sentido, a autora defende a tese de que os intelectuais que atuaram nesse período propuseram, de um modo geral, um projeto que almejava inserir o país nos quadros da modernidade. O autor de *Numa e a ninfa*, entretanto, não se empolgou com as promessas da modernidade, nem tornou a sua obra um veículo para a difusão de ideias ufanistas sobre o país. Ao contrário, fez da literatura e de sua obra um espaço por onde desfilavam vozes de várias partes da cidade¹⁹².

Experimentando uma existência difícil, Lima Barreto encontra, na escrita e na literatura, um caminho capaz de possibilitar um diálogo profundo entre ele e a realidade cultural. Assim, escrever tornou-se para o escritor uma necessidade imperiosa, fazendo com que ele se vinculasse a vários veículos da imprensa, exercendo o ofício de jornalista, escrevendo crônica. Contudo, as transformações pelas quais passou a imprensa no Brasil do final século XIX e XX, em razão da progressiva industrialização, fizeram com que tivesse um espaço reduzido e ainda ter o conteúdo do seu texto submetido pela direção do periódico. Por isso, para contornar os possíveis obstáculos, chegou a criar uma revista: *Floreal*. Portanto, as reflexões de Figueiredo (1997, p. 377), tomando como base as *Recordações*,

¹⁹² Em sintonia com o pensamento de Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo, Nicolau Sevcenko igualmente compartilha da tese de que Lima Barreto não se empolgou com as promessas da modernidade (Sevcenko, 1997, p. 347). Magali Gouveia Engel (2007, p. 291), no texto intitulado “Povo, política e cultura: um diálogo entre intelectuais da Primeira República e livros didáticos”, acredita que intelectuais como Machado de Assis, Lima Barreto e Olavo Bilac, em um cenário histórico marcado pelo Abolicionismo e a queda de monarquia, juntamente com o advento da República, engendraram representações do povo, da política e dos políticos.

explicam as tensões que envolviam as relações do escritor com a sociedade e a escrita:

Assim, a análise que explica o romance que *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* como produto da revolta pessoal do escritor, é reducionista; tampouco pode-se considerar a obra apenas como uma sátira aos jornais e produtores culturais de seu tempo. Possui, na verdade, um ritmo próprio e revelador do conflito da criação literária, a tensão que corrói o intelectual na auto-identificação de seu papel e significado, num contexto de decepção e crise, quando a atividade de escritores, pensadores, literatos, adquiria um perfil novo: enfrentar o mercado consumidor em formação.

É necessário enfatizar que o incremento da produção industrial e o aumento do número de impressões no dia a dia indicam, de modo patente, a influência do mercado para a produção jornalística. O efeito disso é a inserção e a formatação da imprensa nos moldes da empresa capitalista¹⁹³.

As tensões sofridas por Lima Barreto, na produção de crônicas para a imprensa carioca, estão intrinsicamente relacionadas ao processo de modernização urbana do Rio. Figueiredo (1995, p. 74), em outra obra, tem como um dos seus alvos compreender as representações empreendidas por Lima Barreto em relação à modernidade carioca¹⁹⁴. A autora lembra que o escritor carioca vem sendo representado ora como um conservador, em razão de ser contrário às reformas urbanas, ora como escritor ainda atual, por perceber os efeitos discriminatórios do processo de modernização urbana do Rio.

No livro *Lima Barreto e Rio de Janeiro em fragmentos*, Resende (1993, p. 101) afirma que a cidade em que nasceu e viveu o escritor foi marcada pelos contrastes. A crônica tornou-se, segundo a autora, uma necessidade para o autor e contribuiu para que ele representasse a cidade de um modo mais especial. O interesse pela cidade e a circulação de uma região para outra serviu de inspiração para a elaboração de suas crônicas. E, ainda que fosse morador do subúrbio, o autor de *Coisas do reino de Jambon* tinha uma admiração pelo centro da cidade, sendo que as praias o fascinavam. Posto isso, ao residir no subúrbio, o autor captou

¹⁹³ Figueiredo (1997, p. 382) enfatiza, ainda, que “Lima Barreto não repudiou o jornalismo enquanto empresa de feição capitalista, mas, ao desvendar o seu conteúdo, apontou a falta de um critério e de um método, conseqüentemente, de coerência nos seus objetivos. Enquanto instituição social, a imprensa abandona os leitores à sua ignorância e apatia”.

¹⁹⁴ FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

peculiaridades e personagens que eram como “vozes” que emergiam e representavam costumes e culturas da região¹⁹⁵, razão pela qual o cronista sob análise diferenciou-se dos outros escritores que restringiram as suas narrativas e personagens ao centro e a alguns bairros da cidade.

Ainda de acordo com o trabalho de Resende (1993, p. 105), pode-se assinalar que as crônicas de Lima Barreto sobre o centro da cidade são importantes, na medida em que, nesse espaço urbano, havia um fluxo contínuo de pessoas que transitavam de um lado para o outro. Tais pessoas expressavam “vozes” de grupos e classes sociais que eram resgatadas pelas crônicas limianas. O fervilhar de pessoas pelo centro da cidade, todavia, era representado pelo autor como um universo fragmentado. O escritor, portanto, ocupava um lugar na chamada modernidade brasileira, conforme a autora de *Lima Barreto, crítico da modernidade*. O escritor carioca, contudo, viveu em um contexto histórico em que o novo e o velho estavam juntos. As palavras de Resende (1993, p. 105), neste momento, são insubstituíveis:

Quando inscrevemos Lima Barreto na tradição da modernidade brasileira, o fazemos por compreender o seu momento onde o novo e velho convivem, onde o fascínio do progresso coexiste com a manutenção de formas literárias vinculadas ao passado. Precisamos, então, perceber que também uma crítica do processo de modernização “pelo alto” aparece tanto nos protestos contra o arbítrio e o abuso do poder dos dirigentes, por parte de Lima Barreto, como na dúvida lançada por Euclides da Cunha em relação às premissas civilizatórias da República após presenciar a carnificina no Sertão.

Por conseguinte, se as crônicas do escritor mostravam um universo de vozes fragmentadas, as quais representavam grupos e classes sociais que desfilavam pelo espaço carioca, isto se deve ao fato de o escritor estar atravessado pelas contradições da modernidade carioca. Ou seja, se o novo era simbolizado pelas transformações urbanas e os emblemas do progresso e da civilização, o velho se fazia presente e teimava em persistir, por intermédio do apadrinhamento político e do tráfico de influência política. No limite, o autor de *Marginália* combateu a

¹⁹⁵ Resende (1993, p.102), no entanto, alerta para o seguinte: “Os que acreditam que a preocupação maior de Lima Barreto é com o morador do subúrbio, equivocam-se. No centro da cidade está o universo mundano mas também os miseráveis. No centro do Rio de Janeiro, criam-se modas, fazem-se e desfazem-se reputações, derrubam-se gabinetes. A política é discutida nos cafés do Centro. Nas livrarias elegem-se acadêmicos. Nas esquinas do centro decide-se a sorte das camadas subalternas”.

modernidade e foi cético em relação a ela, e, de outro, também se opunha aos velhos valores que atravessaram a história brasileira.

Sobre as representações limianas, no que diz respeito ao processo de modernização urbana do Rio, Resende (1993, p. 110) afirma, inicialmente, que Lima Barreto posicionou-se de modo contrário à maioria dos intelectuais que alimentavam uma espécie de ufanismo às reformas urbanas. O escritor, segundo Carvalho (1994, p. 38), percebeu que as mudanças impulsionadas pela modernidade e transformações urbanas ensejaram a lassidão das redes de convivências sociais e do aviltamento da vida humana no interior da então capital da República. Além disso, o escritor carioca notou a continuidade da velha tradição política que, naquele contexto, aliou-se aos novos grupos sociais, propagadores do arrivismo republicano.

A permanência do tradicional jogo político elitista, em pleno processo de modernização urbana do Rio, serviu para o controle das camadas populares, que eram, na verdade, o grande obstáculo para a execução das reformas urbanas. E, na medida em que as obras na cidade intensificaram e se radicalizaram na gestão do prefeito Passos, o poder público punha em prática ações que tinham como foco ordenar o espaço público, a fim de que ele projetasse para o mundo um Rio civilizado. Nascia, desse modo, a cidade ideal que, na realidade, tinha como sombra a cidade real. Sendo assim, Resende (1993), tomando com base os escritos de Angel Rama¹⁹⁶, faz referência à cidade real que é, em sua concepção, aquela que representa os marginalizados, porque punha em risco o processo de modernização urbana e seus símbolos.

Na obra intitulada *Quatro vezes cidade*, Maria Alice Rezende Carvalho (1994, p. 34) corrobora a tese de Beatriz Resende sobre o aspecto discriminador da modernização urbana do Rio. Por conseguinte, os grupos perigosos que, na verdade, constituíam as classes populares cariocas, eram associados à desordem; por isso, necessitavam ser banidos das reformas, conforme o discurso oficial. A modernização carioca, então, acabou por escamotear os problemas políticos,

¹⁹⁶ Na obra *A cidade das letras*, que já se tornou referência para a compreensão das relações que envolvem a cidade e a literatura, Angel Rama (1983, p. 25) propõe como perspectiva a compreensão e a representação da produção literária e de seus signos, a partir do espaço urbano, esclarecendo, ainda, que a América tivesse sido um sonho dos europeus, esses não conseguiram, no período colonial, reproduzir integralmente aqui o modelo europeu de cidade.

econômicos e sociais da cidade. E, sobre o sentido fundamental de tal processo de modernização da cidade que envolvia, outrossim, as reformas urbanas, a autora assim se expressa:

Desta forma é possível afirmar que a remodelação da capital da República, implementada por Pereira Passos em 1904, foi a expressão material do desfecho de um longo processo de seleção política da classe senhorial, em curso desde a campanha abolicionista, e a evidência de uma determinada correlação de forças em que se tornava possível golpear, num só movimento o predomínio das velhas elites escravocratas fluminenses – identificadas, já então, com o passado – e as tendências mais radicais do republicanismo (Carvalho, 1994, p. 35).

Infere-se, portanto, a presença de grupos políticos que, nos albores da República, determinaram os rumos políticos, econômicos e sociais do país. Assim, as transformações urbanas não devem ser pensadas pura e simplesmente como uma necessidade de renovação estética da cidade¹⁹⁷.

Claúdia Míriam Quelhas Paixão (2008, p. 133), em trabalho sobre o morro do Castelo, também faz referências às representações do escritor sobre o morro e a sua população no contexto histórico do desmonte. A autora informa que *O subterrâneo do morro do Castelo*, obra publicada em 1905, apresenta ao público um conjunto de reportagens sobre as escavações empreendidas por Pereira Passos para a abertura da Avenida Central, causando uma destruição parcial do morro. Na edição de 27/04/1905, o *Jornal do Comércio* informou a seus leitores a descoberta de uma galeria no morro, alimentando, assim, no imaginário dos cariocas, uma lenda sobre a presença de tesouros jesuítas que tinham sido escondidos no morro, por ocasião da expulsão da Companhia de Jesus das terras portuguesas na América. Isso posto, pode-se afirmar que Lima Barreto construiu, por meio da lenda, uma obra que misturava ficção e realidade: *O subterrâneo do morro do Castelo*¹⁹⁸.

¹⁹⁷ Beatriz Resende (1993, p. 112) chama a atenção para o papel desempenhado por Olavo Bilac para a construção de uma obra literária em conformidade com as ideias de progresso e de civilização que, no limite, respaldam as reformas urbanas no Rio.

¹⁹⁸ Na narrativa *O subterrâneo do morro do Castelo*, de Lima Barreto (1997), realidade e ficção estão inextricavelmente ligados, também a sua narrativa é aquilatada pela presença de dois tempos. Beatriz Resende (1997, p. 2), que foi a responsável pela organização e introdução da obra, informa que: “O texto publicado no jornal, talvez por não ter aparecido assinado, ficou quase completamente desconhecido, mesmo por leitores entusiastas do autor. Unicamente Francisco de Assis Barbosa, em sua decisiva biografia do escritor, assinala a sua existência. Apesar da ausência de identificação, não resta, porém, qualquer dúvida sobre sua autoria”.

No ano de 1920, o então prefeito do Rio, Carlos Sampaio, assinou o decreto que sacramentava o arrasamento do morro. O autor de *Os bruzundangas* publicou, em agosto de 1920, uma forte crítica em relação ao poder público, que é capaz de desalojar as pessoas dos seus locais de habitação e construir prédios e outros empreendimentos urbanos que, além de beneficiarem uma minoria, alimentam a especulação financeira em relação ao solo carioca. Nas palavras da autora:

Com o mesmo humor sarcástico e repleto de ironias, Lima critica a política municipal de atuação urbana. No início da década de 1920, quando o Castelo foi totalmente arrasado, a figura de Lima Barreto como intelectual atuante na defesa e preservação do morro foi marcante. Mas essa atuação, um pouco mais amena, já pode ser notada no texto de 1905 (Paixão, 2008, p. 138).

Por conseguinte, a escrita e a narrativa limiana, desde o incremento das reformas urbanas da cidade e que foram dirigidas por Pereira Passos, a partir de 1904, já eram percebidas por Lima Barreto. Convém ainda destacar, de modo veemente, que os episódios em torno do morro do Castelo e dos seus habitantes trazem à tona aspectos das reformas urbanas que preocupavam o escritor. O primeiro diz respeito à descaracterização da cidade, comprometendo, desse modo, a memória da cidade. E o segundo versa sobre a expulsão das classes populares dos seus locais de origem, bem como de seu controle repressivo pelo poder público¹⁹⁹.

Desvelando e representando as inúmeras vozes que expressavam os grupos e as classes sociais que fizeram a história do Rio na Primeira República, Lima Barreto, por meio da mescla que envolvia realidade e ficção, apresenta ao leitor um Rio cuja história estava sendo destruída e justificada em nome do progresso e da modernidade. Nesse sentido e a título de curiosidade, o escritor que desvelou as mazelas da modernidade e das reformas urbanas – que expulsaram grande parte da população do centro – também teve o destino de uma parte da população: habitar o subúrbio.

Pedro Belchior²⁰⁰ (2011, p. 14), em trabalho pioneiro, põe em relevo a experiência de vida pessoal e intelectual de Lima Barreto nos subúrbios. Também

¹⁹⁹ Cláudia Paixão (2008, p. 140) afirma ainda: “Lima quando critica o desmonte do morro expande para as demais ações, argumentando não apenas sobre os problemas estéticos da cidade, mas também sobre os reflexos sociais que as obras acarretaram”.

²⁰⁰ BELCHIOR, Pedro. *Tristes subúrbios: literatura, cidade e memória em Lima Barreto (1881-1922)*. 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

problematiza uma série de questões que dizem respeito a algumas interpretações que se consolidaram em torno do escritor, entre as quais a ideia sempre recorrente de que ele foi um escritor maldito e por isso esquecido. E, ainda que reconheça os obstáculos pelos quais o escritor passou ao longo de sua vida intelectual, ele foi reconhecido e respeitado por outros escritores (Ibid.). Deve-se recordar, também, que muitos escritores que se debruçaram sobre a obra de Lima Barreto, tais como Caio Prado Júnior e Lúcia Miguel Pereira, e que buscaram valorizar a obra do escritor carioca acabaram por reforçar o estereótipo de escritor maldito.

O trabalho de Belchior (2011, p. 20) buscou encontrar respostas no tocante à trajetória de Lima Barreto e o modo como construiu representações e memórias específicas sobre o Rio do seu tempo²⁰¹. O trabalho tem o propósito de pesquisar e explorar Lima Barreto como um memorialista²⁰² de si mesmo, da cidade e do subúrbio. Sendo assim, enfatiza-se que a escrita limiana tem uma característica marcante: ela é produto da observação direta feita pelo autor no cotidiano e o seu uso para a gestação de romances, contos e crônicas. Aliás, as primeiras crônicas de Lima Barreto surgem já no início do século XX.

Belchior (2011, p. 74) coloca em discussão a representação de Lima Barreto como um sujeito do povo, sendo que esta foi compartilhada por intelectuais distintos e pela fortuna crítica sobre o escritor. A associação do escritor com o povo é reforçada, igualmente, pela aversão do escritor aos bairros aristocráticos da cidade, bem como pelo fato de ele ter morado no subúrbio. Além disso, a vida desregrada do escritor, que se entregou ao alcoolismo, também reforçou essa representação.

Carlos Nelson Coutinho²⁰³ (2000, p. 30-31) considera Lima Barreto como um crítico do Estado brasileiro que preteriu a cultura elitista do seu tempo; por isso, deu voz às camadas populares e oprimidas, buscando representá-las em suas obras. Esse autor expressou também em sua obra aquilo que Coutinho (2000, p. 49) denomina “consciência nacional-popular”. Segundo o autor, as simpatias do escritor em relação à Revolução Socialista, que eclodiu na Rússia em 1917, igualmente,

²⁰¹ Pedro Belchior (2011) lembra ao leitor, no início do seu trabalho, que as investigações históricas as quais se utilizam da literatura devem levar em consideração as suas propriedades específicas. O historiador deve considerar as condições e o contexto histórico da produção do texto literário.

²⁰² As memórias de Lima Barreto, consoante pesquisa de Belchior (2011), deixam patentes os incômodos e as frustrações do escritor em razão da recepção da crítica quanto à sua obra.

²⁰³ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

fomentaram as representações que faziam de Lima Barreto um vinculado às classes populares.

Em estudo que também se tornou clássico, *Um mulato no Reino de Jambom*, Cury (1981) utilizou o conceito de “consciência possível” para estudar a obra do romancista carioca. Formulou como uma de suas hipóteses que o escritor carioca tinha uma intenção explícita de se alinhar às camadas populares e representá-las. O intelectual Lima Barreto, além de postar-se ao lado das camadas populares, deu voz aos oprimidos do Brasil da Primeira República, segundo a autora. Ela estudou o conjunto da obra do escritor carioca, tomando como base o contexto histórico da época, utilizando-se dos conceitos de fatalismo e denúncia. A visão fatalista de mundo leva as pessoas a não se importarem com os acontecimentos sociais, nem com o curso da história. Entretanto, conforme Cury (1981, p. 55), o fatalismo pode esconder e, ao mesmo tempo revelar a essência da obra. Já o aspecto da denúncia mostra as contradições sociais do Brasil da Primeira República, bem como o aspecto militante da literatura do escritor. A análise daquele momento permite que se compreenda a tentativa de Lima Barreto de apresentar a visão de mundo do oprimido e tentar fazer da literatura o seu meio de divulgação.

A partir dessas considerações, a vinculação de Lima Barreto à classe popular, de forma muitas vezes unilateral, necessita ser repensada, pois o escritor entrou em tensão com aspectos da chamada cultura popular. O escritor carioca, segundo Belchior (2011), foi um crítico insistente das reformas urbanas que pretendiam transformar o Rio em uma cidade reprodutora da cultura parisiense.

Sobre o processo de modernização urbana, Belchior (2011) converge com boa parte dos analistas, os quais apregoam que o Rio que experimentava os projetos de modernização engendrava a matéria-prima de suas narrativas e escritas literárias. O autor afiança que, provavelmente, Lima Barreto tenha sido o crítico mais ferrenho das reformas urbanas da cidade. O escritor associou a crítica do processo de modernização aos males políticos, econômicos e sociais que afligiam as classes populares. Assim, pode-se afirmar que, no contexto histórico em que eram promovidas as reformas urbanas, Lima Barreto teceu representações sobre a cidade do Rio de Janeiro e os seus moradores.

As representações que Lima Barreto fez do Rio tiveram a marca e a identidade do escritor, que, para sobreviver e sustentar sua família, teve de

trabalhar no serviço público carioca e morar no subúrbio. Por conseguinte, o seu texto literário foi marcado pela presença de vozes que representaram múltiplos personagens os quais acompanhavam o transitar do escritor pelas ruas e por lugares diversos do Rio. Sendo assim, a relação do intelectual, portador de uma cultura letrada e diferente das classes populares, era complexa. E se, em determinados momentos, percebemos uma aproximação maior do escritor com os grupos populares, em outros, há o afastamento e até uma rejeição do escritor com relação a esses grupos, como se pode verificar a seguir:

O Rio de Janeiro de Lima Barreto é criado e vivido na ambivalência de um olhar que mescla difíceis pertencimentos, no limiar da marginalidade e do reconhecimento, no trajeto entre subúrbios e o centro. Esse Lima Barreto *flâneur* não busca na cidade o exótico, e sim os elementos que comporão uma literatura prenhe de interpretações densas e vibrantes da metrópole, sempre vista sob uma perspectiva inquiridora e oscilante (Belchior, 2011, p. 94).

Percebe-se, dessa forma, que a peregrinação do escritor de um lugar para outro e a fixação da sua residência no subúrbio acabam por causar sentimentos contraditórios que estarão presentes nas representações do escritor sobre o centro da cidade, bem como os subúrbios e os bairros aristocráticos. As personagens que representam as vozes dos diversos grupos, presentes na obra barretiana, muitas vezes, serão rejeitadas pelo escritor. O corolário disso é a dificuldade de se alinhar, automaticamente, Lima Barreto à condição de escritor afinado com a cultura e as classes populares²⁰⁴.

A dificuldade de Lima Barreto em conviver com os mais humildes e os moradores do subúrbio atesta a presença de uma vida dilacerada e contraditória. O escritor, com o passar dos tempos, percebeu que muitos dos seus sonhos não se realizariam em razão dos obstáculos gerados pela sociedade do seu tempo. E, na relação com as camadas populares que representavam os mais humildes, percebia que as suas condições de existência geravam comportamentos que ele mesmo repudiava. No limite, a consciência crítica do autor, se, de um lado, abria a

²⁰⁴ Pedro Belchior (2011, p. 94) esclarece ainda: “A vivência nos subúrbios provocará, nos primeiros anos como morador, desgosto e sensação de desterro. É nas ruas da cidade que o escritor busca abrigo. A identificação com os amigos das rodas boêmias e literárias transpõe a ‘vergonha doméstica’ e a difícil convivência com as classes subalternas e médias dos subúrbios. Com os mais humildes, não se integra socialmente, embora integre-os à literatura, dando a eles condição e lugar de sujeitos”.

perspectiva de se pensar a sociedade de modo mais concreto e real, de outro, levaria o escritor a uma espécie de sentimento de impotência.

Ao criticar a trajetória das reformas urbanas no Rio, Lima Barreto ainda denunciou as agressões sofridas pela natureza. A transformação da fisionomia da cidade agredia, de modo contundente, a natureza e o meio ambiente carioca, que tanto o escritor amava. As classes dirigentes republicanas, que puseram em prática a modernização urbana da cidade, foram criticadas e acusadas de implantarem no Brasil modelos arquitetônicos e estéticos de outros países e não enxergarem, assim, as necessidades internas do país. A devastação da natureza também estava em consonância com os interesses da especulação financeira e urbana. Há de se acrescentar que a destruição da natureza compromete a preservação da história (Belchior, 2011, p. 113).

4.2.2.

Lima Barreto e a cidade do Rio de Janeiro em transformação

As pesquisas de Roger Chartier (1990) sobre o conceito de representação também foram importantes, no que concerne ao uso das crônicas de Lima Barreto para a compreensão das reformas urbanas processadas no Rio, ao longo dos primeiros anos da Primeira República. Como Machado, o autor de *Diário íntimo* percebeu, atentamente, o cotidiano carioca e trouxe para as suas narrativas e escritas vozes e atores sociais, que fizeram e emitiram representações em relação aos acontecimentos. Sendo assim, as reflexões de Bakhtin (2010) servirão, igualmente, para a compreensão das vozes e dos atores sociais presentes na crônica limiana.

E, da mesma forma que o autor de *Ressurreição*, Lima Barreto teceu as suas crônicas, por meio do fragmentado dia a dia do Rio. O cotidiano captado é permeado por uma série de fatos e notícias de onde surgem vozes que expressam múltiplas representações do então Distrito Federal, cujas transformações urbanas foram intensificadas nos primeiros 20 anos do século XX. As crônicas barretianas, ao contrário das escritas por Machado, apresentaram uma unidade no que concerne às representações do espaço urbano carioca. Elas, igualmente, permitem ao pesquisador compreender o microcosmo social carioca por meio de vozes que

representavam grupos e classes sociais que atuaram no Brasil, no tempo do escritor carioca. As vozes, utilizando-se de uma noção arquitetada por Bakhtin (2010), tornam-se proprietárias de seus discursos, indicando, portanto, que as crônicas do autor de *Feiras e mafuás* fossem uma criação de múltiplos autores.

Por intermédio de Beatriz Resende e Rachel Valença, toda a crônica publicada por Lima Barreto foi compilada em dois volumes²⁰⁵: o primeiro reúne as crônicas publicadas entre 1890 a 1919, e o segundo engloba as que vieram a público entre 1919 e 1922. Isso posto, serão utilizadas, na presente tese, as crônicas que têm como temática principal as transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro²⁰⁶.

Na apresentação do trabalho e do lugar de Lima Barreto como cronista carioca, Resende (2004, p. 10) faz um inventário sucinto sobre a relação do escritor com a cidade onde nasceu, viveu e morreu. O Rio será, na verdade, o principal protagonista de suas crônicas. O escritor criará com a cidade uma relação marcada pela admiração, e, posteriormente, de preocupação com o desenrolar do processo de modernização, que acabou por desfigurá-la. Nesse sentido, pode-se perguntar: como explicar a tentativa de parte de escritores brasileiros em relegar o escritor a um possível ostracismo?

Pode-se afirmar, com Resende (2004), que a publicação de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, em 1909, marcou a trajetória intelectual no Rio da Primeira República. O desdobramento disso foi o fechamento das portas dos grandes jornais cariocas para o autor. Tal obstáculo, contudo, acabou por reforçar no autor uma postura crítica e independente em relação às grandes questões nacionais. O escritor ainda enveredou para a imprensa alternativa (Resende, 2004, p.11). O texto limiano, que foi rotulado por parte de escritores como desleixado, na verdade, ambicionou conjugar linguagem literária e coerência intelectual (Prado, 1997, p. 525). E, a despeito da acusação de mau uso da linguagem, Lima Barreto usava bem as palavras, criticando os puristas da gramática e tornando a sua escrita um meio para a edificação de uma literatura militante (Prado, 1997, p. 525)²⁰⁷

²⁰⁵ BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Toda crônica*: Lima Barreto. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

²⁰⁶ Para fazer tal seleção, foi utilizado como obra de apoio o livro intitulado *Crônicas cariocas e ensino de História*, cuja coordenação geral coube a Magali Gouveia Engel (2008).

²⁰⁷ Antônio Arnoni Prado (1997) defende a tese de que Lima Barreto recebe a fama de desleixado e até passou muito tempo sem ser lembrado em razão de ter conjugado literatura e coerência intelectual.

Isso posto, de acordo com informações de Resende (2004), metade das crônicas publicadas pelo escritor foram escritas de 1920 até 1922, ano de sua morte. Nesse contexto, além do prosseguimento das transformações urbanas, não só no Rio, como também em outras cidades do país, o Modernismo, que teve como berço São Paulo, ensejou o aparecimento de novas representações sobre a arte, a literatura e a cultura no geral. O escritor, porém, continuava a produzir crônicas que traziam temas concernentes ao Rio de Janeiro. E, até o final de sua vida, continuou a redigir crônicas, apontando os erros das reformas urbanas patrocinadas pelo poder público. Nas palavras de Resende (2004, p. 22):

A trajetória de Lima Barreto pela imprensa carioca termina por onde começou, na defesa da cidade, na crítica aos poderosos, na desconfiança diante das modificações que impunham à geografia da cidade como a derrubada do morro do Castelo e o aterramento do mar por ordem do prefeito Carlos Sampaio, no privilégio às áreas ricas e consequente desprezo pelas áreas em que se concentrava a pobreza.

Por conseguinte, as representações que o escritor fez sobre as intervenções urbanas no Rio sinalizam, de modo peremptório, a preocupação do escritor quanto aos equívocos cometidos por governantes, no que tange à execução de políticas públicas no Brasil. Dessa forma, questiona-se: como compreender, por meio das crônicas, as possíveis representações feitas por Lima Barreto, no que diz respeito ao processo de modernização urbana do Rio de Janeiro da Primeira República?

“O convento”, crônica²⁰⁸ publicada no jornal *Gazeta da Tarde*, em 21/07/1911, tem como tema central a derrubada de prédios históricos. O cronista critica a conduta de pessoas que, em nome de uma modernidade que apelava para a construção de prédios novos, acabava por ser conivente com a destruição de prédios antigos que faziam parte da memória da cidade. Os nomes de Pereira Passos e Paulo de Frontin, engenheiros, protagonistas e defensores da modernização urbana, também são lembrados. O escritor discute, ainda, que a derrubada de um prédio antigo implica também uma questão:

²⁰⁸ Todas as crônicas utilizadas foram retiradas da edição *Lima Barreto: toda crônica*, cuja organização coube a Beatriz Resende e Rachel Valença (2004).

Não sei bem que vantagens trarão tal coisa. Se, ao menos, fôssemos levantar ali um Louvre, um Palácio dos Doges, alguma coisa de belo e grandioso arquitetonicamente, era de justificar todo esse contentamento que vai pelas almas dos estetas; mas, para substituí-lo por um hediondo edifício americano, enorme, pretensioso e pífio, o embelezamento da cidade não será grande e a satisfação dos nossos olhos não há de ser de natureza altamente artística. Uma coisa vale a outra (Barreto, 2004, p. 99).

Depreende-se, então, que o erro maior, nesse caso, não seja o de simplesmente derrubar o convento e sim substituí-lo por outro edifício que não contribuirá com o conjunto arquitetônico da cidade. Por conseguinte, o cronista, por mais que reconheça a importância desse prédio histórico, não assumiu, nessa crônica, uma postura radical, no que diz respeito a um caso ou episódio que ilustra o processo de modernização urbana do Rio.

Na última parte da crônica, Lima Barreto reconhece que os monumentos históricos trazem a marca do seu tempo. E, ainda que os monumentos arquitetônicos históricos sejam portadores de fatos abomináveis, eles são como atestados da história de um povo. Tal reflexão é utilizada pelo cronista como argumento daquilo que ele denomina “furor demolidor” (Barreto, 2004, p. 100). O cronista acaba por construir argumentos que, na verdade, questionam uma concepção de modernização urbana a qual foi dominante: eliminar construções que eram associadas ao Rio antigo e levantar edificações que se inspiravam em modelos arquitetônicos estrangeiros. Por último há constatação de que a derrubada dos prédios antigos, portadores da memória carioca, estava diretamente relacionada aos interesses do capital especulador imobiliário que paulatinamente alterava a fisionomia urbana da cidade.

Publicada no *Correio da Noite*, em 31/12/1914, “A derrubada” aborda o processo de modernização e agressão à natureza no Rio. Inicialmente, o cronista faz referência a Coelho Neto, que representava, segundo Lima Barreto, um modelo de literatura que propugnava uma escrita academicista²⁰⁹. A partir daí, o cronista

²⁰⁹ O escritor e poeta maranhense Coelho Neto foi, ao lado de Bilac, um outro expoente da Literatura Brasileira do período. O exame de sua obra permite ao estudioso compreender não só porque ele esteve em sintonia com a estética literária da época, como também o seu sucesso na “alta sociedade”. A primeira explicação para o seu êxito literário foi a sua capacidade de produzir, em grande quantidade, para a imprensa e periódicos voltados para leitores da alta sociedade. O estilo e a obra do escritor nascido no Maranhão estão em consonância com as “tendências francófilas do período”

põe em dúvida a concepção de beleza defendida pelos parnasianos. E, por último, o cronista vai então ao cerne da questão: a agressão à natureza carioca em razão das reformas urbanas. As palavras do próprio cronista ilustram a questão:

Mas uma coisa que ninguém vê e nota é a contínua derrubada de árvores velhas, vetustas fruteiras, plantadas há meio século, que a avidez, a ganância e a imbecilidade vão pondo abaixo com uma inconsciência lamentável. Nos subúrbios, as velhas chácaras, cheias de anosas mangueiras, piedosos tamarineiros, vão sendo ceifados pelo machado impiedoso do construtor de avenidas (Barreto, 2004, p. 133).

A agressão ao meio ambiente carioca, consoante a narrativa do cronista, fez um deslocamento do centro para os subúrbios. A paisagem rural, que ainda caracterizava os subúrbios da cidade, era destruída e revelava um movimento do processo de urbanização do centro para as outras partes da cidade. Há, ainda, um aspecto que é intrínseco ao movimento: a destruição do meio ambiente, atitude que compromete também a memória da cidade em razão das reformas urbanas. O cronista, por conseguinte, patrocina a seguinte vinculação: avanço da urbanização, destruição da natureza e destruição da história da cidade.

Na crônica intitulada “As enchentes”, publicada no *Correio da Noite*, em 19/01/1915, o autor critica, mais uma vez, o poder público, na medida em que ele se preocupa com a aparência e não com as necessidades reais e de fato da cidade. As chuvas de verão, conforme assinala o cronista, prejudicam o conjunto da população. E, para piorar as coisas, o poder público carioca não tem um plano para solucionar o problema. Nessa pequena crônica, mais uma vez, evoca o nome de Pereira Passos, que havia sido prefeito da cidade para assim se posicionar: “O Prefeito Passos, que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descurou completamente de solucionar esse defeito do nosso Rio” (Barreto, 2004, p. 159). O cronista chama também a atenção do leitor para as administrações municipais, que se preocupavam mais com a parte estética do que com os problemas prementes que afetavam a vida dos cidadãos cariocas. Por fim, desvela ao leitor os verdadeiros propósitos do processo de modernização urbana: priorizar grupos minoritários

(Needell, 1993, p. 42). Segundo Prado (1997, p. 527), Lima Barreto, frequentemente, ridicularizava o Parnasianismo de Bilac e, sobretudo, o de Coelho Neto.

privados, entre os quais os que estavam ganhando com a especulação imobiliária, que era beneficiada com obras feitas com o dinheiro público.

Em 15/09/1917, foi publicada em *O Debate* a crônica intitulada “Sobre a carestia”. O cronista faz referência a greves²¹⁰ que estão acontecendo em partes do Brasil, motivadas pela crescente carestia dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Ele chama ainda a atenção do leitor para o papel do capitalista, o especulador responsável pela falta de alimentos para a população mais pobre. Nas palavras do próprio cronista:

Nunca o Brasil as produziu tanto e nunca elas foram tão caras. O plantador, o operário agrícola continua a ganhar o mesmo; mas o consumidor as está pagando o dobro. Quem ganha? O capitalista. Ele é unicamente ele, porquanto o fisco mesmo continua a receber o mesmo ou quase o mesmo que antigamente (Barreto, 2004, p. 285).

O cronista revela que o poder público o qual patrocina o processo de modernização urbana é mesmo que permite que grupos capitalistas especulem com o alimento consumido pela população. Por isso, o cronista usa palavras como ganância, cinismo e desfaçatez para revelar, mais uma vez, a execução de uma política dirigida pelo poder público para beneficiar uma minoria que igualmente se beneficia com as reformas urbanas. A crônica desvela as ações de grupos capitalistas que se associam aos agentes públicos na condução da economia e do processo de modernização urbana. Por fim, o cronista sugere o uso da violência por aqueles que são oprimidos.²¹¹

Na crônica intitulada “O cedro de Teresópolis”, publicada em 27/02/1920, Lima Barreto discute a utilização do poder público para a especulação imobiliária. Inicia a crônica, duvidando da nova burguesia que emergiu concomitantemente às

²¹⁰ Lima Barreto viveu em um contexto histórico marcado pelo crescimento operário. A classe operária cresceu com o avanço da industrialização. Além disso, a crescente mobilização operária foi ainda resultado da marginalização política e social a que estavam submetidos os trabalhadores urbanos. Nas palavras de Cláudio H.M. Batalha (2003, p. 176), que escreveu o artigo intitulado “formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”: “Como resposta à exclusão social e política que não terminou com o advento da República, parte substancial dos setores organizados da classe operária priorizou a luta por direitos sociais”.

²¹¹ O cronista assim se refere ao uso da violência: “O povo até agora em esperado por leis repressivas de tão escandaloso estanco, que é presidido por um ministro de Estado. Elas não virão, fique certo, mas há ainda um remédio: é a violência. Só com a violência os oprimidos têm podido se libertar de uma minoria opressora, ávida e cínica; e, ainda, infelizmente, não se fechou o ciclo das violências” (Barreto, 2004, p. 286).

transformações urbanas, econômicas e sociais que ocorreram no Rio. Também mostra a vinculação desse novo grupo ao projeto capitalista e especulador que fez com que estes não se interessassem pela natureza do Rio e dos seus arredores. Assim, o cronista faz a representação, de forma muito direta, a nova burguesia carioca: “Eles não amam a natureza; não têm, por lhes faltar irremediavelmente o gosto por ela, a iniciativa para escolher belos sítios, onde ergueram as suas custosas residências, e eles não faltam no Rio” (Barreto, 2004, p. 130). Cabe ainda informar sobre a crônica sob análise que o cronista, mais uma vez, representa a dinâmica política da Primeira República como aquela que gira em torno dos interesses das elites dominantes, entre as quais a nova burguesia, que se destaca paulatinamente.

A crônica intitulada “Queixa de defunto”, além de engraçada e irônica, foi publicada na revista *Careta*, em 20/03/1920. Em linhas gerais, o enredo tem como base a queixa de um contribuinte carioca em relação ao poder público carioca. O homem que nunca se envolveu com política e que cumpria, religiosamente, com os seus compromissos para com a prefeitura foi penalizado até na hora da morte: foi punido por São Pedro por ter chegado ao céu com o corpo todo arranhado em virtude do coche funerário ter balançado muito em razão dos buracos de uma rua que há muito tinha necessidade de um novo calçamento. Nesse sentido, o cronista mostra que as políticas e as obras públicas não eram dirigidas para as camadas populares, que viviam nos morros em torno do centro e dos subúrbios.

O cronista²¹² chama a atenção do leitor para a atuação dos médicos higienistas que tratavam e representavam doenças, como a varíola no Rio da Primeira República, por meio de um discurso autoritário. Nesse sentido, ironiza ainda os métodos dos higienistas para a erradicação das doenças: “Todos os males da humanidade estariam curados se ela fosse governada por ditadores médicos, auxiliares acadêmicos, mata-mosquitos, etc., etc.” (Barreto, 2004, p. 237). Depois disso, o cronista afirma que combate as doenças que vitimavam, frequentemente, a população carioca e que essas não seriam eliminadas pelos métodos autoritários dos médicos higienistas e sim por uma política que pudesse ensejar o crescimento

²¹² “Os tais higienistas” foi uma crônica publicada na revista *Careta*, em 4/12/1920.

econômico, bem como uma melhor distribuição de recursos. Mais uma vez, as palavras do autor ilustram melhor a fragilidade do discurso médico:

Não vê que é preciso dinheiro para se ter boa alimentação, vestuário e domicílio, condições primordiais da mais elementar higiene; entretanto, por isto ou por aquilo, a maioria da população do Brasil se debate na miséria, luta contra as maiores necessidades, não podendo obter aqueles elementos de vida senão precariamente, mesmo assim custando-lhe os olhos da cara (Barreto, 2004, p. 237).

A visão do cronista se contrapõe à dos médicos, na medida em que a doença passa a ser representada, a partir da esfera social, e também porque a proliferação de doenças encontra na pobreza um campo fértil para sua disseminação. Por outro lado, o discurso médico higienista, que andou de mãos dadas com os projetos de modernização urbana do Rio, acaba por justificar e até naturalizar a doença; por isso, nas representações dos médicos, era necessário segregar e impor medidas mais enérgicas junto à população mais pobre para a erradicação das doenças.

Na crônica “O prefeito e o povo”, publicada na revista *Careta*, em 15/01/1921, o alvo é o prefeito Carlos Sampaio, cuja administração ficou conhecida por demolir o morro do Castelo. E, logo de início, o cronista ironiza, de modo contundente, o prefeito em questão, afirmando que o mesmo poderia ser prefeito de outras cidades, menos do Rio. O motivo principal de tal ironia deve-se ao fato de que ele governa, dividindo a cidade em duas: “uma europeia e a outra indígena” (Barreto, 2004, p. 294). O cronista assinala que se, de um lado, o prefeito empreende esforços para melhorar e embelezar determinadas áreas da cidade, de outro, certas áreas são abandonadas à própria sorte! Por isso, o prefeito, consoante o cronista, sonha com a seguinte cidade:

Todos os seus esforços tendem à educação do povo nas coisas de luxo e gozo. A cidade e os seus habitantes, ele quer catitas. É bom; mas a polícia é que vai ter mais trabalho. Não havendo dinheiro em todas as algibeiras, os furtos, os roubos de toda a natureza hão de se multiplicar, e, só assim, uma grande parte dos cariocas terá gimbo para custear os esmartismos sampaínos (Barreto, 2004, p. 295).

O cronista, portanto, representa, mais uma vez, a visão administrativa dos prefeitos reformadores que atuaram no Rio, nos albores do regime republicano. A ironia do cronista é utilizada de forma cabal para ilustrar, outrossim, a incapacidade

dos prefeitos de pensarem políticas públicas que poderiam ser executadas em benefício da população. Assim, os administradores imbuídos dos valores da *Belle Époque* imaginavam uma cidade que espelhasse Paris!

Publicada na revista *Careta*, em 19/03/1921, “Leitura de jornais”, mais uma vez, põe em relevo a relação que envolve o embelezamento das cidades e as questões que estão em torno da higiene. O cronista informa que, nas cidades que fazem parte de reinos asiáticos governados por tiranos, há o erguimento de suntuosos monumentos, enquanto a maioria da população vive em plena miséria. O cronista, então, considera que tal situação do mundo asiático encontra-se no Rio. Depreende-se, desse modo, que o processo de modernização urbana do Rio embelezou a cidade e enriqueceu a nova burguesia que estava afinada com a mentalidade arrivista. Nas palavras do próprio cronista:

Com o advento da democracia nos países de origem europeia, especialmente no nosso, depois da proclamação da república, essa regra asiática tem sido mais ou menos obedecida, com o caráter cenográfico, que nos é próprio. Ainda há dias, lendo os jornais desta cidade, tive ocasião de verificar essa feição característica da nossa mentalidade administrativa (Barreto, 2004, p. 337).

A crônica, por conseguinte, revela, de forma irônica, que a República que prometeu a democracia, na realidade, consolidou um modelo oligárquico de sociedade, capaz de reproduzir um processo de modernização urbana, responsável por grandes prédios e avenidas, ainda que alijando e excluindo boa parte da população!

Na crônica intitulada “A revolta do mar”, publicada na revista *Careta*, em 23/07/1921, Lima Barreto narra os efeitos provocados por obras públicas em relação à natureza. A ressaca provocada pelo mar destruiu grande parte da Avenida Beira-Mar. O cronista, que pareceu ficar contente com a revolta do mar, a qual recuperou com a suas ondas avassaladoras o seu antigo espaço que havia sido aterrado, informa ao leitor que a especulação imobiliária, a qual permeou todo o processo de modernização urbana da cidade foi, na realidade, o grande causador de tal acidente, conforme as seguintes palavras do cronista:

Tais homens, porém, embotados pela sede de riqueza não perceberam bem isto; e a pretexto de melhoramentos e embelezamentos, mas, na verdade, no intuito de auferirem gordas gratificações de banqueiros trataram de estrangulá-lo, de aterrâ-lo

com lama. Diziam eles que tal faziam, para tornar belos passeios, como se o Mar por si só não fosse beleza (Barreto, 2004, p. 384).

A revolta do mar, possivelmente aplaudida pelo cronista, demonstra a irracionalidade do poder público responsável pela transformação da paisagem urbana da cidade. Há nesta lógica a concepção que apregoa a submissão da natureza do Rio aos projetos urbanísticos que transformaram o espaço urbano em uma verdadeira mercadoria. Há de se acrescentar que a violação da natureza, em razão dos interesses imobiliários, beneficia uma minoria em detrimento de uma grande maioria.

A crônica intitulada “Botafogo e os pró-homens” foi publicada na revista *Careta*, em 06/08/1921. O bairro, que foi representado pelo escritor como um dos símbolos da reforma urbana e local de moradia da nova burguesia, é confrontado com outros bairros. Nesse sentido, enquanto Botafogo e seus moradores recebem uma série de benefícios, os habitantes dos outros bairros, principalmente os habitados pelas classes populares e que pagavam impostos não recebem a atenção²¹³. No final, a crônica, mais uma vez, recorre à ideia de que o poder público atua em defesa de interesses de uma minoria, em detrimento de uma maioria.

As transformações urbanas, bem como suas repercussões nos subúrbios, constituem o tema da crônica “A estação”, publicada na *Gazeta de Notícias*, em 06/10/1921. O cronista vê como positiva a presença da ferrovia para o habitante do subúrbio. O cronista destaca também a presença de cinemas e praças, lugares consagrados ao lazer dos moradores. Posteriormente, o destaque recai sobre o bairro do Méier, que é representado pelo cronista como “o orgulho dos subúrbios e dos suburbanos” (Barreto, 2004, p. 439). E, ao narrar as transformações dos subúrbios, o autor percebe que o deslocamento das reformas urbanas do centro para as regiões suburbanas trouxeram melhorias para os habitantes. Posto isso, tal crônica indica, igualmente, que se, de um lado, Lima Barreto foi um crítico rigoroso do processo de modernização urbana do Rio, de outro, ao apontar a presença de benefícios nos subúrbios, ele mostra ao leitor que não foram tão refratárias, assim, as reformas urbanas. Nas palavras do próprio cronista:

²¹³ O cronista afirma ainda: “O Rio é Botafogo; o resto é cidade indígena, a cidade negra” (Barreto, 2004, p. 397).

É o Méier o orgulho dos subúrbios e dos suburbanos. Tem confeitarias decentes, botequins frequentados, tem padarias que fabricam pães, estimados e procurados; em dois cinemas, um dos quais funciona em casa edificada adrede; tem um circo-teatro, tosco, mas tem; tem casas de jogo patenteadas e garantidas pela virtude, nunca posta em dúvida, do Estado, e tem boêmios um tanto de segunda mão; e outras perfeições urbanas, quer honestas, quer desonestas (Barreto, 2004, p. 439).

Acrescenta-se que tal descrição revela um bairro do subúrbio carioca que ainda sofreu efeitos das reformas urbanas as quais se iniciaram no centro da cidade. O processo de modernização urbana nos subúrbios, consoante representação do cronista, expressam um modelo de transformação urbana que é, na verdade, uma espécie de cópia distorcida das mudanças urbanas ocorridas nas regiões centrais e nos bairros que se expandiram em razão da especulação financeira.

A crônica “15 de novembro”, publicada na revista *Careta*²¹⁴ 11 dias após mais um aniversário da Proclamação da República, mostra que Lima Barreto está desiludido quanto aos rumos que o novo regime impunha ao país. A notícia da morte da princesa Isabel reforça a desilusão, embora o cronista não faça apologia ao regime monárquico, nem à princesa. Sendo assim, o autor acaba por comparar, indiretamente, a República com o processo de modernização urbana no Rio que ela afiançou: um regime de fachada, excludente, da mesma forma que as reformas urbanas que segregaram boa parte da população carioca!

²¹⁴ A crônica foi publicada em 26/11/1921.

5. Conclusão

No processo de produção do conhecimento, o ser humano, por intermédio da observação, busca compreender a sua realidade. É pela linguagem que os homens promovem o entendimento e a representação do seu tempo. E, no que diz respeito à literatura, o escritor extrai do seu contexto histórico e social os subsídios para a criação de seu texto ficcional. Sendo assim, o texto literário é uma das formas de representação da sociedade, sendo ainda portador de vozes que expressam grupos e classes sociais de um determinado momento.

No século XIX, a crônica foi identificada como uma escrita literária. Machado de Assis (1839-1980) e Lima Barreto (1881-1922) dedicaram um bom tempo de seu trabalho literário a redigir crônica. O cotidiano da cidade, afetado pelas transformações urbanas desde o final do século XIX, forneceu a ambos a matéria-prima para a redação das crônicas. Posto isso, a representação da crônica como uma escrita literária que põe em evidência o dia a dia das pessoas, as quais representam vozes que atuam na construção da cidade, mais uma vez, apresenta ao pesquisador as relações entre a literatura e a História.

A popularização da crônica no Brasil esteve vinculada ao processo de modernização da imprensa. O Rio de Janeiro, sede do governo central tanto no Império, quanto na República, foi uma cidade beneficiada com o avanço da imprensa, e, por isso, talvez tenha sido o palco dos principais cronistas. A modernização da imprensa intensificou-se, simultaneamente, ao processo de modernização do Rio de Janeiro. As crônicas, portanto, constituem um meio importante para se revelar o processo literário e histórico do Rio; por isso, desvelam as representações que foram empreendidas sobre a cidade.

A atuação do cronista no espaço urbano carioca assinala a importância da crônica para o resgate das representações da modernização urbana do Rio. O cronista que, muitas vezes, transita de um lugar para o outro, captura “coisa miúda”, ou seja, os acontecimentos banais, mas que, muitas vezes, revelam aspectos importantes da cidade. Por isso, as dinâmicas e os efeitos das reformas urbanas podem ser capturados em seus principais aspectos.

As crônicas de Machado de Assis e Lima Barreto trazem para o pesquisador temas importantes e polêmicos do Brasil, a partir do final do século XIX. Eles captaram e reelaboraram, literariamente, fragmentos da realidade histórica do tempo em que viveram. Sendo assim, as inovações tecnológicas, a moda e os novos costumes da população carioca estiveram presentes em suas crônicas.

A cidade tornou-se o símbolo da nova ordem industrial e capitalista. A importância do Rio como polo econômico, social e político brasileiro tem as suas origens no processo de colonização da América portuguesa. A mineração contribuiu para o crescimento urbano da cidade. Além disso, o crescimento urbano, juntamente com nova a condição de sede do governo português, fez com que a cidade fosse beneficiada com a expansão das atividades literárias.

Após a elevação do Rio à condição de capital do Império português, a cidade passou por mudanças em seu espaço urbano, as quais acabaram sendo determinantes. Posteriormente, já no período da Monarquia (1822-1889), a configuração urbana da cidade continuava a passar por mudanças, ainda que as feições coloniais permanecessem. Neste sentido, as mudanças políticas, econômicas, sociais e urbanas por que a cidade passava tiveram impacto no que tange à circulação de ideias. O desenvolvimento da imprensa nos centros urbanos, notadamente no Rio, foi decisivo para o avanço da literatura no Brasil do século XX. A literatura oriunda do espaço urbano carioca assume uma condição nacional. Por conseguinte, não há possibilidade de se pensar uma Literatura Brasileira sem se pensar na cidade do Rio de Janeiro. Os símbolos urbanos edificados pelas mudanças na paisagem urbana carioca foram representados pelos escritores em seus textos ficcionais. O desdobramento disso é uma íntima comunhão entre a literatura, a História e a urbanização do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX.

No Rio de Janeiro do final do século XIX e limiar do século XX, aconteceram debates em torno das relações que envolviam a questão sanitária, a gestão da ordem política e as reformas urbanas. O crescimento urbano, no começo da década de 1870, fez com que os problemas urbanos da capital do Império se tornassem cada vez mais complexos, e, simultaneamente a isso, as epidemias cresciam, demonstrando, desse modo, a ineficácia do poder público no que concerne à elaboração de políticas públicas, capazes de sustentar o crescimento urbano.

A fortuna crítica criada em torno da obra de Machado de Assis indicava, no início, dois aspectos que persistiram ao longo do tempo: o escritor que consagrava em suas obras valores universais, o que fez com que os críticos atribuissem o rótulo de escritor alienado aos problemas nacionais. Tal crítica, todavia, foi perdendo força na medida em que a fortuna crítica sobre o escritor ganhava o reforço de escritores que representavam Machado como escritor atento à realidade de seu tempo.

Raimundo Magalhães Júnior e Jean-Michel Massa, autores que legaram para a fortuna crítica estudos de cunho biográfico, destacaram a importância do jornalismo e do Liberalismo para a constituição do cidadão e escritor Machado de Assis. Os dois estudiosos também assinalaram a importância da crônica, não só como meio de compreensão política, como também para o registro e a compreensão das transformações urbanas do Rio de Janeiro.

Considerado por muitos estudiosos como um dos maiores pesquisadores da obra de Machado de Assis, John Gledson (2003) trouxe uma série de contribuições sobre a importância da obra do escritor carioca como meio de compreensão da sociedade brasileira do século XIX. Posto isso, Roberto Schwarz (2000) segue o mesmo caminho de Gledson, ao asseverar que o conjunto da produção literária é resultado da dinâmica de funcionamento e transformações da sociedade brasileira do século XIX e limiar do século XX.

As pesquisas de Sidney Chalhoub (2003) têm sublinhado a presença de aspectos da política brasileira do século XIX nos romances de Machado de Assis. O escritor, segundo Chalhoub (2003), representou como poucos o paternalismo, que foi um dos suportes das políticas de dominação na sociedade brasileira do século XIX. Além disso, Machado também se ocupou com a questão servil quando trabalhava no Ministério da Agricultura. Alfredo Bosi (2006) compartilha também da ideia de que os temas políticos foram recorrentes nas crônicas publicadas por Machado de Assis. Bosi (2006), contudo, aponta o ceticismo machadiano em relação à política e à História. Isso posto, pode-se afirmar que as crônicas machadianas mostraram dinâmicas diferentes do funcionamento da cidade que, aos poucos e a partir do século XIX, conviveu com transformações urbanas oriundas do processo de modernização urbana.

As reflexões teóricas em torno da noção de representação ensejaram ao pesquisador deste tese uma série de perspectivas, no que tange ao uso das

crônicas de Machado de Assis para a compreensão das transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro. Machado, um observador atento do cotidiano carioca, trouxe para as suas narrativas e escritas vozes e atores sociais, que construíram e emitiram visões sobre os acontecimentos. Além disso, os trabalhos e as reflexões de Mikhail Bakhtin (1895-1975) propiciaram ainda ao pesquisador compreender tais vozes e atores.

Posto isso, se Machado de Assis não alimentou ilusões quanto às reformas urbanas que presenciou no Rio do seu tempo, todavia, ele não pode ser considerado como um opositor contumaz do processo de modernização urbana da cidade. As transformações urbanas no Rio de Janeiro que ele representou estiveram misturadas a outros temas, sobretudo os que versam sobre a política. Há de se acrescentar que o estudo de Katia Muricy, que teve como uma de suas preocupações centrais situar o pensamento e a produção ficcional de Machado no contexto histórico brasileiro do século do XIX, também oferece ao leitor e estudioso uma série de subsídios para o entendimento das representações machadianas no que tange ao processo de modernização urbana do Rio. O ceticismo do autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* enseja ao pesquisador perceber em que medida e sentido o Racionalismo e o liberalismo estiveram presentes na obra de Machado. É necessário enfatizar que os romances de Machado de Assis podem ser de referenciais para a compreensão do papel da medicina na regulamentação e no controle da família e da vida social carioca que se alteraram, significativamente, com o progressivo crescimento urbano.

O Rio de Janeiro e o seu povo são, sem dúvida, as grandes personagens da obra de Afonso Henriques de Lima Barreto, que reflete e problematiza o processo econômico, político, social e cultural do Brasil na Primeira República. Os temas que desfilaram em sua obra são diversos. No que concerne às reformas urbanas, há uma espécie de consenso entre os pesquisadores que se debruçam sobre a obra de Lima Barreto: o escritor foi um crítico das reformas urbanas, que alteraram, drasticamente, a paisagem urbana da cidade. O corolário disso é a representação de Lima Barreto como um escritor vinculado às classes populares e ainda um defensor de uma literatura militante.

O conceito de representação formulado por Roger Chartier (1990) também é importante, no que diz respeito ao uso das crônicas de Lima Barreto para a

compreensão das reformas realizadas no Rio, ao longo da Primeira República. Como Machado, o autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* percebeu, atentamente, o cotidiano carioca e trouxe para as suas narrativas vozes e atores sociais, que teceram e emitiram representações em relação aos acontecimentos. Sendo assim, as reflexões de Bakhtin (2010) serviram, igualmente, para a compreensão das vozes e dos atores sociais presentes na crônica limiana.

E, do mesmo modo que Machado de Assis, Lima Barreto confeccionou suas crônicas, por meio do fragmentado cotidiano carioca. O cotidiano resgatado é perpassado por uma série de fatos e notícias de onde surgem vozes que expressam múltiplas representações do Rio de Janeiro, cujas transformações urbanas foram intensificadas nos primeiros 20 anos do século XX. As crônicas barretianas, ao contrário das que foram escritas por Machado, apresentaram uma unidade, no que concerne às representações do espaço urbano carioca. Portanto, se as críticas de Lima Barreto endereçadas ao processo de modernização carioca foram mais explícitas e até mais recorrentes do que as formuladas por Machado, nem por isso Lima Barreto rejeitou, integralmente, as reformas urbanas. Além disso, como Machado de Assis, Lima Barreto também não nutriu esperanças, no que diz respeito aos rumos do processo de modernização urbana carioca.

6. Referências Bibliográficas

A) Fontes primárias (obras de Machado de Assis e Lima Barreto)

ASSIS, Machado. *Bons dias!:* crônicas (1888-1889). Organizada por John Gledson. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1990.

_____. *Obras completas*. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004a. 3 v.

_____. Memórias póstumas de Brás Cubas. In:_____. *Obras completas*. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004b. p. 511-639. v. 1.

_____. Helena. In:_____. *Obras completas*. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004c. p. 271-389. v. 1.

_____. Dom Casmurro. In_____. *Obras completas*. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004d. p. 807 a 944. v. 1.

_____. O Alienista. In:_____. *Obras completas*. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004e. p. 253-288. v. 2.

_____.Crônica. In:_____. *Obras completas*. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004f. p. 323-775. v. 3.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1959. v. 2.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a. v. 1.

_____. *Numa e a ninfa*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b. v. 3.

_____. *Clara dos Anjos*: romance. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961c. v. 5.

_____. *Os bruzundangas*: sátira. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961d. v. 7

_____. *Coisas do reino de Jambom*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961e. v. 8.

_____. *Impressões de leitura*: crítica. 2. ed. São Paulo: Brasiliense 1961f. v. 13.

_____. *O subterrâneo do morro do Castelo*: um folhetim de Lima Barreto. 2. ed. Rio de Janeiro: Dantes, 1997.

_____. *Toda crônica*: Lima Barreto. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

B) Bibliografia geral

ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ANGELIM, Daniel Moraes. Lima Barreto e a cidade do Rio. In: ENGEL, Magali Gouveia. *Crônicas cariocas e ensino de História*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2008. p. 20-32.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: *Gazeta de notícias* e a defesa da crônica. *Contemporânea*, n. 7, p. 46, jul. 2006.

AZEVEDO, Aluísio. O cortiço. In:_____. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005. p. 439-633.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Palavra e discurso: História e literatura*. São Paulo: Ática, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Universidade de Brasília, 1987.

_____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: UNESP; HUCITEC, 1988.

_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010b.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 53-119. v. 2.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

BARROS, José D'Assunção. História cultural e história das ideias: diálogos historiográficos. In: GEBRAN, Philomena (Org.). *História cultural: várias interpretações*. Goiânia: Vieira, 2006. p. 131-154.

_____. *Cidade e história*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BATALHA, Cláudio H.M. Formação da classe operária e projetos de identidade. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BEZERRA, Paulo. Prefácio: uma obra à prova do tempo. In: BKAHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 5-22.

BELCHIOR, Pedro. Tristes subúrbios: literatura, cidade e memória em Lima Barreto (1881-1922). 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Perreira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1985.

BOSI, Alfredo. *Machado de Assis*. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. *Brás Cubas em três versões: estudos machadianos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2005.

BRAYNER, Sonia. *Labirinto do espaço romanesco: tradição e renovação da Literatura Brasileira (1880-1920)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave* (Org.). São Paulo: Contexto, 2009.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 16-35.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil: 1900*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à historiografia*. Bauru: EDUSC, 2003.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

_____. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 13-22.

CANO, Jefferson. Machado de Assis, historiador. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Orgs.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARVALHO, Castelar. *Dicionário de Machado de Assis: língua, estilo, temas*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. Diálogos políticos em Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Orgs.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. A Arte de alinhar histórias: A Série "A+B" de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas*. Campinas: UNICAMP, 2005. p. 67-85.

_____. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. (Org.). *Práticas da leitura*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001a.

_____. *Cultura escrita, literatura e História*. Porto Alegre: ARTMED, 2001b.

_____. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. A "nova" história cultural existe? In: LOPES, Antonio Herculano Lopes; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 29-43.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CORÇÃO, Gustavo. Introdução e seleção das crônicas de Machado de Assis. In: ASSIS, Machado. *Obras completas*. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004. v. 3. p. 323-331.

COUTINHO, Afrânio. *Notas de teoria literária*. Petrópolis: Vozes, 2008a.

_____. *Conceito de Literatura Brasileira*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008b.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CRUZ Jr., Dilson Ferreira da. *Estratégias e máscaras de um fingidor: a crônica de Machado de Assis*. São Paulo: Nankin; Editorial: Humanitas FFLCH/USP, 2002.

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Um mulato no Reino de Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto*. São Paulo: Cortez, 1981.

De DECCA, Edgar. *O nascimento das fábricas*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Tudo é História).

DEL BRENNNA, Giovanna (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Rio de Janeiro: Index, 1985.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ELIAS, Norbert. *Processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2008.

ENGEL, Magali Gouvea. Povo, política e cultura: um diálogo entre intelectuais da Primeira República e livros didáticos atuais. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 289-307.

_____ et al. *Crônicas cariocas e ensino de História*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2008.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. Autor e autoria. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 37-60.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: USP, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

_____. Lima Barreto: a ousadia de sonhar. In: HOUAISS, Antonio; FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto: Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997. p. 371- 401.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRANCO, Gustavo H.B. (Org.). *A economia em Machado de Assis: olhar oblíquo do acionista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado Atlântico, sociedade e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. 3. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

FRAGOSO, João; GOUVÊA Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Revista Penélope**, Niterói – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, n.23,2000.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GLEDSON, John. Introdução. In: ASSIS, Machado. *Bons Dias!:* crônicas (1888-1889). Organização de John Gledson. São Paulo: Hucitec; Campinas: UNICAMP, 1990.

_____. *Machado de Assis: impostura e realismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Maria Magaly Trindade; BELLODI, Zina C. *Teoria da literatura "revisitada"*. Petrópolis: Vozes, 2005.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Visão política de Machado de Assis e outros ensaios*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2005.

GOUVEA, Maria de Fátima; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil-Colonial: bases da materialidade e da governabilidade no império. **Revista Penélope**. Niterói: Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, n. 23, 2000.

GRANJA, Lúcia. *Machado de Assis escritor em formação: à roda dos jornais*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 2000.

GUENÉE, Bernard. História. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 523-535.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico e o projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5- 27, 1988.

HERÓDOTO. *História*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era do capital (1848-1875)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *A Era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. A narrativa em questão. In: PRADO JÚNIOR, Bento (Org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 85-95.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto: um estudo da área portuária do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.

LE GOFF, Jacques. *A Idade Média explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

_____; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 2.

LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 401- 444. v. 3.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de sua autoestima*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LINS, Ronaldo Lima. O destino errado de Lima Barreto. In: HOUAISS, Antonio; FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de (Coord.). *Lima Barreto: Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997. p. 295-317.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. "Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas": a rebeldia dos escravos e a Abolição da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 367-400. v. 3.

MAESTRI, Mário. *Uma História do Brasil-Colônia*. São Paulo: Contexto, 1999.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis: Aprendizado*. Rio de Janeiro: Record, 2008a. v. 1.

_____. *Vida e obra de Machado de Assis: Apogeu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b. v. 4.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chaves*. São Paulo: Contexto, 2010.

MASSA, Jean-Michel. *A Juventude de Machado de Assis (1839-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MATTA, Carmen. Rio de Janeiro, solo configurador da literatura nacional. **Revista Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, no. 10, maio-ago. 2003.

MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 15-37. v. 3.

MEYER, Augusto. *Machado de Assis (1935-1958)*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio: ABL, 2008.

MIYASAKA, Cristiane Regina. A reforma urbana e o subúrbio carioca na historiografia. 8 f. Monografia de Bacharelado – Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, Universidade de São Paulo, 1975.

_____. Crônica. In: MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004. p. 110-111.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da Imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTTA, Marly. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____. *Rio: cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MURICY, Katia. *A razão cética: Machado de Assis e as questões do seu tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

NASCIMENTO, Marcela Silva. A sociedade brasileira e a "teoria do medalhão": uma perspectiva literária. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *À roda de Machado de Machado de Assis: ficção, crônica e crítica*. Chapecó: Argos, 2006. p. 355-363.

NASCIMENTO, Milton Meira; NASCIMENTO, Maria das Graças S. *Iluminismo: a Revolução das Luzes*. São Paulo: Ática, 1998.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. 14. ed. São Paulo: Atual, 2004.

_____. História da crônica. Crônica da História. In: RESENDE, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. p. 15-31.

_____. Uma cidade entre dois mundos: o Rio de Janeiro no final do século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 121-153. v. 3.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PAIXÃO, Cláudia Mírian Quelhas. *O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)*. 2008. 224 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

PASSOS, Pereira. *Pereira Passos: notas de viagem*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

PECHIAN, Sérgio; FRITSCH, Lilian. A Reforma Urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 8, p. 45-62, 1985.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do Império. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 271-312.

PEREIRA, Lucia Miguel. *Escritos da maturidade: seleta de textos publicados em periódicos (1944-1959)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia: Fundação Biblioteca Nacional, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. 2. ed. Porto Alegre: EDUF, 2002.

_____. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. *Escrita, linguagem, objetos: leituras de História Cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.

PRADO, Antônio Arnoni. Uma leitura do povo para o povo. In: HOUAISS, Antonio; FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de (Coord.). *Lima Barreto: Triste fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro: Scipione Cultural, 1997. p. 524-529.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REDMOND, William Valentine (Org.). *A crônica na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Galo Branco, 2008.

RESENDE, Beatriz. O Rio de Janeiro nas crônicas de Lima Barreto. In: CARVALHO, J. M. et al. *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. p. 20-40.

_____. (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: UFRJ; Campinas: UNICAMP, 1993.

_____. Lima Barreto: a opção pela marginália. In: HOUAISS, Antonio; FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros (Coord.). São Paulo: Scipione Cultural, 1997. p. 544-548.

_____; VALENÇA, Rachel (Org.). *Toda crônica*. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *À roda de Machado de Assis: ficção, crônica e crítica*. Chapecó: Argos, 2006.

ROCHA, Janine Resende. Perspectivas da recepção à obra de Machado de Assis. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *À roda de Machado de Assis: ficção, crônica e crítica*. Chapecó: Argos, 2006.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

RONCARI, Luiz. *Literatura Brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1995.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2005.

SANTOS, Volmyr. *Luiz Antonio de Assis Brasil: romance & História*. Porto Alegre: Rigel, 2007.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No rascunho da Nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca, 1992.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre histórias e historiografias: algumas tramas do governo joanino. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1.

SCHÖPKE, Regina. *Dicionário filosófico: conceitos fundamentais*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SHOTWELL, J.T. *Historia de la historia en el mundo antiguo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

SOARES, Marcus Vinícius Nogueira. Machado de Assis: folhetim e crônica. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *À roda de Machado de Assis: ficção, crônica e crítica*. Chapecó: Argos, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

_____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SCWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. Lima Barreto, a consciência sob assédio. In: HOUAISS, Antonio; NEGREIROS, Carmem Lúcia. *Lima Barreto: Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997. p. 318-350.

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SILVA, Ivete Helou da. *Machado de Assis: o cronista míope*. Rio de Janeiro: Galo Branco, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. 11ª. Impressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *O "nascimento político" do Brasil: as origens do Estado e da Nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUZA, Roberto Acízelo. *Iniciação aos estudos literários*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TELES, Gilberto Mendonça. *A escrituração da escrita: teoria e prática do texto literário*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Contramargem-I: estudos de literatura*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *As melhores crônicas de Ledo Ivo*. Rio de Janeiro: Global, 2003.

_____. *Vanguarda europeia e Modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 18. ed. Petrópolis, 2005.

TELES, Gilberto Mendonça. *Contramargem-II: estudos de literatura*. Goiânia: UCG, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-162.

VASCONCELLOS, Eliane. Lima Barreto: misógino ou feminista? Uma leitura de suas crônicas. In: CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 255-269.

_____. *Entre a agulha e a caneta: a mulher na obra de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

_____. (Org.). *Lima Barreto: prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaços*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

VILLA, Marco Antonio. *A queda do império: os últimos momentos da monarquia no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996. (Coleção Série Princípios, v. 251).

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura e metodologia dos estudos históricos: leitura e crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.